

Experiências capturadas:

A fuga de escravos no Rio de Janeiro

Relatório Final de Pesquisa



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
Coordenação-Geral de Pesquisa e Editoração

Bolsista: Raphael Neves

Graduando da UFRJ

Orientador: Doutor Flávio dos Santos Gomes

Período de Bolsa da FBN: 01/08/2008 - 31/07/2009

“Então vieram os homens de Quiriate-Jearim, e levaram a arca do SENHOR, e a trouxeram à casa de Abinadabe, no outeiro; e consagraram a Eleazar, seu filho, para que guardasse a arca do SENHOR.

E sucedeu que, desde aquele dia, a arca ficou em Quiriate-Jearim, e tantos dias se passaram que até chegaram vinte anos; e toda a casa de Israel dirigia lamentações ao SENHOR.

Então falou Samuel a toda a casa de Israel, dizendo: Se é de todo o vosso coração que voltais ao SENHOR, tirai dentre vós os deuses estranhos e os astarotes, e preparai o vosso coração ao SENHOR, e servi a ele só, e ele vos livrará da mão dos filisteus.

Então os filhos de Israel tiraram dentre si aos baalins e aos astarotes, e serviram só ao SENHOR.

Disse mais Samuel: Congregai a todo o Israel em Mizpá; e orarei por vós ao SENHOR.

E congregaram-se em Mizpá, e tiraram água, e a derramaram perante o SENHOR, e jejuaram aquele dia, e disseram ali: Pecamos contra o SENHOR. E julgava Samuel os filhos de Israel em Mizpá.

Ouvindo, pois, os filisteus que os filhos de Israel estavam congregados em Mizpá, subiram os maiores dos filisteus contra Israel; o que ouvindo os filhos de Israel, temeram por causa dos filisteus.

Por isso disseram os filhos de Israel a Samuel: Não cesses de clamar ao SENHOR nosso Deus por nós, para que nos livre da mão dos filisteus.

Então tomou Samuel um cordeiro de mama, e sacrificou-o inteiro em holocausto ao SENHOR; e clamou Samuel ao SENHOR por Israel, e o SENHOR lhe deu ouvidos.

E sucedeu que, estando Samuel sacrificando o holocausto, os filisteus chegaram à peleja contra Israel; e trovejou o SENHOR aquele dia com grande estrondo sobre os filisteus, e os confundiu de tal modo que foram derrotados diante dos filhos de Israel.

E os homens de Israel saíram de Mizpá; e perseguiram os filisteus, e os feriram até abaixo de Bete-Car.

Então tomou Samuel uma pedra, e a pôs entre Mizpá e Sem, e chamou-lhe Ebenézer; e disse: Até aqui nos ajudou o SENHOR.

Assim os filisteus foram abatidos, e nunca mais vieram aos termos de Israel, porquanto foi a mão do SENHOR contra os filisteus todos os dias de Samuel.

E as cidades que os filisteus tinham tomado a Israel foram-lhe restituídas, desde Ecom até Gate, e até os seus termos Israel arrebatou da mão dos filisteus; e houve paz entre Israel e entre os amorreus.

E Samuel julgou a Israel todos os dias da sua vida.

E ia de ano em ano, e rodeava a Betel, e a Gilgal, e a Mizpá, e julgava a Israel em todos aqueles lugares.

Porém voltava a Ramá, porque estava ali a sua casa, e ali julgava a Israel; e edificou ali um altar ao SENHOR.”

(1º Samuel cap. 7. IN: A Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª Edição. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, porque até aqui Ele tem me ajudado. Diante dos tantos “gigantes da vida” que se levantam para atribular aos homens, somente posso dizer que sou grato a Deus, que não permitiu que eu fosse esmagado pelos “gigantes” e nem deixou minhas lágrimas escorrem por mais de uma noite. Olhando para trás, percebo, que da mesma forma como Deus agira com Israel, Ele vem agindo em minha vida. Por isso, assim como o profeta Samuel tomara uma pedra para servir de memória o quanto Deus havia ajudado ao seu povo, faço deste trabalho minha pedra, e nele inscrevo *Ebenézer*.

À minha mãe e ao João, agradeço pelo apoio que nunca me negaram. Também a compreensão de verem de repente, seu filho e irmão respectivamente, se voltar quase que totalmente aos estudos acadêmicos, e principalmente, a pesquisa sobre os escravos no século XIX. Pelas muitas conversas, questionando minhas decisões profissionais ainda quando prestava vestibular, e depois de já na faculdade, sempre dizendo para não desanimar, sou grato a minha avó Jeannet.

Agradeço a Gustavo Dantas Abrantes, companheiro de faculdade e de pesquisa nos arquivos, não só pela amizade, mas também por ler os primeiros rascunhos deste trabalho, dando opiniões de como melhorá-lo e indicações de fontes.

Este estudo não seria possível sem as muitas conversas na Biblioteca Nacional, Santa Casa, e laboratório de Brasil do IFCS que tive com Flávio dos Santos Gomes sobre o material que encontrava durante a pesquisa. Agradeço a ele não só pela orientação de leituras e como interpretar e “entrar” nos documentos, mas principalmente pelas críticas quanto à maneira como vinha desempenhando a pesquisa.

Por fim, agradeço ao apoio financeiro da Fundação Biblioteca Nacional e a todos os funcionários dos arquivos onde pesquisei, a saber, a própria Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e Santa Casa de Misericórdia. Agradeço especialmente ao Setor de Pesquisa da FBN, que além de acompanhar os relatórios mensais, auxiliou-me com as solicitações feitas em outros setores da FBN.

SUMÁRIO

Lista de gráficos e tabelas	5
Introdução	6
Capítulo 1 - Escravidão urbana: alguns personagens	10
1.1 “Capturando” os escravos: a historiografia sobre escravidão	11
1.2 Estratégias e estratégias: escravos em fuga pela <i>urbe</i>	17
1.3 Nem todos os que desaparecem são fujões...: “os novos gêneros de indústria”	19
1.4 Escravidão na imprensa	25
Capítulo 2 – Após o deslize, a imprensa: as fugas de escravos na corte	28
2.1 Das origens da cidade até a Gazeta do Rio de Janeiro	33
2.2 As primeiras fugas na imprensa brasileira	39
2.3 As fugas não se esgotam: os fugitivos anunciados	53
2.4 Os anunciadores: senhores de escravos evadidos	73
2.5 Incumbindo-se dos fujões	78
Conclusão	92
Bibliografia	93

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1: Quantidade de anúncios de fuga e escravos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro	84
Gráfico 2: Quantidade de anúncios de fuga por meses entre 1820-1821 na Gazeta do Rio de Janeiro	87
Gráfico 3: Quantidade de anúncios de fuá e escravos anunciados no Diário do Rio de Janeiro no ano de 1821	88

Tabelas

Tabela 1: Anúncios de venda na Gazeta do Rio de Janeiro de 1808-1809	38
Tabela 2: Desembarque de escravos no Rio de Janeiro entre 1808-1821	42
Tabela 3: Quantidade de anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro	45
Tabela 4: Quantidade de escravos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro por sexo ..	45
Tabela 5: Identidades dos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro	54
Tabela 6: Total de escravos fugidos na Gazeta do Rio de Janeiro divididos entre africanos e crioulos por sexo	54
Tabela 7: Faixa etária dos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro	55
Tabela 8: Ocupação dos escravos fugidos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro	58
Tabela 9: Ocupação de livres e escravos na cidade do Rio de Janeiro entre 1789-1817	60
Tabela 10: Total de escravos fugidos boçais e ladinos na Gazeta do Rio de Janeiro	64
Tabela 11: Tempo de fuga dos escravos fugidos boçais e ladinos na Gazeta do Rio de Janeiro	64
Tabela 12: Endereço dos senhores de escravos	76
Tabela 13: Ocupação dos senhores de escravos que anunciaram na Gazeta do Rio de Janeiro	77
Tabela 14: Quantidade de anúncios de fuga e escravos anunciados	80
Tabela 15: Tempo de fuga até a divulgação da captura	90

INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, em meados dos anos 1950, com o interesse de marxistas e socialistas pela história do movimento trabalhista, principiava os estudos das experiências históricas de homens e mulheres cuja existência fora até então marginalizada pela historiografia. Esses agentes sociais, até então, não eram mais do que números e estatísticas elaborados pela demografia e sociologia que apenas conformavam um conjunto de anônimos, com suas vozes silenciadas pela historiografia. É justamente a historiografia inglesa, mais especificamente, o trabalho de E. P. Thompson sobre a formação da classe operaria inglesa em que o *locus* não se limitaria mais apenas as estruturas. A partir dele era cunhado o conceito de história vista de baixo onde o que era problematizado era a experiência da massa do povo no passado a luz de sua própria expectativa. O foco mudava – do econômico e social passava-se para o cultural.

Não por acaso intitulo esse trabalho de “Experiências capturadas”. Majoritária parte dos estudos que analisaram a fuga de escravos, apenas a viam como mais um comprovante de um escravo rebelde, que através de todas as suas expressões e relações, estaria revoltando-se contra uma inaceitável situação. Eram relegadas então práticas culturais – e seus significados – do cotidiano da classe proprietária de escravos e dos próprios escravos, já que elas não passariam de expressão da infra-estrutura, que dialeticamente reiteraria a própria infra-estrutura. Bastava para entender a cultura, o estudo econômico do sistema em detrimento dos agentes sociais. Diante disso, as experiências dos escravos apenas teriam um significado caso houvesse uma rebelião que sucumbisse com o sistema escravista que o oprimia, obrigando-o ao acultramento. Não se percebeu que os escravos – pelo menos para a primeira metade do século XIX, como pude averiguar– não precisaram negar a escravidão e nem a sociedade escravista há todos os instantes. Eles viram algumas brechas no sistema, criadas pela necessária negligência de senhores conjuntamente com as conquistas dos escravos. A partir dos espaços de possibilidades, tanto em zonas rurais quanto urbanas, escravos agenciaram seus destinos a revelia de seus senhores.

É através da categoria de *experiência* cunhada por Thompson que pretendo pensar as fugas escravas, não determinadas por estruturas que originavam a ação tanto de escravos como de senhores, impedindo assim qualquer ação humana. Longe de

converter os agentes sociais em tão-somente meros desdobramentos de estruturas determinantes, recorro ao conceito de experiência no qual

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinados como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹

A experiência é o vivenciado, são os fatos, os atos e, ao mesmo tempo, o sentido a eles atribuído. Mediante esse arcabouço teórico que Thompson interpretou o “auto fazer-se” da classe operaria inglesa, como um processo ativo que se consolida simultaneamente pela ação humana e pelos condicionamentos do sistema, afastando definitivamente a noção de sujeitos como frutos de conjunturas sociais. Estudar as experiências significa analisar o processo social que as efetivaram, com suas tradições herdadas, levando-se em conta a vida material, bem como suas esperanças futuras.

Num Rio de Janeiro que virou metrópole, não se pouparam esforços para eliminar os ares coloniais desta cidade. O Rio antes e durante a estadia da corte portuguesa sofrera várias intervenções. Algumas instituições foram trasladadas de Lisboa para o Rio. Outras foram criadas. Mas o traço mais colonial, que na segunda metade do XVIII já era questionado pelo liberalismo burguês e no início do século XIX sucumbia em alguns pontos do Novo Mundo, na América portuguesa iria ajudar na formação do Império do Brasil. Trata-se da escravidão. A escravidão não só é mantida durante a estadia da corte, como os proprietários de escravos usufruíram de todas as mudanças promovidas pelo advento da transferência da capital do império português para o Rio de Janeiro.

Os escravos diante dessas alterações políticas e também do espaço geográfico do Rio, (re)traçaram suas estratégias. Em função deles, senhores, policiais, autoridades públicas, capitães-do-mato, pedestres, e redatores de jornais também (re)planejaram, dialeticamente, suas táticas. Não que os escravos projetassem necessariamente destruir a escravidão, mas estavam usando ela para se reinserir de novo no sistema escravista, só que numa posição que lhe agradasse mais. Ou seja, os escravos adaptavam-se a

¹ THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

sociedade para terem mais possibilidades de ação dentro dela. O mais grave de tudo isso, era que os senhores não conseguiam fazer mais do que protestar nos anúncios que escreviam. Onde estão os traços desta escravidão urbana? Na imprensa, mais especificamente, nos anúncios de fuga.

As narrativas de anúncios de fuga não revelam apenas imagens de escravos e suas estratégias de fuga, mas também o convívio de escravos com a sociedade escravista, recriações culturais, o cotidiano do relacionamento entre senhores e escravos e como escravos forjavam uma cidade atlântica a partir de lógicas próprias. Vêm à tona nesses anúncios pequenas biografias expondo faces inusitadas da vida escrava, acopladas com as mudanças sócio-políticas na cidade do Rio de Janeiro, que vão muito além da mera resistência.

Viajantes europeus também assistiram a todas essas fugas de escravos. Alguns até se tornaram senhores de escravos e vivenciaram as agruras de se ter um escravo fugido. Com seus modos de ver europeus, viajantes interpretaram, eurocentricamente, sem nenhum esforço para compreender lógicas próprias dos escravos, especialmente aqueles africanos, os modos de ser escravos na cidade do Rio de Janeiro. Fisionomias selvagens e grosseiras, marcas tribais, linguagens e dialetos africanos balbuciados, corpos quase que totalmente despidos. Era esse o primeiro olhar desses europeus que capturavam escravos de cor negra, idênticos, todos oriundos da barbárie do continente africano. Alguns chamavam mais ainda a atenção: eram indisciplinados ao extremo, tendo que sair nas ruas acorrentados e com coleiras de ferros: geralmente eram os escravos que já haviam tentado uma fuga ou que estavam presos pela polícia.

Muitos brasileiros oitocentistas faziam coro a esses europeus. Com seus olhares brancos, repletos de pré(conceitos) culturais e racismo, não queriam enxergar nada que divergisse de suas culturas. Desenhava-se então um escravo anômico, sem esperança alguma para o futuro. Por mais que senhores soubessem que não era bem assim, enquanto escreviam os anúncios de fuga, tomados pela cólera por causa dos gastos que já calculavam que iriam ter que desembolsar para a o processo de captura, apenas constatavam serem seus cativos uns rebeldes, inadaptados, bárbaros, embora nas entrelinhas dessas narrativas constatassem justamente o contrário. E como seriam então esses escravos que após sua fuga viravam objetos de anúncios de fuga?

Proponho, por hora, que o leitor guarde bem, o que Paul Harro-Harring retratou, durante a leitura do trabalho que se segue. Prestemos atenção nela.



Harring a intitulou de “Brasileiro acreditando haver reconhecido escravo fugitivo”. Terminada em 1840, a obra a cima remete ao problema constante das fugas de escravos. Harring teria assistido a uma captura de escravo, e registrara com desenhos ao que vira? Ou seus desenhos eram fruto do que havia ouvido? Afinal, como reconhecer um escravo fugitivo? Onde encontrá-lo? Dentro da cidade ou nas margens dela, embrenhado nas florestas? Se fosse na cidade, levaria então uma vida de vadiagem, sendo um errante pelas ruas? Ou então viveria no meio daqueles com que estabeleceu laços de amizade e solidariedade? Vestir-se-ia com trajes degradantes ou igualmente aos livres e libertos, andando até com sapatos? Consoante os traços de Harring, o escravo evadido não destoava tanto daquele que o acusava de fujão. Cometera Harring um equívoco ou capturara experiências históricas inerentes aos escravos perdidos nas *urbes*? Com essas perguntas e as linhas desenhadas por Harring guardadas na memória, convido ao leitor para responder a essas interrogações após a leitura deste estudo.

CAPÍTULO UM

Escravidão urbana: alguns personagens

A fuga de escravos sempre foi uma tônica no sistema escravista. E no Brasil, no século XIX, isso não fora diferente. A escravidão era a base da sociedade oitocentista brasileira. Herança do período colonial, todas as atividades manuais os escravos desempenhavam, desde as tarefas mais braçais – como, carregadores de sacas de café – até aquelas consideradas especializadas² – por exemplo, as ocupações de carpinteiro, pedreiro, ferreiros, costureiras, alfaiates, ourives, barbeiro, copeiro, jardineiro, cozinheiro – não havendo qualquer incompatibilidade entre escravidão e o desenvolvimento da vida urbana no Rio de Janeiro. Numa sociedade que desprezava o trabalho manual, o labor e o escravo caminhavam de mãos dadas e por isso importaram-se maciças cifras de africanos a fim de serem escravizados do outro lado do Atlântico, para atender a demanda por mão-de-obra. Apesar de ser visto pelos senhores como necessário, o sistema escravista convertera-se em constante motivo de temor da sociedade oitocentista, sobretudo a partir do levante de escravos na colônia francesa de São Domingos, culminando na formação do Haiti.

O Juiz de Paz Suplente, Felix Jose Cardozo, não escondia sua preocupação quanto ao controle público dos escravos. Questionava o que deveria fazer em relação à repreensão aos escravos, uma vez que os poucos recursos os quais detinha não bastavam para tanto. Ele solicitava, em outubro de 1831, alguns meses após a abdicação de D. Pedro I, esclarecimento e direcionamento ao presidente de província e a Câmara Municipal da cidade e Corte do Rio de Janeiro, pois a situação que se deparava não fora prevista no código de Posturas Policiais. Um de seus muitos problemas era “que muitos escravos de vários lugares deste distrito se ajuntão aqui e a colá fazendo tumultos, pelos quais se tornam dignos de castigo”. Felix Jose Cardozo não deixara de perceber que muitos desses encontros de negros, por vezes, eram inevitáveis. Os escravos saíam às ruas a mando de seus senhores e lá encontravam outros negros, com os quais realizavam

² Para mais sobre as ocupações especializadas que os escravos exerciam no Rio de Janeiro ver LIMA, Carlos A. M. “Sobre a lógica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro, 1789-1835” IN: SOUZA, Jorge, Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998. Pg. 11-32.

grande arruaça. Tanto as autoridades policiais quanto os senhores detestavam essas aglomerações de negros, da quais nunca saiam bons frutos. Os próprios senhores importunavam a Felix Jose Cardozo, como ele relata, “tendo estes por várias vezes exigido de mim ordem para os castigar publicamente por ser este o castigo mais exemplar pois que a rebeldia e falta de obediência a seus próprios Senhores se aumenta diariamente sobre cujo objeto nada tenho determinado, por me não achar munido de bastante poder para esse fim”. A aglomeração de escravos cada vez mais se tornava objeto de temor e repreensão. E nesses tempos essa questão ainda se agravava mais, como assinala o Juiz Cardozo, por causa da “crise actual” decorrente da abdicação de D. Pedro I.³ Estariam também os escravos se reunindo para discutir sobre os acontecimentos políticos que ocorriam na Corte?

As fugas de escravos apenas deixavam esse problema do controle da circulação de negros pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro em estado de latência. Perguntavam-se os senhores, para que os escravos fugiam? E movidos pelo medo e pavor, tudo conspirava para a eclosão de uma revolta de escravos cujo primeiro objeto seria eliminar os algozes, a população branca. Talvez fazendo um estardalhaço maior do que o problema era, justamente para chamar a atenção pública, senhores ininterruptamente reclamavam providências às autoridades policiais a fim delas solucionarem o indesejado problema de desaparecimento dos cativos. Os cativos fugitivos juntamente com os mocambos que sempre existiram durante todo o período em que a escravidão vigorou, nas percepções senhoriais só tendiam a aumentar juntamente com os reveses e os infortúnios das forças policiais em combater essas alarmantes atitudes vindas dos negros. Tudo isso abalava tremendamente a tranqüilidade e a ordem pública.

1.1 “Capturando” os escravos: a historiografia sobre escravidão

Majoritária parte dos estudos procurou abordar o tema da fuga de escravos limitando-se a aspiração e pretensão dos escravos a liberdade, tornando-se apenas concretizável com o escravo se evadindo do senhor com o único fim de se embrenhar no seio das matas, para então, constituir ou ingressar num quilombo. A margem da sociedade escravista, buscando mesmo negá-la, o escravo readquiria sua personalidade e deixava de ser visto como uma coisa.

³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 46.3.90.

Tais trabalhos podem ser localizados, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970, a luz da Escola Paulista de Sociologia, contestando as visões sobre uma possível brandura do cativo no Brasil em comparação ao dos Estados Unidos. A visão da doçura e paternalidade da escravidão emergira nos estudos de Gilberto Freyre na década de 1930 e inspiraria alguns trabalhos nos Estados Unidos, a ressaltar o de Frank Tannenbaum e o de Stanley Elkins, além uma série de estudos no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Freyre esboçava um quadro no qual a escravidão era representada idilicamente, sobressaindo à amenidade das relações entre senhor e escravo, culminando numa empatia entre as raças comprovada pela intensa miscigenação. Um dos méritos de *Casa-grande & Senzala*, obra de Freyre publicada em 1933, é que a miscigenação não é mais tida como um empecilho para a civilização conforme as averiguações de Nina Rodrigues em *Os Africanos no Brasil*, antes ela torna-se o ponto fundamental da identidade brasileira. Sinteticamente, as abordagens de Freyre, Tannenbaum e Elkins produziram um escravo preguiçoso, indolente, passivo e totalmente submisso a uma família patriarcal. Desenhava-se então um escravo a semelhança de uma criança, repleto de perniciosos vícios que podiam ser corrigidos mediante os devidos castigos. Consoante esse regime historiográfico, se por ventura o escravo fugisse, em verdade, a decisão e concretização desse ato teria sido determinado mais pelo excesso de sevícias senhorial do que por iniciativa do próprio escravo.

Para rechaçar toda essa historiografia, em fins dos anos de 1950 tal concepção tomaria outro caminho, contestando-se o caráter benigno da escravidão conforme defendia Gilberto Freyre. Recuperava-se então a violência como elemento estrutural na relação entre senhor e escravo e na manutenção do sistema escravista. Num ambiente de exacerbação das tensões sociais oriundas de injustiças sociais e da inflexibilidade das classes hegemônicas, que foi a metade do século XX, recorria-se ao estudo da escravidão esperando assim encontrar as origens dessa questão social. Sem violência a ordem escravista entraria em colapso. Teorias marxistas estruturalistas convergiam na constituição de senhores e feitores que necessitavam castigar os escravos – não por um prazer mórbido na dor e suplício alheio. O motivo para tantos castigos estariam além da percepção desses senhores, feitores e dos próprios escravos. Justamente para perpetuar o sistema escravista, consolidado na violência, que senhores e feitores eram levados a agir dessa forma.

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni consagravam a economia capitalista da sociedade escravocrata como excludente de relações suaves e gentis. O

trabalho compulsório insurgia com tamanha ausência de humanidade, principalmente em áreas economicamente mais dinâmicas que eram as regiões onde se exigia mais do cativo, que esse escravo não podia ser senão, uma coisa desprovida de personalidade alguma, conforme as leis jurídicas asseguravam. O escravo não se estendia a mais que um animal, apenas um “semovente” – conforme a linguagem dos inventários *post-mortem* – que era avaliado monetariamente como uma mercadoria, junto com bois, cavalos, porcos e outros bens móveis e imóveis.⁴ Um raro instante no qual o escravo adquiria responsabilidade jurídica era quando cometia crimes graves, tais como homicídios contra seus senhores e feitores. Nessas ocasiões, o escravo contraía personalidade jurídica com o objetivo de então, ser julgado com todo o rigor da lei e servir de exemplo a outros escravos, desencorajando-os assim a qualquer atitude similar.

A fim de autenticar um cativo cruel e violento, variadas formas de protesto de escravos foram assinaladas. O caráter violento das relações sociais inerentes ao escravismo provocava reações desses escravos classificadas como rebeldia escrava. Essas eram tipificadas entre individual ou coletiva. Quilombos e insurreições classificavam-se enquanto rebelião coletiva ao passo que fugas, assassinatos, roubos, suicídios como rebelião individual. É a partir dessa historiografia que o tema da fuga passa a ser estudado com maiores realces. O escravo fugia para negar a sociedade oficial que sempre o oprimia. Diante de uma situação severa e desumana, o escravo prontamente reagia, quase sempre fugindo porque essa era a solução mais simples e de pronta execução. Era a fuga, por excelência, o meio mais eficaz do escravo revoltar-se. Assim muitos escravos teriam associado como meio de se defender e mesmo contra-atacar o ato de evadir-se para as florestas. Dessa forma causavam, primeiramente, grave prejuízo econômico ao senhor, que então se via privado dos lucros oriundos do labor de seu escravo. E a perda de dinheiro não cessaria, pois para se capturar um escravo fugido, era necessário se colocar anúncios de fuga em jornais, e pagar a um capitão-domato pelas despesas da captura e mais sua merecida tomadia. Haveria ainda a possibilidade de gastos com despesas médicas, machucados e feridas provocados durante a captura. Não se pode esquecer ainda que muitos escravos quando fugiam, roubavam dinheiro, jóias, roupas e outros pertences do senhor. Caso o tempo da fuga se

⁴ Tal concepção não deve ser compreendida como o escravo se via. Essa idéia ilustra apenas como a classe senhorial via, ou ao menos, desejasse que fossem seus escravos.

prolongasse demasiadamente, o fujão tornaria se mal exemplo para os outros escravos do plantel, que enxergariam então na fuga a chance real de libertação da condição escrava. O prejuízo seria imensurável, fora a constante insegurança que ameaçava o conforto e expelia a tranqüilidade da classe proprietária de escravos. Esse escravo fujão era incapaz de habituar-se ao sistema escravista. Afirmava Kátia Mattoso que “a fuga é, na verdade, a expressão violenta da revolta interior do escravo *inadaptado (grifo meu)*. O escravo em fuga não escapava somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas da vida, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade”.⁵

A fuga é então entendida numa ótica romantizada com a finalidade de fazer do escravo um sujeito repleto de bravura e heroísmo, construindo-se então um antagonismo com aquele escravo dócil e submisso, e por corolário, até mesmo acomodado ao escravismo. O problema de ambas as perspectivas está em que o escravo não foge por motivos próprios. A fuga acontecia menos pela sede que o escravo tinha por uma pretensa liberdade, e sim pelas terríveis circunstâncias psicológicas e materiais de existência que lhe foram impostas. Na iminência de um castigo, verbal ou mesmo o tão odiado chicote que lhe perfurava a carne, o escravo evadia-se. Em última instância, tudo não se trataria de uma vingança: o negro cativo desaparecia objetivando tão-somente privar seu senhor do lucro do seu trabalho, acarretando ao mesmo grave prejuízo econômico. Sendo apenas um figurante que não conseguia se adaptar às agruras da sua realidade, as experiências históricas vivenciadas pelos escravos não eram levadas em consideração e suas fugas tornavam-se atos totalmente banalizados, explicadas, sobretudo, a partir daquilo que os senhores vivenciavam e imaginavam que o escravo realizava durante o seu desaparecimento.

Ressalta-se, contudo, haver tido uma obra no ano de 1961 que procurava abarcar outras questões a partir de um material até então pouco utilizado pela historiografia. De autoria Gilberto Freyre, tendo sido precedido por uma conferência proferida no Rio de Janeiro no ano de 1934, na Escola de Belas Artes. Trata-se do livro pioneiro, “O escravo nos anúncios brasileiros do século XIX”, tendo por alvo trabalhar questões antropológicas e sociológicas, quer de caráter cultural, quer psicossomático. Para tanto, como o título de seu livro já indica, Freyre utilizaria os anúncios de compra, venda e aluguel, e, sobretudo os de fuga, realizando uma minuciosa descrição desses escravos a

⁵ MATTOSO, Kátia. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 153.

partir de variáveis como marcas étnicas e de castigo, características de fala, cores, doenças, deformações (da cabeça, pés, mãos e dentes), profissões, personalidades, locais de procedência africana, etc. Não obstante seu esforço de selecionar aproximadamente dez mil anúncios de escravos nos periódicos *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*, que circularam respectivamente para as cidades escravistas do Rio de Janeiro e Recife durante quase todo o século XIX, Freyre não estabeleceu nenhuma quantificação sistemática, limitando-se apenas as interpretações qualitativas do material. Entretanto, contribui decisivamente para o avanço dos estudos de escravidão. É ele o primeiro a assinalar que no Brasil muitos escravos fugiam ainda na adolescência e juventude, entre os 14 e 20 anos de idade.

A Escola Paulista de Sociologia, portanto, abordava a fuga como ato mais freqüente de negação da ordem escravista, não desenvolvendo questão alguma para se estudar a fuga, uma vez que o cativo recorria a ela simplesmente para deixar de ser escravo.⁶ O tema da fuga dos escravos somente é problematizado sem tentar abranger, por suma, a questão da resistência escrava em estudos recentes, a partir desses últimos vinte anos. Isso não se trata de algo peculiar ao Brasil, mais de um movimento internacional que ambicionava a reconstrução das experiências históricas das minorias sociais. Principiando em meados década de 1980, com a historiografia sobre escravidão não mais anelando em se deter em exames sobre uma escravidão benigna ou maléfica, sendo introduzida novas abordagens, foram alargadas as reflexões sobre a história social da escravidão, não mais para estudar um sistema e sim os próprios escravos. Abandonavam-se as questões sobre um cativo benigno ou maléfico no Brasil, para a edificação dum escravo que barganhava e negociava com seu senhor. Apesar de deter todos os direitos legais sobre seus cativos, o senhor compreenderia que as leis jurídicas

⁶ Há todo um debate mapeando a história da historiografia sobre escravidão em Queiroz, Suely R. R. de. “Rebeldia escrava e historiografia”. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v. 17, p. 89-110, 1987; GOMES, Flavio dos Santos. “Introdução – Outras narrativas de escravos e libertos”. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - séc. XIX* - Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, p. 7-24, 2006; GOMES, Flavio dos Santos. “Em torno da herança: escravidão, historiografia e relações raciais no Brasil”. *Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo-RS: UPF Editora -- Universidade de Passo Fundo-RS, p.13-40, 2003; MAMIGONIAN, Beatriz G.. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004; GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988 (Coleção Malungo). Introdução.

não se traduziam fielmente no cotidiano da relação senhor-escravo. Senhores surgiam fazendo concessões ao mesmo tempo em que escravos conquistavam barganhas. Especificamente para o tema da fuga, novas questões foram elaboradas, a partir dos trabalhos de Carlos Eugenio Líbano Soares, Eduardo Silva, Flavio dos Santos Gomes, José Maia Bezerra Neto, Juliana Barreto Farias e Marcus de Carvalho.⁷

Relativizando a fuga dos escravos, Marcus de Carvalho baseado na reflexão de Moses Finley, matiza sobre a possibilidade de a fuga levar o escravo a liberdade. Pensando a liberdade de forma dialética, contextualizada espacial e, principalmente, cronologicamente, a liberdade é entendida como um conceito dinâmico, um processo de conquistas e não uma situação estática e definitiva. Imbuído desse arcabouço teórico a liberdade converte-se numa questão histórica e prática na primeira do século XIX no Brasil. Como ressalta M. de Carvalho, a liberdade do homem só faz sentido se vivendo em sociedade. O escravo fugido, embrenhado nas matas, levando uma vida solitária, a margem da sociedade, não estaria livre. Ser livre, até mesmo para sociedades africanas, tangenciava a noção de pertencimento a sua sociedade, indicando que a idéia de liberdade estruturava-se a partir de suas experiências históricas, mediante a sua gramática cultural. O escravo isolado da sociedade não obtinha liberdade social, estaria socialmente morto e até mesmo beirando a morte biológica uma vez que a vida do homem sozinho com a natureza é, no mínimo, complicada.⁸

⁷ Destaco sobre tais estudos os seguintes trabalhos: GOMES, Flavio dos S.; SOARES, Carlos. E. L. Identidades Escravas, Conexões e Narrativas: Notas de pesquisas. Sesmaria (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2001; GOMES, F. S.; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, C. E. L.; ARAUJO, C. E. M. De. Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista -- Século XIX. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006; GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L.; FARIAS, Juliana Barreto. O Labirinto das nações. Africanos e Identidades no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2006. 334 p; CARVALHO, M. J. M.. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Editora da UFPE, 1998. V. 1.; CARVALHO, M. J. M. 'Quem Furta Mais e Esconde': O Roubo de Escravos Em Pernambuco, 1832-1855. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v. 17, p. 89-110, 1987. REIS, João José & SILVA, Eduardo. "Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação". Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das letras. P. 62-78, 1989. Sobre fugas de escravos no Grão-Pará na segunda metade do século XIX há a recente tese de mestrado orientada por Robert Slenes de NETO, José Maia Bezerra. Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará 1840-1888. São Paulo, Unicamp, 2000. Tese de mestrado.

⁸ "Liberdade, liberdades, alforria" 210-235 CARVALHO, M. J. M.. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Editora da UFPE, 1998. V. 1.

Todo esse conceito de liberdade é válido para áreas rurais, mas, sobretudo, para o escravo que vivia no meio urbano. O sistema escravista nas *urbes* estava onipresente, entranhando-se até mesmo nos recônditos que pudessem existir, não deixando de esquadrihar nenhum canto. O Rio de Janeiro oitocentista, tanto a província quanto a cidade, a premissa a cima não deixara de ter a sua veracidade, antes, ela fora uma tônica vivida intensamente por todos os grupos sociais. Vale lembrar que um dos critérios de hierarquia social relacionava-se justamente por ter posse (ou não) de escravos. A partir do lucro do trabalho escravo que as classes dominantes reiteravam sua condição. A viabilidade da escravidão nos ambientes urbanos exigia uma grande liberdade de movimento dos cativos para que as atividades demandadas pelos habitantes da cidade pudessem ser supridas. Toda essa estrutura favorecia o cativo para que realizasse ações e atitudes a revelia de seus senhores.

1.2 Estratégias e estratégias: escravos em fuga pela *urbe*

Senhores assim como seus próprios escravos não ignoraram essas peculiaridades do escravismo dentro das fronteiras urbanas. Escravos se aproveitavam da situação e procuravam – quase sempre obtendo êxito para o desespero da classe senhorial e autoridades públicas – exercer seus ofícios com a maior autonomia possível. Não poucos escravos ludibriavam seus senhores ainda sob o seu jugo. Ao darem as costas para os senhores, iam para as ruas labutarem africanos e crioulos que com as mais diversificadas estratégias, (re)inventavam a todo tempo sua escravidão e situação jurídica: mudavam não só seus nomes, mas também o de seus senhores; uns diziam morar em endereços errados, outros – crioulos e também africanos que se assemelhavam à crioulos – já se intitulavam por forros, chegando até a andar calçados para ratificar a condição jurídica. Quanto aos fugidos, quando eram reconhecidos nas ruas e os abordavam, aplicavam toda sua astúcia para enganar a esses sujeitos que ameaçavam sua caminhada gradual – a lentos passos – rumo à liberdade: alegavam que não estavam mais fugidos ou que já estavam apadrinhados. Demonstravam-se com toda certeza ladinos, escorregadios e fugidios. Quanto a esses escravos pode-se de antemão notar que seus senhores não passaram pouco tempo escrevendo anúncios de fuga. Joaquim Antonio Rodrigues Palmito foi com toda a certeza um desses senhores. Vejamos o que escreveu:

No dia 7 de Junho de 1830 fugio do beco do Giundastê nº 45 um escravo de nome Fernando nação Moçambique [...]: era habituado ao serviço de remador em canoas e botes, na praia dos Mineiros, e sempre teve o costume de negar o Sr., dizendo ser forro, e outras vezes que o senhor o tinha vendido; hoje consta que se acha em São Matheus, ou na Bahia, e suppoem se que iria a título de forro empregado em marinheiro. Já foi anunciado pelo Diário do Rio de Janeiro por vezes [...] de junho a julho de 1830, no artigo de Escravos fugidos do Diário n. 17 de 22 de junho, no Diário n. 22 de 30 de Junho, no Diário n. 5 de 6 de Julho [...].⁹

Joaquim Antonio Rodrigues Palmito já se cansava de escrever anúncios de fuga para o *Diário do Rio de Janeiro* sem obtenção alguma de sucesso, afinal Fernando Moçambique continuava longe. Talvez, por isso, variou, e publicava pela quarta vez o um anúncio de fuga – o lido acima –, só que agora pelo *Jornal do Commercio*. E mesmo depois de capturado o fujão, senhores não se privavam de escrever anúncios, não de fuga e sim de venda – pois alguns escravos eram tão obstinados em não trabalhar para seus senhores que, para tanto, recorriam a constantes fugas, não deixando alternativa aos seus senhores senão vendê-los ou fazer como o proprietário do escravo José. Esse proprietário divulgava o seguinte:

Há para vender hum escravo ladino de nome José, o qual se acha no Calabouço não por crime algum, mas sim por fugir uma só vez, e como por isso o dono se desgostasse o quer vender, que será por preço cômodo, podendo quem o pretender procurar na rua do Rozário n. 84.¹⁰

A verdade é que o senhor de José não admitia que seu escravo relutava tanto em continuar a trabalhar para ele, que caso fosse obrigado, nada evitaria que uma nova fuga torna-se a acontecer. Mais conveniente, ao que parece, seria deixar o escravo José preso no Calabouço, arcando com os custos da estadia dele lá, do que empregá-lo novamente em suas atividades de trabalho que propiciavam lucro, devido ao inconveniente de outra fuga. Se senhores queimavam não pouco tempo com anúncios de fuga, é porque, em contrapartida, as notícias de escravos fugidos, passando pelas ruas, atingindo a audácia de andar em frente da casa senhorial, em alguns casos, exercendo atividades profissionais novas ou mesmo aquelas às que já havia desenvolvido habilidades, não cessavam de chegar aos seus ávidos ouvidos, ciosos por notícias de suas propriedades

⁹ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 19/01/1833.

¹⁰ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 07/12/1830.

humanas. Exemplo de um episódio desses é Thomaz, crioulo de Campos, que andava fugido a mais de 20 dias. Seu senhor já estava ciente de que ele “costuma andar na praia do peixe no ganho até as 8 horas; depois anda pela cidade tocando uma marimba encarnada, e costuma ir dormir na rua da Lapa [...], anda vestido de uma jaqueta e calças de riscado, e as vezes de preto como *se tem visto* (Grifo meu).”¹¹

E se, por acaso, as informações sobre prováveis paradeiros dos negros fugidos não apareciam, e nem culminavam na captura dele, sem hesitar, os senhores não demoravam em afirmar que seus escravos, suas propriedades privadas, haviam sido furtados, seduzidos ou acoitados. Arriscar uma tipologia para explicar esses três termos é sempre arriscado, pois suas fronteiras não são claras e nítidas, muitas vezes estando imbricadas e borradas.

O escravo quando interpretava possível e útil, recorreria à fuga e não a concretizava sozinho. Contava com a solidariedade e apoio de companheiros de labuta e/ou libertos. Esses geralmente acoitavam o escravo em suas casas. O escravo visto acima, Thomaz, crioulo de Campos, por exemplo, estava dormindo em casa de uma quitandeira. Já o escravo Antônio José, de nação Mina, vinha recebendo auxílio direto de seus parentes de nação. Tinha Antonio José fugido “pelo quintaes das casas contiguas à rua do Hospício n. 255”. Ressaltava seu senhor que Antonio José era alfaiate, entrementes deixara “o officio para vender galinhas pela cidade, onde é muito conhecido; [... e que] frequenta muito a casa de outros Minas, de quem recebe couto”.¹²

1.3 Nem todos que desaparecem são fujões... : “os novos gêneros de industria”

Existiam também senhores que exerciam papel fulcral no êxito de uma fuga: interessados em adquirir escravos sem ser pela compra, ofereciam os meios ao escravo fugir sob a condição dele ser seu “novo senhor”. Ciganos e espanhóis faziam algo parecido: aliciavam o escravo para fugir a fim de serem vendidos para senhores que supostamente lhes ofereciam melhores condições de vida, lhes aproximando mais da condição de libertos. A maior parte desses escravos acabava parando na província de Minas Gerais. Esses espanhóis e ciganos seduziam o cativo, pois tudo acontecia com a conivência do escravo. Não obstante, o ato desses agentes sociais de dar continuidade a

¹¹ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 18/11/1855.

¹² Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 27/05/1845.

sonegação duma propriedade privada era crime qualificado de roubo ou furto. Contra tais sujeitos os senhores exasperavam o pronto pagamento das jornadas diárias do escravo pelo tempo em que esteve oculto. Nos casos em que os escravos eram seqüestrados para tornarem a serem vendidos, transcorrendo tudo a revelia do cativo, também podiam ser encaixados sobre o crime de roubo. Por esse infortúnio passara o senhor que se identificara sob o pseudônimo “Inimigo dos Ladrões”. Abaixo segue o que ele escrevera para o *Jornal do Commercio*. Vejamos:

Sr. Redactor – Muitos senhores se queixão nesta Cidade dos Ladrões de Escravos, e entre os queixosos eu sou também um delles; e por isso vou narrar hum caso comigo acontecido, que assaz julgo digno dos meus Concidadãos; tendo-me faltado quatro escravos, entre eles há dous que desaparecerão no dia 8 de Setembro de 1829, e passando-se quatro anos fui informado que no Pillar, lugar denominado da Posse, existião escravos que dizião pertencer ao anunciante, e que os haviam levado para ali furtados; em consequência desta informação justifiquei os escravos que me faltavão, e requeri ao Exm. Sr. Chefe de Polícia huma Portaria, para no [caso?] de se verificar, poder apreende-los, e depois dirigi-me no Pillar e alli informando-me melhor do caso referido, soube que na Fazenda da Posse da qual é proprietária D. Rita Montinho de Sá, viúva de João Lopes, se achava um destes dous meus escravos, e que dizia pertencer-me; procurei ao Juiz de Paz para lhe requisitar o cumprimento da Portaria, mas esse se achava na Cidade, e como não havia outra autoridade de que a recorrer, dirigi-me a dita Fazenda e alli logo encontrei hum destes dous, e me disse que tinhão sido furtados juntos, com lenços amarrados na boca, e que alli tinha mais furtados, e depois soube que hum pardo pertencia ao Illm. Sr. Coronel Manoel Joaquim dos Reis, o qual lhe faltava há 9 para 10 anos, cujo escravo foi depois apreendido, e já se acha em poder de seu verdadeiro Sr.; dizem estes dous escravos que na mesma fazenda existem mais escravos furtados em diversos tempos, e seus nomes são os seguintes: Cazemiro, pardo; João, Benguela; Rufino, Crioulo; Innocencia, Crioula; isto dizem-no os dous escravos que alli se achavão. Sr. Redactor, se Vm. Julgar essas mal traçadas linhas, serem de alguma utilidade Pública, queira lhe dar publicidade na sua muito interessante folha, que muito lhe agradeço [sic],

O Inimigo dos Ladrões.¹³

O caso do “Inimigo dos Ladrões” não era algo isolado, como ele mesmo assume, informando que seus escravos lhe disseram que na Fazenda de D. Rita Montinho de Sá havia mais escravos furtados. A compra de escravos na primeira metade do século XIX era algo constante. A pressão britânica para o término do tráfico atlântico de africanos

¹³ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 25/11/1833.

relewa-se um tiro pela culatra. Tentando por fim, acabou incentivando o crescimento desse negócio. Os mercados de escravos estavam abarrotados de “peças da Guiné”. Como a fuga de escravos era algo já que se repetia com frequência, não era difícil que um proprietário associasse o desaparecimento de um escravo decorrendo de uma fuga, ao invés de um seqüestro no qual se poderia visar a venda ilegal do cativo. Escravos desapareciam e seus senhores nem ao certo sabiam responder com certeza se eles fugiram, ou foram roubados. Como a fuga era tão disseminada, muitos roubos e seqüestros de escravos ganhavam o rótulo de fuga. Com um mercado repleto de escravos, a venda de negros seqüestrados era mui facilitada. Outro aspecto a ressaltar é o papel das autoridades públicas. O Inimigo dos Ladrões esperava o pronto auxílio do Juiz de Paz, mas as atividades desses não permitiram nenhuma ajuda, já que ele se encontrava na Cidade. Estando a quatro anos sem a posse de dois de seus escravos, o “Inimigo dos Ladrões” decidira que não seria atrapalhado pela burocracia, afinal, que culpa teria se “não havia outra autoridade a recorrer” na ausência do Juiz de Paz? Elas nem ao menos davam conta de prender esses ladrões. O coronel Manoel Joaquim dos Reis, por exemplo, nada fez, mesmo depois de lesado, estando há quase 10 anos sem o seu escravo. A fazenda da D. Rita Montinho de Sá continuava em atividade. Por isso o “Inimigo dos Ladrões” não aguardou o respaldo que as autoridades públicas pudessem lhe fornecer e foi diretamente a fazenda, cujos trabalhadores que eram escravos roubados abundavam. E por que revelava isso num dos principais jornais do Rio de Janeiro? Talvez achasse necessário o conhecimento público do ocorrido para que as devidas providências não tardassem. Estaria o chefe de Polícia tão ocupado quanto o Juiz de Paz? Se sim, quiçá, pressionado pela opinião pública, se desocuparia.

Outros agentes sociais se inseriam nessa conturbada parte da escravidão, inerente ao sistema que era a fuga. Capitães-do-mato, pedestres e autoridades policiais convergiam numa mesma direção. Todos tinham como obrigação prender os escravos evadidos para que eles fossem então devolvidos aos seus respectivos senhores. Como recompensa de seus árduos esforços, ganhavam as prometidas alvissaras acompanhadas das despesas de captura. Havendo escassez de fugitivos, seja pela concorrência de desempregados que viravam capturadores de escravos diminuindo assim o lucro da profissão ou então se tornando mais difícil e custoso a captura de um fujão por ele ter acionado estratégias socioeconômicas que prolongavam sua aventura de fugido, autoridades policiais, pedestres e capitães-do-mato davam um jeito de “forjar” escravos fugitivos. Eles estimulavam os escravos a fugir ou os raptavam devolvendo-os aos

respectivos donos pela remuneração usual, afinal, prenderam um escravo que se “evadira”.

Os africanos novos, recém chegados, não acostumados culturalmente com as práticas sociais da cidade do Rio de Janeiro desapareciam repetidamente. Estariam fugindo por um intrínseco instinto de rebeldia naturalizado? Mais provável que estivessem sendo seqüestrados, uma vez que não dominavam ainda os códigos sócio-culturais da cidade escravista do Rio de Janeiro, achando-se mais vulneráveis as investidas de quadrilhas que roubavam escravos para revendê-los. Por vezes, escravos faziam parte dessas quadrilhas, tendo a função de angariar as vítimas. Mas nem sempre obtinham êxito, como o caso do pardo que se segue. Esse pardo ia levando furtado um escravo novo, de 10 a 12 anos de idade, até que lhe foi tirado o escravo furtado, que por ser ainda novo, não sabia ou não queria dizer o nome de seus senhores. O benfeitor da estória, além de arruinar os intentos desse pardo, e talvez do próprio escravo novo – vide o fato de desconfiar que escravo talvez não quisesse dizer o nome de seus senhores – comunicava o transcorrido no *Jornal do Commercio* para que o senhor desse escravo furtado fosse procurá-lo na “travessa de S. Joaquim canto da rua do Conde, que dando os sinais certes se lhe entregará”.¹⁴ O senhor do Felipe, escravo ainda boçal de idade de 12 anos, anunciava que Felipe também sumira, por volta das 10 horas da manhã. Como Felipe nunca havia saído à rua, seu senhor presumia que ele houvesse sido furtado na porta de sua casa, na rua dos Inválidos nº 116.¹⁵ Certeza que de que furtaram seu escravo novo na porta de sua casa tinha o senhor que assinava sob o pseudônimo de “O Cavaleiro de Industria”. Vale a pena ver integralmente o que esse erudito senhor constatava, não escondendo sua perplexidade diante do acontecido – no mínimo cômico – sobre os novos negócios que apareciam no Rio de Janeiro oitocentista.

Sr. Redactor, não se persuada que nesta terra de prodígios morra hum individuo por falta de meios de subsistência; novos gêneros de industria se nos appresentão por todos os lados. No dia 17 do corrente pelas 11 horas da manhã desapareceo de minha casa hum moleque ainda novo, estando à porta; como não tinha motivo para fugir, assentei que tinha sido furtado, ou ao menos desencaminhado; e com efeito ao anoitecer do mesmo dia 17, veio a minha casa o moleque conduzido (de baixo de toda a segurança) por hum Illustrissimo Sr. Capitão do Matto, o qual declarou que encontrou o moleque na praia de Botafogo, em fugida; pago os devidos emolumentos ao

¹⁴ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 19/07/1830.

¹⁵ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 26/06/1830.

Illustrissimo Sr. Capitão do Matto, declarou o moleque com toda a sua inocência, que achando-se na porta de caza, hum soldado o chamara, e o fora conduzindo até a residência do Illustrissimo Sr. Capitão, o qual o reconduzira ao lugar de onde sahira... e que tal! E o mais é que o Illustrissimo Sr. Capitão, cometeu um anacronismo dizendo que achara o moleque no dia 15, quando só desapareceo no 17! Assim vão as cousas neste mundo, Sr. Redactor, e por tanto lhe peço a publicação desta no seu Jornal à fim de que os Srs. de escravos novos advirtão os seus pretos para estarem sempre em guarda contra os fasedores de passeio, e os Illustrissimos Srs. Capitães do Matto,

Seu Assignante,

O Cavaleiro de Industria.¹⁶

O humor negro desse episódio inicia com a premissa de que eram justamente os capitães-do-mato e soldados, em suas rondas, os responsáveis por capturar escravos fugidos. Neles deveria repousar a confiança dos proprietários de escravos quando seus cativos escapulissessem. Como os escravos que escapavam do domínio senhorial realizavam suas aventuras munidos das mais variadas artimanhas, capturá-los por uma cidade negra que nem o Rio de Janeiro não dispensaria árduo trabalho. Mais cômodo era “capturar” um escravo novo. Bastava apenas que ele “desaparecesse”. O azar desses “capturadores” de escravos era que eles apenas se preocupavam em desencaminhar certo tipo de escravo, dando pouca atenção se o respectivo senhor seria tolo o bastante para ser iludido. O atestado de idiotice aplicado espantou tanto ao arguto “Cavaleiro de Industria” que ele preferiu, mesmo assim, levar esse teatro até o final, cumprindo com todo script ao bancar o senhor grato com a captura de um escravo que se evadira. Aguardava, certamente com ansiedade, ver qual seria o desfecho da peça. Deve ter estranhado que um escravo fugido estivesse tão tranqüilo, nada agitado ou esbaforido, sem apresentar nenhum sinal de que relutara durante a captura e a condução até o senhor. Laconicamente seu senhor informava que o moleque fora reconduzido “de baixo de toda a segurança”. Os sinais de briga e roupas estragadas talvez contrastassem com o conduzido “de baixo de toda a segurança”. Um erro grave no figurino de um dos atores da dramatização, mas que fora tolerado, afinal o senhor pagara a recompensa pela captura, que certamente em poucos instantes estaria sendo repartida entre soldado e capitão-do-mato.

O que não deve ter agradado, *à posteriori*, o próprio senhor, quando esse, como um crítico teatral que avalia uma peça, não foi o fato de como integrante da platéia ter

¹⁶ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 22/06/1830.

que ser também um dos principais atores do teatro. Mas sim o péssimo enredo elaborado pelos autores do teatro. Trazer um escravo que se evadira durante a manhã de um dia e devolvê-lo capturado ao anoitecer do mesmo dia até vai. O capitão-do-mato exibiria assim a eficiência de seu trabalho. Talvez nem houvesse tido tempo suficiente para o senhor avisar a polícia e entrar em contato com um capitão-do-mato, e antes disso seu escravo já estava capturado, de volta ao lar. Acrescenta-se ainda que como o escravo era novo, ou seja, um africano novo em processo de aclimatação, reconduzi-lo a residência de seu senhor fora obra do intelecto do capitão-do-mato, já que o escravo novo pouco deveria conhecer sobre a geografia da cidade, visto ser recém chegado da África. Tudo isso parece ter sido relevado. Mas trocar o dia da fuga, antecipando-a assim em dois dias, era um anacronismo intolerável. “O Cavaleiro de Industria” não se privara de informar sua avaliação desse teatro a fim de que outros africanos novos e seus respectivos senhores não prestigiassem essa peça, seja atuando ou assistindo-a de camarote.

As autoridades policiais, sem muitos esforços, já não agradavam a sociedade. Se havia roubos de escravos e casos endêmicos de fuga, a não eficiência da polícia era crucial, sendo quase uma condição *sine qua non*. A verdade era que nem mesmo eles estavam isentos de serem vítimas de roubo e fuga de escravos. “O Inimigo dos ladrões” já indicava o caso de um coronel que teve seu escravo roubado e nada fizera com a senhora que possuía uma senzala que se renovava a partir do furto de escravos. O Sargento Mor José Pinto da Silva era mais um desses senhores, que tendo que garantir o bem público na Corte, não conseguia nem controlar aos seus escravos. Da crioula Dezideria, que andava fugida, O Sargento José da Silva sabia apenas que “costuma a vender [sic] cosido, e a tarde fazenda para não ser capturada”.¹⁷ Não davam conta dos seus escravos, e nem dos de outros senhores. E o pior, ainda forjavam fugas, como o soldado da estória do “Cavaleiro de Industria”, ou então as estimulavam. Quanto a negra Vicencia, de nação, fugida da rua do Aljube trajando seu pano da Costa novo, seu senhor relatava sobre sua fuga, haver “toda a probabilidade de ser seduzida por hum Soldado dos Corpos que estão no Campo da Aclamação”.¹⁸

Aqueles que deveriam capturar os escravos, mesmo quando colocavam as mãos nos fujões, provavam não ser isso garantia alguma de retorno ao senhor. Numa distração

¹⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 07/09/1821.

¹⁸ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 27/01/1831.

do pedestre, um preto fugido que era reconduzido se soltara dele e jogara-se ao mar, morrendo afogado. Seria esse negro rebelde? Cria que seu espírito, ao menos, voltaria agora para África? O certo é que esse pedestre fora displicente o bastante para deixar algumas patacas lhe escaparem da mão. Quanto ao negro, restou somente realizar um exame de corpo de delito, conforme aparecia no Extracto diário do dia 1º de Maio de 1848, no *Jornal do Commercio*.¹⁹

1.4 Escravidão na imprensa

Como vimos até agora, a imprensa vinha servindo aos negócios da escravidão de maneira determinante ao longo do século XIX. Se se tentava vender, alugar ou comprar um escravo, nos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro lá vinham transcritos anúncios referentes a essas mercadorias disponíveis no mercado. Até o período em que o tráfico atlântico de africanos era legalizado, avisos de chegadas de navios negreiros, abundavam nos principais jornais da corte entre, 1811 e 1830.²⁰ Manolo Florentino explicou isso como uma maneira de se “agilizar” a venda de escravos novos, que poderiam sucumbir facilmente devido à insalubre viagem de aproximadamente três meses. Juntamente nesses avisos de negreiros ancorados no porto do Rio de Janeiro, informava-se o local de onde os negreiros haviam zarpado na África, a duração da viagem, e o número de africanos vivos e os que não suportaram a travessia.²¹ A polícia também usava da imprensa para divulgar os sucessos de suas rondas pela cidade, sendo freqüente as prisões de escravos por andar vagando de noite pelas ruas, ofensas físicas, desordens, furtos, embriaguez, proferir palavras injuriosas, por ser suspeito de fuga, por fuga, etc. Ainda se tem o que podemos chamar, de maneira diacrônica, o que hoje

¹⁹ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 03/05/1848.

²⁰ Em 1811 começam a surgir esses avisos. Não antes, pois a imprensa no Brasil havia sido criada apenas em 1808, com o advento da estadia da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Em 1830 esses avisos, naturalmente, têm que desaparecer, pois seria inadmissível pela política britânica que o tráfico de africanos estivesse ainda tão as claras, como se nada houvesse acontecido. Esses avisos de chegada dos negreiros constituir-se-iam provas claras da manutenção do tráfico e do pouco caso que as autoridades brasileiras faziam desse comércio, que na já no ano de 1830 era ilegal.

²¹ Manolo Florentino. *Em costas negras: Um Estudo Sobre o Tráfico de Escravos Africanos para o Porto do Rio de Janeiro. 1790-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

intitula-se de cartas do leitor. São fatos que ocorreram com o leitor, os quais ele escreve e envia ao redator do jornal a fim de que seja divulgado entre a sociedade. Escravos freqüentemente eram objetos dessas “cartas do leitor”, como a do “Cavaleiro de Indústria”, por exemplo. E como se percebeu, e talvez nem seja preciso comentar, havia os anúncios de fuga. Material esse ainda pouco utilizado pela historiografia, sendo ele suficientemente útil para um trabalho de história social da escravidão. Além do desaparecimento dos escravos, como a própria natureza do material já indica, há nesses anúncios traços do cotidiano e sociabilidade dos escravos. Como eles protagonizaram seus destinos – com ou sem o aval de seus senhores – na maior cidade africanizada das Américas, mesmo tendo inúmeras dificuldades como o período de aclimatamento, e a constante repressão policial cuja preocupação principal não era diferenciar criminosos de cidadão de paz, antes a população branca dos indivíduos de cor, para assim melhor controlá-los.

Algumas dessas questões sobre a escravidão urbana já vem sendo discutidas pela recente historiografia, tentando-se caracterizar as muitas facetas da vida escrava no Rio de Janeiro. Pesquisas como a de Mary Karasch, Leila Algranti, Luiz Carlos Soares, Sidney Chalhoub, José Roberto Goés, Flavio Gomes - para citar apenas alguns trabalhos – alumiaram muito sobre a escravidão no Rio de Janeiro oitocentista. E novos estudos não cessam de surgir gerando a consolidação do conhecimento histórico a partir de novas perguntas feitas ao material empírico. No entanto, pouco se refletiu sobre a relação que a escravidão manteve com a imprensa, fazendo uma ressalva ao tema da abolição. Com certeza ele já foi alvo de muitas pesquisas. Jornalistas como José do Patrocínio, que militaram contra a escravidão, usando pena e papel, sobretudo, a fim de levar adiante o projeto abolicionista, foram alvos de não poucos estudos.

Contudo, a luta abolicionista só tomara vulto no final do século XIX. A imprensa no Brasil iniciava-se em 1808, na cidade do Rio de Janeiro. Como a escravidão foi ganhando espaço nela? Ao longo do século XIX o número de periódicos que circularam pelas grandes cidades escravistas do Brasil – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luis, Porto Alegre – mais que duplica, esboçando imagens de senhores, escravos, e paisagens urbanas e rurais de características atlânticas. Os leitores da época beneficiavam-se grandemente, utilizando os jornais para se informar e traçar táticas para suas vidas.

Outros números também se elevaram, beneficiando sem sombra de dúvida, a economia escravista, embora levasse à cólera os dirigentes da Inglaterra. Os números de

importação de africanos, de forma generalizante, quebraram recordes de entrada no porto do Rio de Janeiro, anos após ano, desde 1808 até praticamente a implantação do *Bill Aberdeen* e a Lei Eusébio de Queiroz. O de europeus também se elevou por causa da transformação do Rio de Janeiro em sede da corte portuguesa.

A demografia da cidade crescera. Os ilustres hóspedes europeus compartilhavam precariamente uma cidade – mais africana que européia – com os antigos colonos e os escravos. Esses, se fazendo sempre que necessário, humildes, perceberam os problemas que a cidade enfrentava e que o número de negros, principalmente africanos, aumentava nas ruas, reflexo direto do tráfico negreiro. Florentino calcula que de 1808 a 1821 desembarcaram no Rio cerca de 254.700 africanos.²² Como controlar tantos negros? Que artifícios a real Corte utilizou para deixar adormecido esse potencial “Haiti”? Leila Algranti entende que o poder público representado na figura da polícia assumirá o papel de manutenção da ordem nas ruas e tentará impedir ao máximo as perigosas aglomerações de negros, convertendo-se num grande “feitor”. Contudo, creio que o esforço desse feitor não tenha bastado frente às crescentes taxas de entradas de negros africanos na cidade. Escravos ladinos, boçais e até aqueles novos, recém chegados da África, desapareciam cada vez mais. Na ausência desse “feitor”, senhores não titubeavam e inovavam. Utilizaram a imprensa de uma maneira nunca antes empregada no Brasil: escreviam anúncios de fuga para a captura de seus escravos no primeiro periódico – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – impresso no Brasil, exatamente durante o período em que a corte portuguesa esteve sediada no Rio, desejando afastar da cidade os traços e ares coloniais, exceto um – a escravidão. Focalizar o delineamento dessas práticas sociais através das imagens que emergiam nas letras dos periódicos, por vezes exóticas aos olhares europeus, é o que pretendo problematizar na próxima parte deste trabalho.

22 MANOLO, Florentino. Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 59.

CAPÍTULO DOIS

Após o deslize, a imprensa: as fugas de escravos na corte

As fugas de escravos, tanto individuais quanto aquelas coletivas, sempre foram constantes no sistema escravista. E no Brasil, no século XIX, essa premissa jamais perdera sua validade. O avaliador dos escravos da falecida Francisca Maria de Jesus, ao avaliar o plantel de escravos dela em 1819, não deixou de assinalar que o escravo Felipe Banguela de vinte cinco anos de idade, além de ter por ocupação o serviço de roça e valer a quantia 102\$400, era muito fujão. Eleuterio Rebolo, também do mesmo plantel, tendo não apenas idade semelhante à de Felipe, mas idêntica ocupação e valor, destacava-se, por apresentar o mesmo mau exemplo de seu companheiro de labuta: tinha, conforme o registrado pelo avaliador, o “vício de fugir”.²³ Vício esse que se alastrava como um vírus, causando uma verdadeira epidemia, na qual, por vezes, não se desvendava uma cura. O escravo Julio também fora afetado por esse vício, tendo o seu senhor, João José de Bastos, morrido no ano de 1833 sem conseguir vê-lo em seu poder novamente. Nas declarações de João J. Bastos visando à boa ordem da partilha constava que o escravo Julio ainda quando era vivo “se tinha ausentado fugitivo [...] e até hoje não se sabe notícia dele”, o que indica que o escravo não fugira necessariamente por causa da partilha da herança, momento esse em que muitas famílias escravas poderiam ser desmembradas.²⁴ A ação de escravos como Julio, Eleuterio e Felipe embora ocasionassem receio entre setores da sociedade oitocentista, de modo algum ameaçaram determinadamente o sistema escravista brasileiro na primeira metade do século XIX. As fugas eram tão-somente indesejadas pelos proprietários de escravos.

Apesar dos problemas que ocasionava, escravidão compunha a pedra fundamental da sociedade oitocentista brasileira. Herança do período colonial, todas as atividades manuais os escravos desempenhavam, desde as tarefas mais braçais – como, carregadores de sacas de café – até aquelas consideradas especializadas – por exemplo,

²³Arquivo Nacional. Fundo Inventários. Código 3J. Notação 8441. Maço 436. Inventário post-mortem de Francisca Maria de Jesus. 1819.

²⁴Arquivo Nacional. Fundo Inventários. Código 3J. Notação 530. Caixa 295. Inventário post-mortem de João José de Bastos. 1833. Agradeço a Gustavo Dantas Abrantes pela indicação desses dois inventários.

as ocupações de carpinteiro, pedreiro e ferreiros – não havendo qualquer incompatibilidade entre escravidão e o desenvolvimento da vida urbana no Rio de Janeiro. Numa sociedade que desprezava o trabalho com as mãos, o labor e o escravo caminhavam de mãos dadas²⁵ e por isso se importaram maciças cifras de africanos a fim de serem escravizados do outro lado do Atlântico, para atender a demanda por mão-de-obra. Apesar de ser visto pelos senhores como necessário, o sistema escravista convertera-se em constante motivo de temor da sociedade oitocentista, sobretudo a partir do levante de escravos na colônia francesa de São Domingos, culminando na formação do Haiti. As fugas de escravos apenas deixavam esse problema em estado de latência. Perguntavam-se os senhores, para que os escravos fugiam? E movidos pelo medo e pavor, tudo conspirava para a eclosão de uma revolta de escravos cujo primeiro objeto seria a eliminação dos algozes, a população branca. Adolfo Caminha em seu romance de 1895, “Bom-Crioulo”, parece não ter se esquecido desse pânico dissimulado existente nas áreas rurais:

Nesse tempo o “negro fugido” aterrava as populações de um modo fantástico. Dava-se caça ao escravo como aos animais, de espora e garrucha, mato a dentro, saltando precipícios, atravessando rios a nado, galgando montanhas... Logo que o fato era denunciado — aqui-del-rei! — enchiam-se as florestas de tropel, saíam estafetas pelo sertão num clamor estranho, medindo pegadas, açulando cães, rompendo cafezais. Até fechavam-se as portas com medo...²⁶

É nesse temor oculto, mas percebido pelos próprios escravos, que Amaro, o “bom-crioulo”, fogia de uma fazenda de café, cansado das arbitrariedades senhoriais, e ia para o Rio de Janeiro, desconhecendo as adversidades que um homem de cor enfrentava numa cidade. Arriscando a sorte, a personagem fictícia de Adolfo Caminha não escolhera se embrenhar nas florestas próximas a fazenda. Saindo daquele mundo que conhecia, Amaro deixa a zona rural para trás, e vai para a cidade do Rio de Janeiro, mesmo sem ter nenhum conhecido nela que o pudesse auxiliar em sua peripécia. Talvez, por justamente não ter em mente nenhum possível coito que pudesse protegê-lo dos perigos inerentes ao homem de cor num lugar como era a Corte, que Amaro decide

²⁵ Mary Karasch demonstra que a cidade do Rio de Janeiro dependia dos braços negros para execução de qualquer atividade. (KARASCH, 2000, p. 259-291).

²⁶ CAMINHA, Adolfo. Bom-crioulo. São Paulo: Ática, 1995, p. 13. A primeira publicação do romance data de 1895.

ingressar na Marinha de Guerra. Não obstante o fracasso na sua vida sentimental, Amaro conseguira se vê livre de seu senhor.

A mesma sorte não obtivera a mulata Arminda. No conto de Machado de Assis, “Pai contra Mãe”, escrito entre 1897 e 1905,²⁷ a mulata Arminda havia fugido, tendo sido já anunciada sua fuga nos periódicos por mais de uma vez. Difícil deveria ser a captura duma mulata, talvez por isso a recompensa pela prisão de Arminda fosse uma das mais altas, chegando ao valor de cem mil réis. Arminda deveria estar acoitada por um amante, afinal, encontra-se grávida! Candido Neves, recém casado, movido pela necessidade e pelo crescimento da sua família – agora era pai – decorara os gestos e a indumentária da fujona, para então capturá-la e amenizar seu deficitário orçamento com o prêmio da captura. Mas não conseguia êxito. Deveras ladina essa escrava. Candido Neves também não conseguia capturar outros escravos cujas recompensas eram de valores menores. A situação na qual Candido permanecia se revelava complicada. Parece que a concorrência de desempregados que se tornavam capitães-do-mato não permitiam que Candido encontrasse escravos em fuga. Seus concorrentes podiam estar pegando os fujões antes dele, ou, quem sabe, os escravos em fuga agora utilizavam melhores estratégias, coitos mais seguros surgiam... As ruelas do Rio de Janeiro imperial convertiam-se num labirinto que ora escondia e ora exhibia esses escravos.

Em todo o transcorrer do romance a escrava Arminda se manteve fugida. Os anúncios de fuga asseguram isso, pois eles não cessaram de aparecer nos periódicos, indicando, primeiro, a dificuldade que os capitães-do-mato e demais autoridades responsáveis enfrentavam para capturá-la, e, segundo, que o seu senhor não havia ainda desistido da captura dela apesar de todas as dificuldades. Será que era porque ela estava por perto, continuando a exercer a mesma ocupação ou talvez freqüentando os mesmo lugares de outrora quando então estava sob o jugo de seu senhor? O fato é que a mulata Arminda deixa cair seu “manto de invisibilidade” quando Candido Neves já desistira de capturá-la. Enquanto Candido levava seu filho recém nascido para a Roda dos enjeitados, ele resolvera trilhar um caminho diferente do usual, que por coincidência, era bem utilizado pela fujona Arminda. Ela é capturada e logo em seguida aborta devido à via sacra que percorria um escravo fujão até a casa de seu senhor, onde finalmente receberia os castigos devidos. Quanto à Candido, ganha o dinheiro da recompensa da

²⁷ PINHEIRO, Claudio Costa. Os desaparecidos: o cotidiano das fugas de escravos na Corte, 1835 & 1865. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. 1994. Pg. 94.

captura, podendo assim permanecer com o seu filho. A desventura dessa mãe bastou para que Candido continuasse a exercer a paternidade.²⁸

Adolfo Caminha e Machado de Assis, ambos iniciam suas histórias relembrando um tempo de outrora, quando a escravidão funcionava a plenos pulmões. Era um tempo passado que insistia ainda em repercutir no presente de ambos os autores. Talvez, por isso, quisessem reiterar quão abominável tal instituição fora, já que enquanto o sistema escravista perdurava, o falar da escravidão, tanto em peças teatrais quanto em obras literárias, fora sempre um problema: como criar uma personagem escravizada sem o uso da violência ou mesmo acabar elaborando um libelo abolicionista? Questões como essa explicam o porquê de não se ter maiores quantidades de obras literárias e artísticas que fizessem menção a escravidão enquanto ela vigorava. Se Amaro apresentava um desvio sexual e se tornara um pedófilo, o germe, quiçá, residiria numa senzala com uma proporção não compatível entre homens e mulheres, um fator de natureza demográfica que somado a outros elementos do sistema escravista, dificultava não pouco a formação de famílias escravas.²⁹ Mas as poucas mulheres também tiveram problemas em estruturar suas famílias – que diriam as Armindas! Será que os autores literários ambicionavam uma crítica a essa sociedade, ainda intoxicada pelos males do cancro do escravismo, que já em 1890 cantava em seu hino da proclamação da república “Nós nem cremos que escravos outrora, / Tenha havido em tão nobre país”? Não pretendo responder a essa questão e nem prosseguir num estudo historiográfico sobre escravidão a partir de “Bom-Crioulo” e “Pai contra mãe”. Esse estudo se iniciou aludindo a duas obras literárias pelo fato de ambas trazerem a tona o tema da escravidão conjuntamente com a fuga de escravos e o uso da imprensa como mecanismo para captura dos cativos evadidos.

A obra literária não revela a sociedade que a produz de maneira transparente e objetiva. Machado de Assis e Adolfo Caminha não se preocuparam em fazer história, sociologia ou antropologia quando escreveram seus respectivos romances, mas usaram o meio social em que conviviam como referencial para suas histórias. Cabe agora ao

²⁸ ASSIS, Machado. “Pai contra mãe” IN: Contos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

²⁹ Ressalto que apesar dos empecilhos, a família escrava não foi impossibilitada. Sobre o assunto ler SLENES, Robert Wayne Andrew. Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo. ; GÓES, J. R. A Paz das Senzalas. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1997.

historiador desmistificar o significado aparente desses romances, e assim abrir uma porta capaz de levá-lo a indícios dessa sociedade, afinal, o texto literário é sempre um artefato historicamente situado, declaração do autor, que também é um sujeito histórico, de sua visão sobre uma determinada experiência histórica.³⁰ Adolfo Caminha relata o que acontecia quase de imediato quando se passava uma escapatória dum escravo:

Jornais traziam na terceira página a figura de um “moleque” em fuga, trouxa ao ombro, e, por baixo, o anúncio, quase sempre em tipo cheio, minucioso, explícito, com todos os detalhes, indicando estatura, idade, lesões, vícios, e outros característicos do fugitivo.

Além disso o “proprietário” gratificava generosamente a quem prendesse o escravo.³¹

Machado de Assis descreve de maneira semelhante, só que mais densa, talvez por estar descrevendo sobre o que se seguia após a fuga num ambiente urbano:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: "gratificar-se-á generosamente", – ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.³²

Parece que o normal era esse. Ao se perder um escravo, o protocolo para reavê-lo estendia-se por um anúncio de fuga, que conseguia alcançar a sensibilidade de outros senhores que conheciam bem as agonias da fuga de um escravo. Esses anúncios também atingiam as mãos de vários capitães-do-mato, pedestres e autoridades, e mais outros indivíduos dispostos a arranjar alguns trocados pegando escravos fujões. Entretanto, nem sempre o processo de captura de escravos transcorreria desse modo. Vale lembrar que a imprensa no Brasil proibida durante o quase todo o período colonial, surge apenas em 1808, com o advento da vinda da corte lisboeta, momento que o termo colônia para o Brasil perde literalmente o sentido. Os escravos já fugiam antes da publicação do

³⁰ A partir do conceito de documento trabalhado por Jacques Le Goff (Le Goff, 1994, 535-549.), alargando a noção de fonte e incluindo também a obra literária como um documento. Margarida de Souza Neves dá exemplo de como isso é possível (Neves, 1990, p. 475-483.).

³¹ CAMINHA, 1995, p. 13

³² ASSIS, 1996, p. 120.

primeiro periódico no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*, que circulou na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808.³³ O porquê dos anúncios de fuga surgirem nesse folhetim e o que os senhores dos escravos fugidos planejavam ao se utilizarem deles são pontos que pretendo discutir ao longo do texto que se segue. Para tanto, pretendo recuar a formação da cidade do Rio de Janeiro e a disposição geográfica dessa cidade nos séculos anteriores ao XIX, uma vez que o Rio de Janeiro não começa a partir de 1808. Experiências históricas antes do século XIX já haviam delineado essa cidade e se entrecruzaram com outras a partir da chegada da corte portuguesa, produzindo a híbrida cidade do Rio de Janeiro oitocentista.

2.1 Das origens da cidade até a Gazeta do Rio de Janeiro

A presença francesa ameaçava o domínio da parte sul da colônia portuguesa no Novo Mundo. Com Villegaignon a Coroa portuguesa tomara uma atitude quanto ao Rio de Janeiro. Tal região era de importante valor, pois se localizava estrategicamente para se alcançar o rio da Prata e assim se ter acesso aos metais preciosos da América espanhola. Primeiro estabeleceu-se um povoado, com um conjunto de barracos e uma igreja de taipo no que é hoje a Urca, visando controle sobre a entrada e saída de navios na baía. Após a vitória sobre os invasores, os franceses são expulsos e a cidade é transferida em 1567 para o morro do Castelo devido à posição estratégica que o local possibilitava para ações militares e atividades mercantis.³⁴ Nesse período, grande preocupação quanto à segurança da cidade pairava sobre a mentalidade da época. Fortes são construídos no litoral da cidade e toda a sua arquitetura é desenvolvida consoante a demanda militar e comercial.

Avançando no tempo até o século XVIII, observa-se que a cidade do Rio de Janeiro já obtinha maiores destaques dentro do Império português. Em 1763 se tornava a capital da colônia portuguesa na América, sediando o maior aparelho burocrático da colônia. Um dos motivos para a elevação da cidade residia na mineração: com a

³³ Quando se reduziu os índios à escravidão, tornando-os os primeiros escravos na América portuguesa, esses já recorriam à fuga. Stuart Schwartz analisando os engenhos de açúcar nordestinos no século XVI já aponta à resistência indígena a escravidão através das fugas. Geralmente, para a captura desses índios evadidos, se utilizava índios livres ou aldeados para prendê-los (SCHWARTZ, 1988, p. 67).

³⁴ LOBO, 1978, p. 19-20.

descoberta da região das Minas Gerais, aumentava-se a fiscalização visando impedir os descaminhos do ouro. Nessa perspectiva o porto carioca era o único que exportava ouro e diamantes para Portugal, o que aumentava sua relevância em comparação ao restante da colônia americana. Pelo mesmo porto os navios negreiros ancoravam desembarcando escravos africanos, a fim de atender, em especial, a demanda provocada pela mineração. Além das mudanças políticas, a extração de metais preciosos na região sudeste da América portuguesa suscitou a primeira corrida pelo ouro da época moderna, causando sensível elevação populacional: milhares migravam para o Brasil, tanto africanos reduzidos a escravos quanto europeus seduzidos pelo brilho dourado.³⁵ Entretanto, nem só de ouro viveu essa população. No Rio de Janeiro desenvolvia-se a atividade açucareira e o cultivo de gêneros agrícolas para o abastecimento do mercado interno. Ou seja, a cidade não só ganhava novas funções políticas, como também intensificava suas atividades econômicas a fim de atender suas próprias demandas e de regiões circunvizinhas.

Consoante Cardoso, na última década do século XVIII e primeira do XIX, levando-se em conta apenas o comércio exterior da América portuguesa, o Rio de Janeiro era o porto de maior relevância, sendo seguido respectivamente por Salvador, Recife e São Luís.³⁶ Com a chegada da família real a proeminência do Rio cresce ainda: aparelhos burocráticos são trasladados de Lisboa e aproximadamente quinze mil pessoas desembarcavam junto com a família real.³⁷ Não se estendendo em mais pormenores, conhecidos já por todos, os portos são abertos às nações amigas em 1808 e nesse mesmo ano, é fundada a Imprensa Régia, publicando materiais impressos e em especial, a Gazeta do Rio de Janeiro. É óbvio então as mudanças que a presença da corte no Brasil ocasionou, em especial, na mais nova capital do Império português. Todo esse

³⁵ Aproximadamente 800 mil pessoas saíram de Portugal para buscar a sorte em Minas Gerais. Quanto aos africanos, estima-se algo em torno de dois milhões de negros importados para trabalhos nas minas e lavouras (GOMES, 2007, p. 123).

³⁶ CARDOSO, 1990, P. 122

³⁷ Há um grande debate sobre quantos teriam saído de Portugal e chegado ao Brasil. Os especialistas convergem em afirmar que emigraram em torno de 10 a 15 mil indivíduos, mas ainda discutem quantos teriam permanecido na cidade do Rio de Janeiro, estipulando até a cifra de 1500 imigrantes. Estudo recente sobre quantos vieram de Portugal para o Rio de Janeiro encontra-se em BARATA, Carlos Eduardo. “Afinal!!! Quantas pessoas vieram com a corte de d. João? 1807-1808” IN: IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

quadro e o desejo europeu de desbravar o exótico do Brasil para divulgá-lo no Velho mundo, alentaram a vinda de missões científicas e artísticas européias que produziram importantes relatos do Brasil do século XIX.

Sem dúvida alguma, a cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações demográficas, políticas, econômicas e culturais. Contudo, essas novidades não fazem esquecer que a nova sede da capital localizava-se nos trópicos: a geografia da cidade era caracterizada por um relevo acidentado, em suas fronteiras encontravam-se colinas e mares, e dentro dela eram muitos os pântanos. Esses problemas, vindos já do século XVI e XVII, não foram eliminados no oitocentos, nem mesmo pelo advento da mais ilustre casa real de Portugal nos trópicos. Não por acaso, que Rugendas³⁸, ao avistar o Rio de Janeiro ainda da baía da Guanabara, descreve a sua paisagem com certo estranhamento. Apesar da exuberante natureza tropical concentrada nesse local, que a todos causava grande impacto e admiração, ele vê como ela determinava a arquitetura da cidade: “As casas da cidade velha alinham-se pela praia, *na medida em que as cortinas rochosas o permitem*”³⁹ (grifo meu). Os conventos e igrejas estavam edificadas nas colinas, um tanto longe da população. Vejamos o que Rugendas registrou dessa cidade já em 1821:

Na parte antiga da cidade as ruas são estreitas mas regulares; cortam-se em ângulos retos e quase todas são calçadas e providas de passeios. As casas desse bairro são em geral altas e estreitas. O telhado é pontudo e nada na sua construção lembra o clima nos trópicos. Tem quase sempre 3 ou 4 andares e somente 3 janelas nas fachadas. [...] A arquitetura é muito melhor nas partes modernas da cidade e principalmente no bairro de Santana; as casas aí são mais baixas, com telhados menos pontudos e estão se construindo edifícios de muito bom gosto.⁴⁰

E o planejamento da cidade não melhorava nas suas franjas: “Ousado [seria] afirmar que Catete e Botafogo pertencem à cidade; pois as ruas são aí interrompidas constantemente por jardins e até por plantações”.⁴¹ Era pouco o espaço para expansão

³⁸ Ressalta-se que a exposição de Rugendas sobre a cidade é posterior a chegada da corte real no Rio de Janeiro, uma vez que ele chega ao Brasil em 1821 como desenhista da missão científica do barão de Langsdorff.

³⁹ Rugendas, 1979, p. 40.

⁴⁰ Rugendas, 1979, p. 40.

⁴¹ Rugendas, 1979, p. 40.

da urbe, se não para além das quatro freguesias urbanas,⁴² e mesmo assim deixando deveras a desejar. O Rio de Janeiro que abrigara a corte real portuguesa estava circunscrito numa área rodeada por montanhas, densas florestas e a praia. No seu interior, regiões alagadiças e pantanosas somadas aos mangues limitavam a habitação da cidade em alguns locais. Poucas deveriam ser as ruas que a cidade possuía em 1808. Até 1821 a cidade expandira-se tendo como demarcação o Rio Comprido e o Rio das Laranjeiras, possuindo 46 ruas mal calçadas e estreitas, e 19 largos.⁴³ Além de mal construída, com praças sem decoração e caminhos cheios de mato, a cidade do Rio se destacava pela sua insalubridade: havia problemas crônicos de abastecimento de água, a limpeza das ruas e edifícios era precária e o sistema de esgoto sanitário era inexistente. Medida de urgência era transformar essa cidade colonial, com ares de cidade africana,⁴⁴ numa capital aos moldes europeus.

Nesse sentido cria-se uma série de instituições típicas de Lisboa visando oferecer uma melhor estadia aos “hóspedes” vindos da Europa, dentre elas, a intendência de polícia. Essa instituição responsabilizava-se pelo controle e repressão dos escravos e homens livres pobres nas ruas, tentando assim garantir melhores condições de moradia na cidade. À polícia também cabia o papel de fornecer trabalhadores para a limpeza da cidade e as obras públicas. Grande parcela dessa mão-de-obra era angariada na prisão do calabouço. Aproveitavam-se os detentos nessas atividades tidas como degradantes e humilhantes.

Outra importante criação é a da Imprensa Régia, por iniciativa oficial de D. João, a fim de que as necessidades burocráticas da corte, instalada no Brasil, fossem supridas. Era necessário imprimir os atos do governo e fazê-los conhecidos entre seus súditos. Na última folha do primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*⁴⁵ isso transparece bem nítido:

⁴² Sacramento, Santa Rita, São José, Candelária.

⁴³ ALGRANTI, 1988, p. 27.

⁴⁴ Vários são os viajantes europeus que ao passarem no Rio de Janeiro oitocentista ressaltaram como ela era um microcosmo de toda a África, tendo não só representantes de diversos pontos do continente africano, como também materializações culturais dessas localidades. Dentre esses viajantes destacam-se Rugendas e Debret. Tratando sobre a percepção de Rugendas sobre as muitas Áfricas concentradas na cidade do Rio de Janeiro, ler SLENES, R. W. ‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. Revista USP, 12, 1991/92.

⁴⁵ Fundação Biblioteca Nacional. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/09/1808.

N. B. Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo oficial, e o governo somente responde por aqueles papéis que nela manda imprimir em seu nome.

Surgia então a imprensa no Brasil, atrelada ao rei, proibida de publicar qualquer matéria contra a religião, a monarquia e os bons costumes. Assim, em 10/09/1808 publicava-se o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tendo como molde o periódico de Lisboa, *Gazeta de Lisboa*. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico de quatro folhas que media 19 x 13,5 cm., trazia sempre uma epígrafe de Horácio em latim “*Doctrina sed vim promovet insitam / Rectique cultus pectora roborant*”.⁴⁶ O jornal tratava sinteticamente dos acontecimentos na Europa, sobre a vida e estado de saúde dos príncipes europeus e davam-se informações referentes à família real portuguesa. Aquelas informações impregnadas do liberalismo ou do caráter revolucionário que sacudiam a Europa eram filtradas pela censura. A *Gazeta do Rio de Janeiro* fora dirigida inicialmente por Frei Tibúrcio da Rocha até 1812, quando o redator tornara-se Manoel F. de Araujo Guimarães, que exerceu o cargo até meados de 1821. A partir de então assumiria Vieira Goulart. Não era um jornal noticioso, contudo, desde o seu primeiro exemplar buscava assinantes e que se fizessem anúncios em suas páginas como pode se notar abaixo:

Faz-se saber ao Publico: *Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sahir todos os Sabados de manhã: Que se vende nesta Corte em Casa de Paulo Martins, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 rs.: Que as pessoas que quiserem ser Assinantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Casa, pagando logo os primeiros seis mezes a 1:900 rs; e lhes serão remettidas as folhas as suas Casas no Sabado pela manhã*⁴⁷: *Que na mesma Gazeta se porão quasquer annuncios, que se queirão fazer; devendo estar na 4ª feira no fim da tarde na Impressão Regia.*⁴⁸

Como se percebe, os recursos para a viabilidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* viriam principalmente dos assinantes. Num momento no qual o analfabetismo era

⁴⁶ A tradução do verso é “O estudo desenvolve a força inata e o exercício correto fortifica o coração.” (Ipanema, 2008, p. 132).

⁴⁷ O jornal em pouco tempo será publicado duas vezes na semana, as quartas-feiras e sábados e somente em 1821 se tornará trissemanal, saindo às terças-feiras, quintas-feiras e sábados.

⁴⁸ Fundação Biblioteca Nacional. *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10/09/1808.

imenso, não se necessitava de tiragens longas, pois a maior parte se destinava mesmo aos assinantes. O normal era as notícias do jornal atingirem à população mediante leituras coletivas nas praças públicas e tavernas. Predominava aquela leitura de antigo regime, que não se restringia ao individual e privado, antes se caracterizava pelos seus contornos coletivos, favorecendo a circulação de um debate político travado nas folhas de jornais.

No segundo número da Gazeta do Rio de Janeiro, na sua última página, aparecia seu primeiro anúncio. Vendia-se uma morada de casas de sobrado com frente para Santa Rita sob as ordens do Capitão Francisco Pereira de Mesquita.⁴⁹ E nos exemplares seguintes os anúncios de venda, como também de compra não cessaram. Os anúncios não se restringiram apenas as compras e vendas. Havia avisos de chegadas e saídas de navios, de leilão, e de perdas dos objetos das mais diversas naturezas, desde espingardas até jóias, juntamente com pequenos textos nos quais Sua Majestade informava fazer Mercê a alguns homens, como José de Artiaga Sotto, agraciado com a Serventia vitalícia do Ofício de Escrivão da Receita e Despesa da Real Casa de Fundição de Vila Boa de Goiás.⁵⁰ Casas e embarcações, fazendas e roças, boticas e cavalos, manteiga e azeite, eram anunciados. Indivíduos que anelavam venderem como aqueles que buscavam comprar mercadorias e bens deixaram o registro de seus interesses no início do século XIX. Os mais diversos produtos eram divulgados para venda e compra nas últimas páginas desse folheto. Até o primeiro escravo aparecer na parte de anúncios do jornal, algo que só acontecerá em janeiro de 1809, tem se 100 anúncios de venda de produtos num espaço de seis meses. Na tabela abaixo, com anúncios de setembro de 1808 a janeiro de 1809, se vê sobre o que tratavam esses 100 anúncios.

TABELA 1: ANÚNCIOS DE VENDA NA GAZETA
DO RIO DE JANEIRO DE 1808-1809

Anúncios	Quantidade de Anúncios
Leilão	20
Publicação de Livro, Alvará e Carta	65
Venda de Cavalo	1
Venda de casa	5
Venda de Fazenda, Terras e Sitio	3
Venda de Navio	5
Venda de Roup:	1

⁴⁹ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro, 17/09/1808.

⁵⁰ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro, 22/10/1808.

Nota-se o semblante político que a cidade está ganhando. Numa colônia onde era proibida a produção de material impresso devido à censura do Conselho Ultramarino e da Inquisição, num curto espaço de tempo houve 65 anúncios referentes a publicações. Muito desse material impresso dizia respeito sobre medidas tomadas por D. João, outras sobre livros presente na casa do Mercador de Livros, disponíveis para venda. As atividades mercantis da cidade também estavam em pleno crescimento, em especial, aquelas imobiliárias. São oito anúncios vendendo entre casas e terras. Essa faceta mercantil da cidade é percebida também pelos 20 leilões. Num espaço de seis meses, divulgou-se, aproximadamente, uma média de três leilões por mês.

2.2 As primeiras fugas na imprensa brasileira

Visto igualmente como uma mercadoria, presente em todos os lugares da cidade carioca, os escravos logo ocuparam a quarta folha desse periódico. O primeiro escravo a passar pela Gazeta, não estava sendo vendido ou alugado, antes havia fugido de seu senhor no dia 20 de agosto de 1808. Em 07/01/1809, Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães num anúncio da gazeta prometia além de pagar os gastos com a captura do preto Matheus, oferecer de recompensa para aquele que o apanhasse a quantia de 12\$800 reis.⁵¹

O escravo Matheus é o primeiro fujão a ser anunciado na recém criada imprensa. Muitos outros escravos levaram seus senhores a escreverem anúncios com promessas de alvissaras e ressarcimento de gastos com as despesas da captura. No entanto, o que poucos deram atenção até agora, é por que razão os senhores passaram a utilizar a imprensa como mecanismo para reaver seus cativos evadidos. Não é algo óbvio a utilização da imprensa para essa finalidade. Havia meios de comunicação de antigo regime que satisfariam a necessidade de divulgação duma fuga e sua respectiva captura, como pregar cartazes e folhetos nos locais de maior movimentação da cidade. Rugendas enquanto esteve no Rio de Janeiro, não deixando de esconder sua surpresa, registrara em seu relato sobre a cidade que havia negros livre que gozavam de um ordenado fixo para

⁵¹ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro, 07/01/1809.

percorrer os distritos de vez em quando, com o fito de prender escravos evadidos e conduzi-los a seus senhores ou, não os conhecendo, à prisão mais próxima. *A captura é em seguida anunciada por um cartaz afixado à porta da Igreja e o proprietário, desse modo, logo se encontra* (Grifo meu).⁵²

É interessante atentar para o fato que o proprietário do escravo fugido não anuncia sua fuga em cartazes, antes o capturador do escravo evadido que procura divulgar em cartazes que aprisionou um escravo evadido, cabendo ao proprietário prestar atenção aos novos cartazes que eram pregados pela cidade. Também não se deve desprezar o silêncio de Rugendas em relação à imprensa. Tendo vindo pela primeira vez ao Brasil no ano de 1821, momento no qual já se veiculava quantidade considerada de anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro⁵³, Rugendas nada fala sobre o uso da imprensa, diferentemente de Machado de Assis e Adolfo Caminha, que escreveram seus romances no final do século XIX.

O tempo levado para o escravo Matheus ser anunciado no jornal reitera que seu senhor já devia ter utilizado outras estratégias para reaver seu escravo. Tendo se ausentado dos poderes de seu senhor em 20/08/1808, a fuga de Matheus apenas é publicada na Gazeta do Rio de Janeiro em 07/01/1809. Nesse espaço de tempo passaram-se aproximadamente 140 dias, quase cinco meses. A Gazeta que circulava pela cidade desde setembro do ano de 1808, em janeiro de 1809 já contava com 34 números quando a fuga de Matheus é divulgada. Indaga-se então, por que tanto tempo para Matheus ser anunciado como fugitivo sabendo-se que cada dia a mais longe do cativo significava que as possibilidades de sua captura tendiam a se extinguir?

Matheus não é um simples fugitivo. Ele está obrigando seu senhor a inovar e assim inaugurar uma prática que será costumeira ao longo do século XIX. Nesse momento a cidade do Rio de Janeiro convivia com as conseqüências, por vezes desastrosas, de grandes transformações num curto intervalo de tempo que não deram conta de solucionar alguns problemas. A cidade colonial que desde 1763 ganhava importância política no interior do império português alcançara o auge em 1808, obtendo agora maior relevância que Lisboa, afinal, a corte portuguesa e todo o aparato burocrático do império assistiam no Rio. Tantas alterações fizeram do Rio uma cidade pequena, que via sua demografia aumentar da noite para o dia sem poder oferecer as

⁵² Rugendas, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Itatiaia; Ed. Usp, 1979. Pg. 284-285.

⁵³ Olhar tabela 3.

estruturas adequadas para sua população. Sérgio Buarque de Holanda lembra que essa situação do Rio deveria ser provisória. A corte portuguesa e nem os fidalgos que a acompanharam esperavam permanecer demasiado tempo no Brasil. Eles acreditavam que a vitória sobre os franceses não tardaria.⁵⁴ Permanente ou temporária, a estadia da corte portuguesa no Rio fez o número de europeus crescer, e como desdobramento, as atividades comerciais se expandiram. Numa sociedade que estigmatizava aqueles que usavam as mãos para trabalhar, os escravos apareciam com papel crucial na vida econômica e social do Rio de Janeiro. Até a década de 1850, em especial, no Rio de Janeiro, a posse de escravos era quase que sinônimo de estabelecer convivências com africanos oriundos do tráfico negreiro.

O tráfico negreiro desde o último quartel do século XVIII tomava uma conjuntura favorável ao Brasil. Com as guerras napoleônicas varrendo o continente europeu, a participação de traficantes europeus havia diminuído na costa africana. O número de compradores de escravos diminuía e junto com eles o preço dos africanos em África para serem vendidos ao tráfico. Com a saída da Inglaterra e dos Estados Unidos do tráfico de escravos africanos, o preço dos escravos na África caía. Toda essa conjuntura favoreceu aos traficantes brasileiros e portugueses. Nos portos brasileiros, a queda do preço dos cativos em África foi acompanhada pelo aumento do preço dos escravos no Brasil. O preço aumentava no Brasil porque a procura era cada vez mais intensa devido às *plantations* que se encontravam em plena expansão e da ação britânica para cessar com o infame comércio de carne humana.

Consoante Manolo Florentino, de 1789 a 1823 a população cativa no Rio de Janeiro quase que havia dobrado, passava de 80 mil a 150 mil escravos.⁵⁵ O mesmo autor ao analisar a demografia escrava a partir de inventários *post-mortem* dando enfoque nos grupos etários acusa que poucos escravos passavam dos 40 anos de idade. Quanto à taxa de fecundidade, ela se apresenta baixíssima, o que permite afirmar que a população cativa tenderia a decrescer até desaparecer por completo. No entanto, não é isso que ocorre. O tráfico de escravos africanos no Brasil assumia a função estrutural de reposição física dos escravos.⁵⁶ Os escravos da região sul e sudeste, até a primeira metade do século XIX, entravam no Brasil, sobretudo pelo porto do Rio de Janeiro.

⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Prefácio” IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1818 – 1821. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

⁵⁵ FLORENTINO, 1997: 29.

⁵⁶ FLORENTINO, 1997: 34-35.

Analisando a tabela abaixo⁵⁷, nota-se como a importação de escravos fora algo central para a economia carioca entre 1808 a 1821.

TABELA 2: DESEMBARQUE DE ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1808-1821

Ano	Escravos Desembarcados
1808	9602
1809	13171
1810	18677
1811	23230
1812	18330
1813	18330
1814	15370
1815	13350
1816	19010
1817	18200
1818	25080
1819	21030
1820	20220
1821	21100
TOTAL	254700

Observa-se que há somente uma queda na importação entre 1812 a 1815. No restante dos anos há um crescimento na taxa de importação que se perpetua. De 1808 a 1821 são 254.700 africanos que entraram escravizados somente no porto do Rio de Janeiro. Pelos dados acima, conclui-se que os escravos eram determinantes na economia da cidade. A partir da posse (ou não) deles que se delineava a hierarquia social. A sociedade carioca precisava dos braços negros para sua funcionalidade e por isso os importava cada vez mais e acabava por abrir brechas quanto à questão de segurança pública. O pavor de uma revolta de escravos contra o sistema escravista, semelhante a que ocorrera no Haiti, era algo presente na mentalidade da classe senhorial. Os escravos se moviam com desprendimento e facilidade diante de “olhares brancos”, o que os levava a ser motivo de constante desconfiança. A única certeza que um indivíduo de cor transmitia era a de ser, antes de tudo, um suspeito. Ações criminosas individuais, e até coletivas, eram praticadas essencialmente por homens de cor, o que demonstrava não necessariamente negros rebeldes e sim uma sociedade que se utilizava da coerção para controlar a população negra. Na ausência de uma fiscalização total do senhor sobre seus escravos no espaço urbano, Leila Algranti argumenta que o poder público representado

⁵⁷ Essa tabela é feita a partir dos dados em FLORENTINO, 1997: 59.

na figura da polícia assumirá o papel de manutenção da ordem nas ruas e tentará impedir ao máximo as perigosas aglomerações de negros.

O controle da população de cor na cidade não deveria ser algo simples. Os escravos trabalhavam juntos, andavam em grupos entoando canções em línguas africanas e crioulas acompanhadas de palmas. Achar um homem branco nesse Rio de Janeiro talvez fosse tão complicado quanto à captura de um escravo fugitivo. Não poucos viajantes assinalaram que nos momentos de sol a pino, apenas os negros eram encontrados nas ruas da cidade entregues às suas obrigações. Os brancos recolhiam-se em suas casas e delas somente retiravam-se para seus passeios após as 15 horas, quando o sol já não era tão forte e o calor se abrandava.

Todas as necessidades eram supridas pelo trabalho escravo. Como foi visto, o trânsito de pessoas nas ruas se intensificara, fruto do aumento das atividades comerciais, e políticas devido ao novo *status* da cidade do Rio de Janeiro. A questão da segurança e como controlar a tantos se complicara. A cidade lançava os primeiros alicerces de um labirinto de práticas e códigos sociais peculiares aos seus habitantes. No bojo disso insere-se o escravo Matheus, o primeiro negro fujão a passar pela imprensa brasileira, mas sem dúvida alguma, não o primeiro escravo a fugir. Desde que se tentou reduzir índios a escravidão, esses já se recorriam à fuga para protagonizarem seus destinos. Os africanos, e de modo geral, os escravos, não caminharam por veredas diferentes. Enxergando na tentativa de fuga uma possível alternativa rumo a uma vida melhor, sempre que consideraram a fuga necessária e possível, recorreram a ela.⁵⁸ Entretanto, na situação que se experimentava, peculiarmente na cidade do Rio de Janeiro, a captura de Matheus não deve ter sido fácil. A cidade continuava com praticamente o mesmo tamanho. O coração dela eram as quatro freguesias urbanas, só que agora elas comportavam um número demasiado de sujeitos transitando por suas ruas e vilelas. Como vimos, o labirinto lançava sua pedra fundamental e reconhecer um escravo no

⁵⁸ A fuga de escravos no ambiente urbano é complexa demais para se afirmar que o escravo fugia crendo assim alcançar a liberdade, visando então, tão-somente negar o sistema escravista. Carlos Eugenio Líbano Soares e Flavio dos Santos Gomes demonstram, no exemplo da escrava Catarina Cassange, que o escravo poderia fugir a fim de se (re)inserir novamente no sistema escravista, só que numa posição mais favorável e de preferência do mesmo escravo. Esse estudo encontra-se em GOMES, F. S.; SOARES, C. E. L. Identidades Escravas, Conexões e Narrativas: Notas de pesquisas. Sesmaria (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2001.

meio de tantos indivíduos de cor que circulavam com facilidade e desembaraço, mesmo que cativos, convertera-se num instigante desafio.

Quando um escravo fugia, o protocolo para sua captura antes da existência da imprensa estendia-se provavelmente por acionar um capitão do mato, ou talvez, fazer como Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. Assim que Leonardo P. Vasconcellos percebera um cavalo sujo de sangue, provável indicativo de ter conduzido carne fresca furtada pelos escravos, ele imediatamente procurou descobrir quem era o criminoso para lhe dar a devida e exemplar punição. A descoberta dos criminosos fora fácil, pois ao se examinar as senzalas dos escravos encontrou-se em algumas delas carne de gado *vacum*. Contudo, os ladrões não foram localizados, pois já haviam fugido juntamente com suas esposas e filhos. Os escravos envolvidos nesse esquema de roubo de carne eram campeiros, que cuidavam do gado. Outro envolvido nesse esquema era o cozinheiro João da Motta que deveria preparar a carne que serviria de alimento para as crianças, mas ao invés disso, a vendia. No mesmo dia, para confirmar o roubo de carne, foram achados um preto e uma preta de fora da fazenda, próximos aos arredores dela, com porções de carne. Esses confessaram o envolvimento do escravo João da Motta, que os vendera a carne. Os cativos que desertaram pelo envolvimento no crime eram João da Motta, Francisco da Silva; Antonio Cardoso, sua mulher Domingas Francisca e sua filha Joaquina; Jose Henrique, sua mulher Francisca Rovi e seus filhos Vicente Cardozo e Humiliana das Dores.

Acreditando que os infratores se dirigiram para a cidade, Vasconcellos solicitava a autoridade policial que por serviço de S.A.R. os mandasse prender e os enviassem de volta a Fazenda de Santa Cruz.⁵⁹ A solicitação de Vasconcellos data do ano de 1811. Desde 1809 que a Gazeta do Rio de Janeiro já anunciava a fuga de escravos em sua última página.

⁵⁹ Fundação Biblioteca Nacional. MSS II-35, 11, 002 N° 002. VASCONCELLOS, Leonardo Pinheiro de. Treze documentos sobre a Fazenda de Santa Cruz: obras, problemas com escravos, dispensa de oficiais inferiores e soldados ano necessários etc. Santa Cruz – Rio de Janeiro. Fevereiro de 1811.

TABELA 3: QUANTIDADE DE ANÚNCIOS DE FUGA NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

Ano	Quantidade de Anúncios
1808	0
1809	19
1810	4
1811	7
1812	6
1813	9
1814	14
1815	12
1816	20
1817	25
1818	28
1819	52
1820	70
1821	33
TOTAL	299

TABELA 4: QUANTIDADE DE ESCRAVOS ANUNCIADOS NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO POR SEXO

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1809	14	6	20
1810	3	1	4
1811	6	1	7
1812	10	1	11
1813	8	3	11
1814	13	3	16
1815	10	2	12
1816	19	3	22
1817	22	7	29
1818	22	7	29
1819	45	12	57
1820	74	13	87
1821	30	3	33

Pela análise da tabela acima, antes de 1811, 23 anúncios de fuga já haviam passado pela Gazeta do Rio de Janeiro. Em 1811 há sete anúncios de fuga, e em nenhum deles o nome de Vasconcellos, nem dos escravos fugitivos aparece. Desses sete anúncios, em cinco deles os senhores identificam-se pelos seus respectivos nomes. Nos outros dois, apenas sabemos que um senhor mora no Largo da Lapa do Desterro nº 11 e o outro diz que para qualquer informação ir ao Valongo, na casa de nº 15. Não há então nenhum indício concreto que Vasconcellos tenha recorrido à imprensa para reaver os escravos que desertaram da fazenda. Parece que Vasconcellos e provavelmente outros senhores ainda não vislumbravam – ou mesmo acreditavam – na possibilidade da

imprensa, de veiculando anúncios de fuga de escravos, auxiliarem na captura de um fujão. A crença deles de uma captura baseava-se primordialmente na ação das autoridades policiais e capitães-do-mato. Não por acaso, Debret registrara no início do século XIX, mantendo idêntico silêncio que Rugendas em relação à imprensa, que quando um escravo desaparece no Rio o seu proprietário

declaro-o imediatamente à polícia, dando o nome e os sinais do fugitivo; a mesma declaração é feita aos diversos capitães do mato dos arrabaldes da cidade. Quando o fugitivo é preso, o capitão do mato o entrega acorrentado ao dono, recebendo a gratificação habitual de quatro mil réis.⁶⁰

Retornado ao caso do escravo Matheus, anunciado pela Gazeta do Rio em 07/01/1809, caso o seu senhor houvesse tentado o auxílio de um capitão do mato ou das autoridades policiais para o levarem de volta ao seu cativo, e é bem capaz que sim, ele ainda não conseguira êxito e Matheus já ia para cinco meses longe dele.

Nessa conjuntura a Gazeta do Rio de Janeiro já havia anunciado vários leilões, vendas de fazendas e casas como foi supracitado. O que não se sabe, é se esses “classificados” conseguiram ou não alcançar seus objetivos. Ao que parece, esses anúncios devem ter agradado de tal maneira seus anunciantes, que outros decidiram também anunciar seus bens e propriedades. Acredito então que diante da eficácia desses avisos na última página da Gazeta do Rio de Janeiro, aliado a ânsia de reaver o escravo Matheus e mesmo as poucas alternativas que lhe restavam, seu senhor o anuncia. Se os olhos dos capitães do mato e das autoridades policiais não conseguiam avistar os passos fugidios de Matheus, seu senhor recorria então para o auxílio e sensibilidade de todos aqueles olhares que liam as folhas da Gazeta e compreendiam o quão dramático poderia ser a captura de um escravo fujão nesse Rio de Janeiro que experimentava um boom demográfico.

Como os senhores não divulgavam na *Gazeta do Rio de Janeiro* se seus escravos haviam sido apreendidos, é difícil saber a capacidade e o valor de um anúncio de fuga no sentido de levar o fujão de volta ao cativo. Se Matheus fora capturado ou não é uma questão que nunca será respondida com 100% de certeza. Entrementes, ele não torna a aparecer nas páginas da Gazeta. Teria seu senhor desistido de sua captura?

⁶⁰ DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, Editora Universidade de São Paulo. 1972. Volume II. Pg. 255.

Divulgar a escapada dos escravos em jornais traria realmente retorno concreto para sua captura? Questões como essa, indagando as utilidades da imprensa dentro do âmbito urbano, certamente foram feitas pelos primeiros senhores que se utilizaram dos jornais para informar da fuga de seus escravos e assim reavê-los. O que pode se julgar quanto a isso, é em relação ao desaparecimento de outro escravo, também com o nome cristão de Mateus.

É o segundo anúncio de fuga na Gazeta. No dia 17/02/1809 por volta das dez horas da manhã na Praia do Peixe, Mateus de nação Cabundá, com somente 15 anos de idade, separava-se de seu senhor. Sem tardar muito, sete dias depois, o ocorrido vinha transcrito na Gazeta de 24 de fevereiro de 1809.⁶¹ Quem sabe, esse Mateus e aquele Matheus não fossem à mesma pessoa. Após o anúncio em Janeiro, teria ele sido e capturado e depois, voltado a fugir e sido anunciado em Fevereiro, mostrando então a repercussão e utilidade da imprensa para tal finalidade. A plausibilidade dos homônimos não passarem de um único indivíduo, contudo, não vai muito longe. Esse segundo Mateus era um escravo novo, recém chegado da África, comprado dias antes no mercado do Valongo e por isso ainda ignorava a língua portuguesa. Poderia Mateus Cabundá ter tentado uma fuga tão rapidamente assim? Seria ele o exemplo clássico do escravo rebelde que a tudo reage violentamente e já teria se evadido?

Antes de especular os motivos que levaram ao desaparecimento de Mateus, é necessário desmistificar a fuga de escravos e se fazer alguns apontamentos. Toda uma literatura no qual Jose Alípio Goulart é expressão, talvez, máxima, abordou o escravo africano como naturalmente rebelde, enfatizando várias formas de protesto ao escravismo. O escravo fugia para negar a sociedade oficial que sempre o oprimia. Não só a fuga era uma forma de protesto do escravo, mas também o suicídio, formação de quilombo, revoltas, assassinatos de senhores e feitores, etc. De frente a uma situação severa e desumana, o escravo prontamente reagia, quase sempre fugindo porque essa era a solução mais simples e de pronta execução. Goulart quase que torna a fuga algo de imediato e naturalizado:

No Brasil, para evadir-se, não teve o escravo necessidade de conjecturara possibilidades geográficas e nem adaptabilidades geofísicas (Grifo meu). Não. Ao invés, resabiado com a experiência compulsória de sua captura em África e de sua longa e torturante viagem até estas plagas, o negro escravo, tão logo chegado, mal

⁶¹ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro 24/02/1809.

introduziu nas lides de trabalhos e novos sofrimentos, assim que o relho lhe cantava ao lombo, abrindo-lhe as carnes fundos e sangrentos lanhos, não titubeava: metia o pé no mundo. Pela fuga portanto, dava ele sua primeira demonstração de rebeldia em terra brasílicas.⁶²

Esse regime historiográfico teve repercussão no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Tentava-se contestar o caráter benigno da escravidão conforme era defendido por Gilberto Freyre, recuperando-se a violência na relação entre senhor e escravo como elemento estrutural, alicerce para se manter o escravismo. Um senhor paternalista então sucumbia para dar lugar a um tirano, não dando margens ao escravo para que não fosse, senão, um rebelde. Analisar a fuga de Mateus Cabundá dentro dessa chave metodológica limita o entendimento do que poderia ter se passado com ele e o que seu senhor esperava ao anunciá-lo na imprensa, empobrecendo assim esse estudo.⁶³

Pode-se pensar que Mateus Cabundá, após verificar o grande trânsito de homens de cor pela cidade que falavam variadas línguas africanas e crioulas – uma verdadeira babel tropical nos tempos modernos – considerara possível a fuga num ambiente urbano que a tornava ainda mais atrativa. Talvez tal cativo preferisse não acreditar que tivesse sido levado ao Brasil, pois se encontrava numa cidade portuária que guardava muitas semelhanças com as cidades portuárias da África portuguesa, repletas de sujeitos negros que falavam linguagens e dialetos semelhantes ao dele. Baseada nos relatos de Weech, Mary Karasch afirma que por essas circunstâncias do Rio, um africano novo poderia crer que estava numa colônia portuguesa de outro lugar da África e que indo para o interior retornaria para a sua terra natal.⁶⁴

Os cientistas Spix e Martius também tiveram uma experiência de fuga de um escravo novo, semelhante à de Mateus Cabundá. Enquanto estiveram em Minas Gerais, seu cativo recém chegado da África desaparecera. Informaram os então de que os negros novos freqüentemente arriscavam a fuga, mas o malogro era quase que certo, pois não tinham o conhecimento suficiente para afastarem-se do raio de ação das investidas dos capitães-do-mato.⁶⁵ Em pouco tempo o escravo de Spix e Martius foi

⁶² GOULART, J. A. Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista / INL, 1972, p. 113-114.

⁶³ Para mais sobre essa historiografia ver Parte Um deste trabalho.

⁶⁴ KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 402.

⁶⁵ (GÓES, 1993, p. 158).

capturado, mas não fora castigado. Explicaram a eles que a primeira fuga era tratada com mais brandura que as posteriores, pois ela estava inserida dentro de um processo de aclimatação, no qual o escravo aprendia que a fuga era tratada com punição.

Se a explicação que deram a Spix e Matius era mesmo o que acontecia, não haveria motivo para o senhor de Mateus recorrer a um anúncio na imprensa. Qual seria a diferença entre os dois casos? Acredito que consistia nas mudanças sócio-espaciais levadas a cabo no Rio de Janeiro num curto intervalo de tempo. Como já ressaltado acima, o contingente populacional da cidade elevava-se, mas ao que parece, o controle dos transeuntes pela cidade não se desenvolvera de forma satisfatória. Pode-se entender que o aparecimento de anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro seja um indicativo do limite de ação de capitães-do-mato e das autoridades policiais na captura de escravos evadidos. Ingressa nesse cenário conturbado ainda a investida de ladrões de escravos que os roubavam e depois vendiam para regiões do interior. Alguns desses escravos eram seduzidos, ou seja, sua fuga era agenciada por terceiros para serem vendidos a outro senhor. Outros escravos eram mesmo seqüestrados.

Quem sabe não teria sido esse o destino de Mateus Cabundá? Não conhecendo a cidade e os perigos inerentes do meio urbano para um escravo que ainda não dominava os códigos sociais do Rio de Janeiro, teria caído então nas malhas de quadrilhas de ladrões de escravos. Em Praia Grande, no ano de 1833, Jose Rodrigues Marrocas Arouca, indignado com o problema do desaparecimento de propriedades privadas como os escravos, o que colocava em xeque os preceitos do liberalismo, denuncia algo que poderia estar se iniciando na primeira década do século XIX:

Sr. Redactor – Sendo esta instituição que nos rege (a Constituição) hum dos mais seguros apoios para o Cidadão, porque lhe garante a sua propriedade, e liberdade individual; a primeira infelizmente no Rio de Janeiro, sendo a escravatura, esta está exposta que seus proprietários fiquem sem ela, não por desleixo das autoridades mas sim pela maldade que certos homens, mal intencionados fazem de seus deveres na Sociedade; não pode o abaixo assinado deixar de reiterar pela terceira vez que para fazer ver ao publico, que da Praia Grande desaparecerão-lhe cinco negros, por nomes Simão, Manoel, Pedro, José e João, todos de nação Inhambane, e com os signaes da mesma, como tem feito ver pelos anúncios, o primeiro de 31 de Agosto, e o seguinte de 27 de Setembro do corrente anno; outro sim que por reiteradas queixas que tem observado que os moradores daquela Villa tem feito sobre a falta de seus escravos, se faz ver que naquele lugar há um covil de ladrões de escravos, e que parece levarem-os ao Morro Queimado aonde dizem estar mais de quatrocentos; ora, se insto assim, e não há quem

advirta as Autoridades para providenciar, ou pôr os meios necessários para a captura dos mencionados escravos, nada de mais triste, e nem as Autoridades podem empregar as obrigações que a Lei lhe prescreve, e para que tratão os homens de procurarem sua felicidade, se deixão escapar sua propriedade; devem todos vigiarem na conservação della.

Nos anúncios acima mencionados já se tem feito ver que se dá 200\$000 a quem traga os ditos negros, e ainda não se desestio daquela intenção, conduzindo-os a rua do Sabão casa 157.⁶⁶

Além de reclamar contra o roubo de escravos, Jose Rodrigues Marrocas Arouca parece descrente das autoridades policiais, não por desmazelo dessa instituição, mas pela sua pouca prontidão na repreensão aos criminosos para assim fazer valer a lei que garante o direito à propriedade privada. Ao que parece, o Estado que cumpria o papel de “feitor” nas cidades ao tentar controlar a população de cor, se mantinha, no mínimo, ausente dessas questões de roubo e sedução, fazendo pouco para de fato eliminar esses incômodos aos cidadãos. “O Cavaleiro de Industria”, visto na primeira parte deste trabalho, é apenas mais um exemplo do descrédito e da pouca confiança que os soldados transmitiam.

Vimos então, que o desaparecimento de um escravo pode estar ligado a uma fuga, roubo, sedução. Todas essas possibilidades são possíveis no caso de Mateus Cabundá, mais há ainda outra que reflete o que o senhor desse escravo esperava ter acontecido. No vai-e-vem das ruas cariocas, entrando e saindo de ruelas e becos, esbarrando em vários transeuntes e ao som infernal da gritaria de vendedores ambulantes e turmas variadas de escravos africanos que carregavam seus fardos sobre suas cabeças embalando cânticos em línguas africanas e crioulas, Mateus Cabundá deve ter se distraído e se perdido de seu senhor que continuou sua caminhada enquanto o escravo a tudo olhava e se surpreendia semelhantemente a um viajante que visita um local que considera exótico. Sim, até mesmo para um africano o Rio de Janeiro deveria ser exótico. Afinal, nele era possível entrar em contato com representações culturais de praticamente todo o continente africano que interagiam conjuntamente com uma cultura europeizada.⁶⁷

⁶⁶ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 22/11/1833.

⁶⁷ Rugendas escreve isso nitidamente: “Com efeito, o destino singular de raça de homens [africanos] traz aqui, num mesmo mercado, membros, de quase todas as tribos da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que na África, só atingiriam através de longas e perigosas viagens a todas as

Em situação análoga, fora achado um preto ainda novo que proferia se chamar Antonio, dizendo que sua nação era Cabinda. Contudo, não sabia pronunciar o nome de seu senhor, mas lembrava que “he de bordo de uma embarcação” e que quando desceu “em terra em companhia de seu Sr. tivera lugar uma desordem no meio da qual se desencaminhou”. O sujeito que o havia encontrado publicara o ocorrido no *Jornal do Commercio* esperando que o senhor de Antonio Cabinda dirigi-se a Rua Direita nº 97, que dando as características certas do escravo, o entregaria.⁶⁸ E os negros novos não paravam de desaparecer e aparecer. Dona Anna de Castro, moradora da Rua São José no canto da Rua Detraz do Carmo, recolhera em sua casa uma negra nova que aparecera a porta de sua casa e também anunciara em jornal o transcorrido.⁶⁹ Mais uma negrinha nova, agora pelas dez horas da noite, aparecia ao Padre João Luiz. Ela não sabia dizer quem era o seu senhor e nem mesmo a rua em que morava. Para reaver sua escrava, o senhor dela deveria procurar o padre na Rua da Valla nº 96, que dando os sinais certos, ela lhe seria devolvida.

A fuga de escravos era mesmo corriqueira no Rio de Janeiro. Muitos se aproveitavam disso e roubavam escravos. Mas aqueles indivíduos honestos impressionavam pelos seus gestos diante de escravos perdidos que surgiam em suas portas. A preocupação de ser responsabilizado pela fuga e oferecimento de couto levou o capitão mor Antonio Marques Correia de Aguiar, morador na Rua da Quitanda, à esquina da detraz do Hospício, a anunciar no *Diário do Rio de Janeiro* que em seu poder se achavam “dois escravos Moçambiques, hum novo, outro ladino, os quaes lhe apparecerão em caza depois de os haver vendido em Valongo, sem que se lembre a quem; portanto seus verdadeiros senhores procurem o dito Capitão Mór para lhes serem entregues”.⁷⁰ Estariam esses escravos também perdidos? Não saberiam onde moravam seus novos senhores? Se sim, ao menos o escravo ladino recordava-se da residência de seu antigo senhor e lá fora buscar refúgio ao invés de seguir uma vida na cidade como dono de si mesmo, o que pode indicar que um negro reconhecia que não bastava apenas se livrar do senhor para viver uma pretensa “liberdade” na cidade do Rio.

regiões dessa parte do mundo. A própria América não lhe oferece alhures as mesmas vantagens, pois o Brasil tem, no momento, o desonroso privilégio de ser o único país onde, na realidade, o comércio de escravos continua a praticar-se sem nenhuma espécie de restrição”. (RUGENDAS, 1979:111).

⁶⁸ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 18/05/1830.

⁶⁹ Fundação Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro* 01/06/1821.

⁷⁰ Fundação Biblioteca Nacional. *Diário do Rio de Janeiro* 17/06/1821.

Menos sorte teve uma negra nova, achada numa vala de uma chácara de Mata-porcós. Ela nada sabia falar, por isso seu nome e o do senhor não são revelados. O interessante é que também a nação de todos esses negros novos que ainda não falam a língua portuguesa não é revelada. Será que eram eles que diziam aos senhores quais suas nações? O certo é que o senhor dela deveria se dirigir a Rua da Cadea nº 30, que dando os sinais certos, a reaveria. Talvez tal senhor tenha até desistido de procurar sua escrava recém chegada da África, pois ela fora primeiramente anunciada na Gazeta do Rio de Janeiro. Passado um mês ninguém a reclamara, tornando ela então a ser anunciada, agora no Diário do Rio de Janeiro. Talvez, agora bastasse esse senhor prestar mais atenção nos anúncios de jornais.⁷¹

O Ilustríssimo senhor Praxedes estava alerta as confusões que um escravo que não conhece a cidade poderia realizar. Seu escravo havia se perdido ao anoitecer da segunda-feira por não saber muito da cidade onde se encontrava. Informava o senhor que seu escravo era “um preto bem apessoado, com rosto de mulher, que trajava camisa de baeta azul, e por baixo dela camisa desbotada de risco azul, calça de riscadinho de cor de vinho, enfiada com cadarço e jaqueta branca”. O senhor Praxedes já estava ciente que seu escravo havia sido encontrado na Rua da Conceição ao pé da Academia Militar e imaginava que “por ignorante deverá ter devagado pelas ruas e entrado por engano em alguma casa”, por isso solicitava a quem o tivesse em seu poder que o entregasse em frente à Candelária, no nº 18.⁷²

Escravos novos, recém chegados do continente africano que saíam do poder de seus senhores, não parecem que sempre tentavam fugir, mas sim que deviam estar bem expostos a investidas de ladrões, ou a solidariedade de outros senhores que os recolhiam em suas casas. O senhor de Mateus Cabundá não devia estar alheio a esses fatos. Antes do surgimento da imprensa o corriqueiro em tais situações deveria ser se comunicar nas ruas e tavernas que escravos novos haviam sido encontrados e estavam recolhidos em casas e não foram entregues as autoridades. Esperava-se que os senhores fossem reclamá-los. Nessas situações, pouco êxito um capitão-do-mato ou autoridade policial obteria, pois a ação de ambos estava limitada às ruas, matas, florestas etc. Pouco eles

⁷¹ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro 19/05/1821 e Diário do Rio de Janeiro 16/06/1821.

⁷² Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 05/09/1849.

poderiam fazer se um escravo estivesse sobre quatro paredes, recolhido num ambiente privado.

Associam-se rapidamente os anúncios de fuga com a figura de um capitão-do-mato. Muitos pensam que os anúncios eram escritos exclusivamente para capitães-do-mato e pedestres lê-los e irem à busca dos fujões. O caso de Mateus Cabundá, um escravo novo, recém chegado da África, pensado em conjunto com os episódios de aparecimento de escravos novos vistos acima, elucida que o senhor dele esperava menos pela ação dos capitães-do-mato e autoridades responsáveis e mais pela solidariedade dos leitores de jornal que podiam ter recolhido o escravo e apenas aguardavam que o seu proprietário se manifestasse.

A imprensa auxilia ou não na captura de escravos fujões? Mateus Cabundá provavelmente perdera-se de seu senhor, o que não impedira esse senhor de rapidamente, num prazo de sete dias, expor sua desventura para contar então com a solidariedade dos leitores, que conheciam as agruras as quais ele poderia estar experimentando. Se Mateus Cabundá estava invisível para seu senhor, capitães do mato e autoridades policiais, ele provavelmente não escapara da vista de tanto olhares de leitores atentos.

2.3 As fugas não se esgotam: os fugitivos anunciados

A análise das fugas do preto Matheus e de Mateus Cabundá são exemplos de como senhores poderiam se utilizar da imprensa para reaverem seus cativos em diferentes situações. Um escravo já não dava o ar da sua graça há quase cinco meses ao passo que o outro desaparecera apenas há uma semana. Esses escravos são apenas dois dos 338 escravos que passaram pelas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Quem eram os demais escravos e a eficácia (ou não) da imprensa para por término duma fuga são questões que ainda geram interrogações e merecem ser tratadas diante de perspectivas ampliadas.

TABELA 5: IDENTIDADES DOS ANUNCIADOS
NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

IDENTIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ANGOLA	17	5,0
BENGUELA	39	11,5
CABINDA	35	10,4
CABO DA BOA ESPERANÇA	1	0,3
CABO VERDE	2	0,6
CABUNDA	3	0,9
CALABAR	2	0,6
CAMUNDA	1	0,3
CANLADURA	1	0,3
CASSANGE	7	2,1
CONGO	27	8,0
CRIOULO	72	21,3
GABAO	2	0,6
GANGUELA	1	0,3
GORANGUI	1	0,3
HAUSSA	2	0,6
HESPANHOL	2	0,6
INDIO	1	0,3
INHAMBANE	1	0,3
LIBOLO	12	3,6
MASSUMBO	1	0,3
MINA	5	1,5
MOÇAMBIQUE	42	12,4
MONJOLO	12	3,6
NAÇÃO	2	0,6
QUILIMANE	3	0,9
QUISSAMAN	1	0,3
REBOLO	2	0,6
SÃO TOME	2	0,6
UMBACA	1	0,3
ZAIRE	1	0,3
N. I. ⁷³	37	10,9

TABELA 6: TOTAL DE ESCRAVOS FUGIDOS NA GAZETA DO RIO DE
JANEIRO DIVIDIDOS ENTRE AFRICANOS E CRIoulos POR SEXO

AFRICANOS	AFRICANAS	CRIoulos	CRIoulAS	MASCULINO (N. I.)	FEMININO (N. I.)
185	45	64	7	27	10

⁷³ Não informação a identidade do escravo.

TABELA 7: FAIXA ETÁRIA DOS ANUNCIADOS
NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

IDADE					HOMENS		MULHERES	
	AFRICANO	AFRICANA	CRIOULO	CRIOLA	INDETERMINADOS	INDETERMINADAS		
5 A 10	5	1	3	1	1			0
11 A 15	32	8	5	0	2			1
16 A 20	13	6	10	1	2			1
21 A 25	6	1	7	1	0			0
26 A 30	7	0	6	0	0			1
31 A 40	0	1	3	0	0			0
41 A 50	3	0	1	2	0			0
TOTAL	66	17	35	5	5			3

Consoante os dados da tabela “IDENTIDADES DOS ANUNCIADOS NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO”, 227 escravos fugitivos são de origem africana e 72 escravos nasceram no Brasil sendo por isso designados de crioulos. São as “crias da casa”. Há um grupo de 37 escravos cujos anúncios não revelaram se eram africanos ou crioulos. Eliminando esses 37 escravos e juntamente com eles os dois “hespanhois” e um índio, e trabalhando apenas com os que têm identidades especificadas pelos senhores, tem-se aproximadamente 75,5% de africanos fugitivos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro. A presença masculina nos anúncios de fuga também é majoritária. São 276 fugitivos do sexo masculino, o que equivale a perto de 81,7%. Quanto à faixa etária desses escravos, recuperou-se a idade de 131 deles, dos quais 73% deles estão entre 11 e 25 anos de idade, sendo 80% desse recorte etário do sexo masculino.

Esses dados não distam de outros estudos que enfocaram a fuga de escravos na primeira metade do século XIX. Flavio Gomes aponta através dos anúncios de fuga do Diário do Rio de Janeiro de 1826, utilizando um universo de 1200 escravos, que 74% deles eram do sexo masculino e 90% eram africanos. Os registros policiais de escravos capturados e jogados no calabouço por infringirem a lei entre 1810 e 1830, também pesquisados por Flavio Gomes, acusam que 89% eram homens e 91% de origens africanas.⁷⁴ Mary Karasch estudando a mesma documentação da polícia chegou ao percentual de 80% de africanos escravos presos no calabouço entre 1826 e 1831, e uma população masculina que nunca foi inferior a 85% entre os anos de 1826 e 1828.

⁷⁴ FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Libano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: “No labirinto das nações africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 26-27.

Considerando o Diário do Rio de Janeiro entre 1821 e 1830, Karasch aponta que 66% dos escravos em anúncios de fuga tinham entre 10 e 24 anos.⁷⁵

Em minha análise da Gazeta Do Rio de Janeiro e nas de Flavio Gomes e Mary Karasch, todas para a primeira metade dos oitocentos, ainda no período de legalidade do tráfico atlântico de africanos, há uma preponderância de adolescentes e jovens africanos do sexo masculino envolvidos com crimes e fugas. Os dados nos levam a crer que inicialmente as mulheres não fogem, e menos ainda as crioulas. Pela Gazeta do Rio de Janeiro, as crioulas totalizam apenas sete escravas, menos de 10% dos escravos nascidos no Brasil que foram anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro entre 1809 a 1821. Se comparadas com as africanas que passaram por esse periódico, o percentual torna-se instigante: dos 227 escravos importados da África, quase 20% (45) são mulheres. Em números absolutos, para cada uma crioula num anúncio de fuga, há quase que outras sete africanas. Poderia isso ser explicado como reflexo da lógica do tráfico atlântico de africanos?

Os escravos em África se originavam maciçamente pelo emprego da violência. Devido à grande fragmentação política na África, muitas guerras aconteciam entre as sociedades africanas, sendo os derrotados vendidos enquanto escravos. Tal prática era bem disseminada pela África, servindo também para barateamento das guerras. As mulheres africanas escravizadas eram a principal fonte de trabalho na África, e por isso, mais caras. Muitas delas tinham como destino os haréns, onde seriam concubinas de seus senhores. Não eram, ao mesmo tempo, tão requisitadas para as Américas quanto os homens, uma vez que o objetivo principal do trabalho escravo no Novo Mundo fundamentava-se na produção de gêneros primários para a venda em mercados internacionais. As poucas mulheres africanas que atravessaram o Atlântico no porão de um negreiro achavam-se de alguma maneira envolvidas em crimes como assassinatos, bruxarias, adultérios ou roubos, tendo como punição a morte ou a venda enquanto escravo para as Américas. Os africanos do sexo masculino reduzidos a escravidão, além de possuírem um preço mais baixo dentro do continente africano – exceto os eunucos – eram mais procurados para a importação para as Américas.⁷⁶ O trabalho masculino nas *plantations* se destacava por ser de produtividade maior, frente ao fato ainda do homem

⁷⁵ KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 399-402.

⁷⁶ Para mais sobre a produção de escravos em África ler LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

não engravidar, o que levava as escravas a ficar algum período sem exercer trabalho, tornando-se mais fonte de gasto do que lucro.⁷⁷ Parece lógico então que a baixa presença feminina nos anúncios de fuga se explica por refletir essa lógica comercial do tráfico negreiro.

Mas tal percentual de fuga feminina nos anúncios de fuga é muito mais baixo do que deveria ser. Pelo censo de 1821 se têm mais ou menos 37 mil escravos nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro, dos quais 40% são mulheres ao passo que na Gazeta do Rio de Janeiro o percentual feminino não ultrapassa a taxa de 19%.⁷⁸ O problema talvez não seja que as mulheres fugiam menos e sim que elas eram anunciadas em menor quantidade. A resposta para isso reside no próprio objetivo de um anúncio de fuga.

Parece banal lembrar, mais nunca é de mais reiterar que os senhores escreviam anúncios de fuga nos jornais, pois acreditavam que assim conseguiriam capturar seus escravos. Nessas narrativas haveria grande honestidade na descrição dos escravos, não se omitindo nenhuma doença ou sinal diacrítico. Gilberto Freire compara a linguagem desses anúncios com a de fotografia de gabinete policial de identificação: minuciosa sem nenhum retoque. No parecer de Freire, os anúncios de escravos valorizavam os tipos físicos e as características culturais mais semelhantes a da população culturalmente dominante. Ou seja, os escravos eram descritos nos jornais pela suas características que mais chamavam a atenção dos senhores. Todo esse esforço e empenho visavam facilitar e abreviar o tempo do processo de captura do escravo fujão.

Logo, se as mulheres aparecem pouco nos anúncios de fuga, a explicação é que a captura delas é deveras complicada e difícil. A captura delas deveria ser quase que impossível. Relembrando o conto de Machado de Assis, o escravo que já tinha sido anunciado várias vezes nos periódicos e nunca era capturado, não por acaso, era do sexo feminino e nascido no Brasil – uma mulata. As mulheres escravas que trabalhavam nas ruas eram poucas em comparação com os homens escravos. Essas que labutavam pelas ruas exerciam atividades de vendedoras ambulantes. Parcela maciça das escravas estava mesmo envolvida em atividades domésticas, saindo pouco de casa, e por isso

⁷⁷ Há ainda que se ressaltar o elevado nível de mortalidade infantil entre a população cativa. E mesmo que a criança vingasse, ela passaria os primeiros anos de vida inapta para exercer uma atividade que rendesse lucros, sendo uma fonte de gastos.

⁷⁸ LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 136.

desconhecendo as ruas da cidade. Vejamos as atividades que os escravos fujões realizavam na cidade do Rio de Janeiro na tabela abaixo.

TABELA 8: OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS FUGIDOS ANUNCIADOS NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO⁷⁹

OCUPAÇÃO	AFRICANO	AFRICANA	CRIOULO	CRIOULA	MASCULINO (N. I.) ⁸⁰	FEMININO (N. I.)
ALFAIATE	2	0	12	0	0	0
AMA DE LEITE	0	0	0	1	0	0
BARBEIRO	1	0	1	0	1	0
BARQUEIRO	3	0	0	0	0	0
BOLIEIRO	2	0	1	0	0	0
BORRADOR	0	0	0	0	1	0
CAIADOR	1	0	0	0	1	0
CALAFATE	0	0	1	0	1	0
CARPINTEIRO	2	0	4	0	0	0
COPEIRO	1	0	0	0	0	0
COSTUREIRA	0	1	0	0	0	0
COZINHEIRO	4	0	0	1	0	0
CURRADOR	1	0	0	0	0	0
FERREIRO	3	0	3	0	0	0
GANHO	0	0	0	0	1	0
JARDINEIRO	1	0	0	0	0	0
LAVADEIRA	0	1	0	0	0	1
MARINHEIRO	2	0	0	0	1	0
OURIVES	1	0	1	0	0	0
PAGEM	1	0	0	0	0	0
PEDREIRO	3	0	1	0	0	0
PIAO	0	0	1	0	0	0
PINTOR	3	0	0	0	0	0
ROCEIRO	3	1	2	0	0	0
SAPATEIRO	5	0	6	0	0	0
SERRADOR	1	0	2	0	0	0
TANOEIRO	1	0	0	0	0	0
VENDEDOR DE FAZENDAS	1	1	0	0	0	0

Dentre as profissões da tabela acima, se destacam aquelas exercidas pelos homens, a saber: a de alfaiate (15,55%); sapateiro (12,22%); carpinteiro e ferreiro (juntas alcançam o percentual de 13,33%) e a de pedreiro (4,44%). Todas essas juntas representam 45,55 % das ocupações efetuadas por escravos fugidos. Todas são tarefas especializadas, o que permite afirmar que no caso desses escravos fugitivos tentarem

⁷⁹ Há caso de escravos que executam mais de uma profissão.

⁸⁰ Não informaram se o escravo é africano ou crioulo.

durante suas fugas continuar a exercerem a mesma ocupação, teriam que permanecer dentro da cidade, em alguma oficina.

Por isso o senhor de Jose Benguela, oficial de sapateiro, rogava “aos Srs. Mestres do mesmo ofício, o não adimit[irem] em suas lojas para trabalhar”.⁸¹ Menos sorte obteve o senhor de Miguel Congo quando esse se evadiu. Sendo o escravo oficial de carpinteiro, seu senhor alertava “a qualquer autoridade ou pessoa que o reconheça” que Miguel “não he vadio, e por isso estando trabalhando em alguma obra na Cidade, subúrbios, ou em alguma Província [...], he facil ir passando”.⁸² Simples era saber para onde teria ido um escravo com ocupação especializada. José, que se apelidava por José Joaquim, com 40 anos de idade, trabalhava no ofício de pedreiro. Quando fugiu, não hesitou em levar ferramenta do ofício. Seu senhor, convencido do destino de José, rogava “a qualquer mestre pedreiro a quem o mesmo pedir obra, haja de o mandar pegar e o levar a rua da Prainha no armazem de cabos de Francisco Xavier Duarte Veiga, que será gratificado”. Difícil era descobrir em qual oficina ou local de trabalho esses escravos se localizavam. Os próprios escravos fugidos que possuíam ocupações especializadas eram bem ladinos. O escravo Luiz de nação Moçambique era mais um que engrossava a lista dos fujões ladinos. Seu senhor pedia “por favor aos Srs. mestres de obras de carpinteiro e pedreiro que examinem os serventes para que ele não ande introduzido em titulo em que dá jornal, ou em qualquer outra officina que ocupe escravos”.⁸³ Já o estrategema do alfaiate Francisco era diferente. Continuava a trabalhar no mesmo ofício, em outra loja, “intitulando-se de que he forro”, elevando assim o furor de seu senhor que não ignorava os remendos de Francisco.

Percebe-se que esses escravos assemelham-se todos pela boa aptidão que detinham para suas ocupações. Sem sombra de dúvida, eram trabalhadores tão bons que conseguiam facilmente se inserir no mercado de trabalho mesmo estando em fuga. Acrescenta-se ainda que eles não fugiam para as margens da sociedade, tentando negá-la. De tão adaptados a tal sociedade, esses escravos se reinserem nela numa posição mais confortável, escolhida pelos mesmos, a revelia de seus senhores, sem necessitarem para tanto de sucumbirem com o sistema escravista. Nesse quadro destacam-se os fujões anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* com o ofício de alfaiate. A maior parte das ocupações especializadas é a de alfaiate. Seria a maioria dos escravos alfaiates na cidade

⁸¹ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 14/02/1833.

⁸² Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 06/04/1835.

⁸³ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 07/08/1830.

do Rio de Janeiro? A fim de responder a esse questionamento, um estudo comparado das profissões de escravos e homens livres é de assaz relevância.

TABELA 9: OCUPAÇÕES DE LIVRES E ESCRAVOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1789 A 1817⁸⁴

OFÍCIOS	LIVRES EXAMINADOS		ESCRAVOS	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
alfaiate	144	22,1	21	8,8
alveitar	1	0,2	1	0,4
amassador	-	-	2	0,8
aparelhador	-	-	1	0,4
calafate	-	-	5	2,1
caldereiro	10	1,5	9	3,8
candeeiro	-	-	1	0,4
canteiro	3	0,5	13	5,5
carpinteiro	25	3,8	40	16,8
carpinteiro da ribeira	-	-	2	0,8
cavouqueiro	-	-	12	5,0
chapeleiro	-	-	1	0,4
chocolateiro	4	0,6	-	-
crivos (faz crivos)	-	-	1	0,4
cuteleiro	8	1,2	-	-
doceiro	-	-	4	1,7
espingardeiro	12	1,8	-	-
fazedor de velas	-	-	6	2,5
ferrador	9	1,4	-	-
ferreiro	49	7,5	13	5,5
forneiro	-	-	2	0,8
funileiro	3	0,5	-	-
lapidário	-	-	2	0,8
latoeiro	30	4,6	-	-
malhador de ferro	-	-	4	1,7
marceneiro	58	8,9	2	0,8
ourives	-	-	4	1,7
padeiro	-	-	11	4,6
pedreiro	29	4,5	48	20,2
rendeiro	-	-	8	3,4
sapateiro	179	27,5	20	8,4
segeiro	1	0,2	-	-
seleiro e correeiro	29	4,5	-	-
serrador de tábuas	-	-	2	0,8
serralheiro	28	4,3	-	-
surrador de couros	-	-	2	0,8
tanoeiro	29	4,5	1	0,4
total	651	100	238	100

⁸⁴ A origem desta tabela está em LIMA, Carlos A. M. "Sobre a lógica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro, 1789-1835" IN: SOUZA, Jorge, Prata de (Org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998. Pg. 15.

A maioria dos escravos na cidade do Rio de Janeiro com ocupação declarada constituía-se de pedreiros (20,2%) e carpinteiros (17,6%), conforme os dados da Tabela 9. Os alfaiates atingem um percentual de apenas 8,8%, e os sapateiros de 8,4%. Observando os trabalhadores livres, é percebido que as ocupações de pedreiro e carpinteiros não eram as preferidas. As duas juntas não ultrapassam nem o percentual de 10%. Já os ofícios de sapateiro e alfaiate quase que representam a metade das ocupações exercidas por setores livres da população carioca, alcançando o percentual de 49,6%. As ocupações de pedreiro e carpinteiro estavam marcadas pelo estigma de trabalhos tipicamente escravizados, sendo preterida pela população livre. Dessa forma, o êxito de uma fuga para um escravo que exercia a função de pedreiro e / ou carpinteiro estava associado à solidariedade e ao prestígio que eles conseguiam junto com os mestres de ofício e seus pares. Dificilmente um escravo pedreiro ou carpinteiro que insistisse em permanecer exercendo sua profissão conseguiria se passar por um trabalhador livre durante uma fuga, vide o baixíssimo número de livres labutando nessas ocupações. Tal conclusão, no entanto, é justamente oposta em relação aos escravos sapateiros e alfaiates. Como eram poucos os escravos sapateiros e alfaiates – não representavam nem o percentual de 20% dos escravos com ocupações especializadas na cidade do Rio de Janeiro (conforme a Tabela 9) – era relativamente mais fácil eles se passarem por indivíduos livres, já que suas ocupações eram predominantemente exercidas por esse segmento social. Não é ao acaso, que alfaiates e sapateiros, representam quase 30% dos escravos fugidos com ocupações declaradas. Além de conseguir acoitamento por colegas de profissão, como eram alfaiates e sapateiros, sem dificuldade, se confundiriam com a população livre, ainda mais se levando em conta o grande número de indivíduos de cor não escravizados.

Outro ponto de importância é que as ocupações especializadas não eram divididas da mesma forma entre africanos e crioulos. Existia uma hierarquia entre eles que se reflete entre os escravos fugidos com ocupações especializadas⁸⁵ na cidade do Rio de Janeiro. Isolando apenas os escravos do sexo masculino, e dividindo-os entre africanos e crioulos, nota-se uma distribuição irregular dessas ocupações. Pelos dados da Tabela 8, tem-se 37 africanos e 32 crioulos exercendo ocupações especializadas.

⁸⁵ São consideradas profissões especializadas na Tabela 8 as ocupações de alfaiate, barbeiro, barqueiro, bolieiro, caiador, calafate, carpinteiro, copeiro, cozinheiro, ferreiro, jardineiro, marinho, ourives, pagem, pedreiro, pintor, sapateiro, serralheiro, tanoeiro.

Inicialmente, parece haver uma paridade, mas quando lembra-se que pelos dados da Tabela 5 e 6, os africanos fugidos são 185 (54,73%) e os crioulos apenas 64 (18,93%), nota-se que a metade dos crioulos fugidos anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* tinha uma ocupação especializada, diferentemente dos africanos, nos quais apenas um quinto possuía uma ocupação especializada.⁸⁶

É válido ainda apontar para o baixo número de escravos fugidos com ocupações não especializadas anunciados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Eles estão em torno de 25%. Os roceiros, por exemplo, são apenas cinco escravos. Isso não significa que os escravos roceiros fugiam menos e sim que um anúncio de fuga na imprensa obtinha maiores êxitos principalmente para aqueles escravos que labutavam dentro do ambiente urbano, onde o jornal possuía maior circulação entre a população.

Contando-se a quantidade de ocupações que as escravas anunciadas *Gazeta do Rio de Janeiro* estavam envolvidas, ter-se-ão sete ocupações. Temos uma roceira, uma lavadeira, uma costureira e uma vendedora ambulante. Todas africanas. Crioulas, só há uma ama-de-leite e uma cozinheira. Há ainda uma lavadeira cuja identidade não foi descrita. Das 62 escravas fugitivas em anúncios de fuga, apenas sete, que correspondem a 11% das mulheres, tiveram suas ocupações específicas ao passo que o percentual masculino de escravos com suas ocupações especificadas equivalem a 25%. Não deveria ser uma boa estratégia anunciar a ocupação dos escravos, em especial das mulheres. Escravos, de ambos os sexos, exerciam naturalmente mais de uma profissão. Eram bastante versáteis no mercado de trabalho, o que corroborava para maior êxito quando se transcorria um processo de fuga. Mas a situação das mulheres era diferente. Com ocupações domésticas, em grande parte, ficavam restritas as casas e quando fugiam, era com o auxílio e acobertamento.

O ocorrido com a escrava Antonia, no Recife, demonstra bem a situação das escravas. Ela era de nação Angola, com 20 a 22 anos e fugira às oito horas da noite com algumas peças de roupas. O senhor avisava que ela era ladina, pois já tinha quase dez anos de terra, ou seja, ela havia desembarcado do tumbeiro nas Américas com volta de 11 anos de idade. Apesar de já ser ladina, “como tem estado sempre recolhida em caza, por isso deve ignorar muitas dessas ruas desta Praça”, e justamente por isso, concebia João Manoel Rodrigues Valença, seu senhor, que Antonia Angola fora desencaminhada

⁸⁶ Por causa do baixo número de mulheres escravas com ocupações declaradas, decidiu-se apenas trabalhar com as ocupações dos escravos do sexo masculino.

por alguma pessoa e não hesitava em desde já em protestar contra qualquer um que a tenha desencaminhado ou mesmo a tenha retido em seu poder.⁸⁷

Mais enfático é o anúncio que o senhor da preta Joaquina Rebola escrevera. A intenção dele já não era mais a captura dela, mais ameaçar aqueles que acoitavam sua escrava. No Rio de Janeiro, durante “as Ave Maria desaparece[ra] da ladeira do Castelo passando o Seminário” a preta Joaquina levando bastante roupa. Seu senhor já não supunha que ela houvera sido desencaminhada. Tinha convicta certeza disso. Joaquina fora desencaminhada e “sabe-se por quem, e vão se dar as providências necessárias”, era o que o senhor dela afirmava.⁸⁸

Difícilmente escravas como Joaquina Rebola e Antonia Angola – ladina até – fugiam para labutarem nas ruas, antes continuavam a exercer suas atividades domésticas. Por isso talvez a dificuldade delas serem capturadas e a pouca quantidade de anúncios de fuga de mulheres na imprensa. Talvez para a captura de uma escrava, um anúncio de fuga não fosse tão estratégico quanto era para um escravo.

Outra variável relevante é o tempo de fuga. Quanto tempo levava para os senhores escreverem um anúncio de fuga e o publicar. Alguma dessas fugas dos escravos, os senhores já há tinham por costumeiras, pois elas duravam curtos períodos. São fugas *petit marronage*. O cativo dava uma escapulida para visitar parentes ou então juntar o dinheiro do ganho para entregar ao seu senhor, por exemplo, mas logo retornava. Sabe-se o tempo entre a fuga e a publicação do anúncio dela para 264 casos, nos quais quase 40% o intervalo desse tempo ia até duas semanas. Poucos escravos são anunciados com mais de um ano de fugidos. São apenas 14 casos que equivalem a 5,3%. Deduz-se então que mesmo escapando em grandes quantidades, suas evadidas não duravam muito tempo e era sim a imprensa um objeto útil para a captura do escravo. E mesmo as fugas mais longas, embora fossem poucas, não deixaram de ser anunciadas na imprensa, o que demonstra a credibilidade dela frente aos senhores de escravos.

⁸⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco 22/06/1829.

⁸⁸ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 24/05/1830.

TABELA 10: TOTAL DE ESCRAVOS FUGIDOS BOÇAIS E LADINOS
NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

BOÇAL	LADINO	N. I. ⁸⁹
77	57	204

TABELA 11: TEMPO DE FUGA DOS ESCRAVOS FUGIDOS
BOÇAIS E LADINOS DA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

TEMPO	BOÇAL	LADINO
ATÉ 15 DIAS	32	18
ENTRE 16 E 30 DIAS	15	15
ENTRE 31 E 60 DIAS	6	8
ENTRE 61 E 90 DIAS	2	4
ENTRE 91 E 180 DIAS	0	2
ENTRE 181 DIAS E 1 ANO	2	2
MAIS DE 1 ANO	0	5

Esses escravos que realizaram longas fugas eram mesmo muito ladinos. Nove escravos ladinos estavam fugidos há mais de três meses, sendo cinco desses há mais de um ano. Com mais de três meses de fuga só temos dois escravos considerados pelos seus senhores como boçais. Ao longo de toda a Gazeta do Rio de Janeiro, observa-se que alguns senhores classificavam seus escravos como ladinos ou boçais. Dentro dessas classificações tem-se 134 escravos e para a surpresa, a maior parte deles não são ladinos e sim boçais, alcançando quase o percentual de 60%. Deduz-se então não que os escravos boçais fugiam mais que os ladinos, e sim que eles eram anunciados nos jornais mais que os ladinos. Por quê? Estariam mais expostos aos olhares repressores?

Muitas apreciações vêm reduzindo os termos ladino e boçal a respectivamente saber ou não saber a língua portuguesa. Luiz Carlos Soares, citando Edson Carneiro, defende um alargamento desses termos não se limitando apenas a questão da aprendizagem da língua portuguesa. O boçal é caracterizado então como o negro novo, recém importado da África, não dominante dos códigos culturais no Brasil em oposição ao ladino, já aclimatado.⁹⁰ São nos anos de importação ilegal de africanos, décadas de 1830 e 1840, que o significado desses termos revela o quanto se necessitava de uma definição mais clara.

⁸⁹ Não informaram se o escravo era ladino ou boçal.

⁹⁰ SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007, p. 90.

Caetano Congo, após ter sido preso por um pedestre, fora constatado ser ele embarçado no falar da língua portuguesa em pleno ano de 1844, e por isso fora considerado importado no período de ilegalidade do tráfico, e conseqüentemente, africano “livre”. O advogado de seu senhor recorrendo da decisão judicial, argumentaria que por ser um negro do serviço de roça e de nação, não é de se admirar que não saiba falar ainda o português, pois todos os negros nessa condição não dominavam bem o português. Seria essa uma invenção mirabolante do advogado para que Caetano congo não entrasse na condição jurídica de africano “livre”? Esperança de nação Benguela quando se evadiu de seu senhor, no ano de 1845, também labutava na roça e não falava bem.⁹¹ Coincidência? Na fala do advogado do senhor de Caetano Congo talvez se possa traçar alguma definição, influenciada é claro, pelo contexto de repressão e conivência a importação ilegal de africanos escravizados. Vejamos:

Conquanto não apresentasse bastante desembaraço no falar a língua portuguesa, *todavia não é isso que deve decidir o ser ou não boçal* (grifo meu), pois que ninguém ignora que os pretos da Costa, que são importados já adultos, nunca falam bem a nossa língua, mormente os congos.⁹²

Parece então que boçal não é apenas uma questão de linguagem, mais sim de ser recém chegado da África nesses anos de tráfico ilegal. João de nação Cassange de 12 anos de idade era muito esperto, contudo seu senhor, João Baptista Lopes Gonçalves o considerava “ainda meio buçal, por ter 5 a 6 meses deste paiz”.⁹³ Talvez poderiam haver até negros boçais que falassem bem a língua portuguesa. Jose de nação Mina era um desses, tinha 32 anos de idade, “robusto, buçal, falla bem portuguez”, talvez por ter sido algum tempo cozinheiro de embarcação.⁹⁴ E não eram todos os ladinos que falavam bem a língua portuguesa não. Caetano, acabado de sair de uma moléstia, fugira às nove horas e meia da noite com uma calça velha e toda remendada e mesmo sendo “já ladino

⁹¹ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 28/01/1845.

⁹² Esse caso foi estudado por Flavio Gomes buscando se entender a reinvenção das identidades africanas na diáspora In: FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: “No labirinto das nações africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 46-47.

⁹³ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 22/03/1830.

⁹⁴ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 27/06/1835.

por ter nove anos de terra [...] não falla bem inteligivel”.⁹⁵ Lino de nação Angico com 35 a 40 anos, com falta de cabelo na frente da cabeça e trabalhando no ofício de surrador, também “he bastante ladino, porem buçal na falla”.⁹⁶ A definição de ladino e boçal se torna mais conturbada ainda com o escravo Felis de Inhambane, da Capitania de Moçambique. Com idade de 30 anos e ofício de carpinteiro, seu senhor ressaltava, que Felis era “ladino ainda que novato nesta cidade [Rio de Janeiro], e pouco inteligível no nosso idioma”.⁹⁷

Talvez a questão de ser ladino estivesse mais ligada à inteligência do escravo. Joaquim Martins Mourão quando seu escravo Maris, de nação Angola, com onze anos de idade fugira, ele não deixou de constatar que ele falava pouco português, porém entendia tudo o que se lhe mandava. Certamente havia mais característica que podiam identificar o escravo como boçal com pouco tempo de “casa”. Gilberto Freire comenta que se raspava a cabeça dos negros novos⁹⁸ para eliminar os cabelos brancos e se esfregava pólvora de canhão para parecerem mais jovens e alcançarem um valor maior.⁹⁹ O escravo Baquaqua, em sua biografia, não deixou de lembrar que antes de ser embarcado para o continente americano, seu amigo se surpreendera, pois sua cabeça ainda não fora raspada, indicando que já em África os escravos tinham suas cabeças raspadas.¹⁰⁰ As pinturas de Rugendas deixaram também isso registrado.

⁹⁵ Fundação Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco ??/12/1833. As primeiras páginas do mês de dezembro do ano de 1833 desse jornal estão deterioradas e por isso não foi possível ler o dia em que o jornal foi publicado.

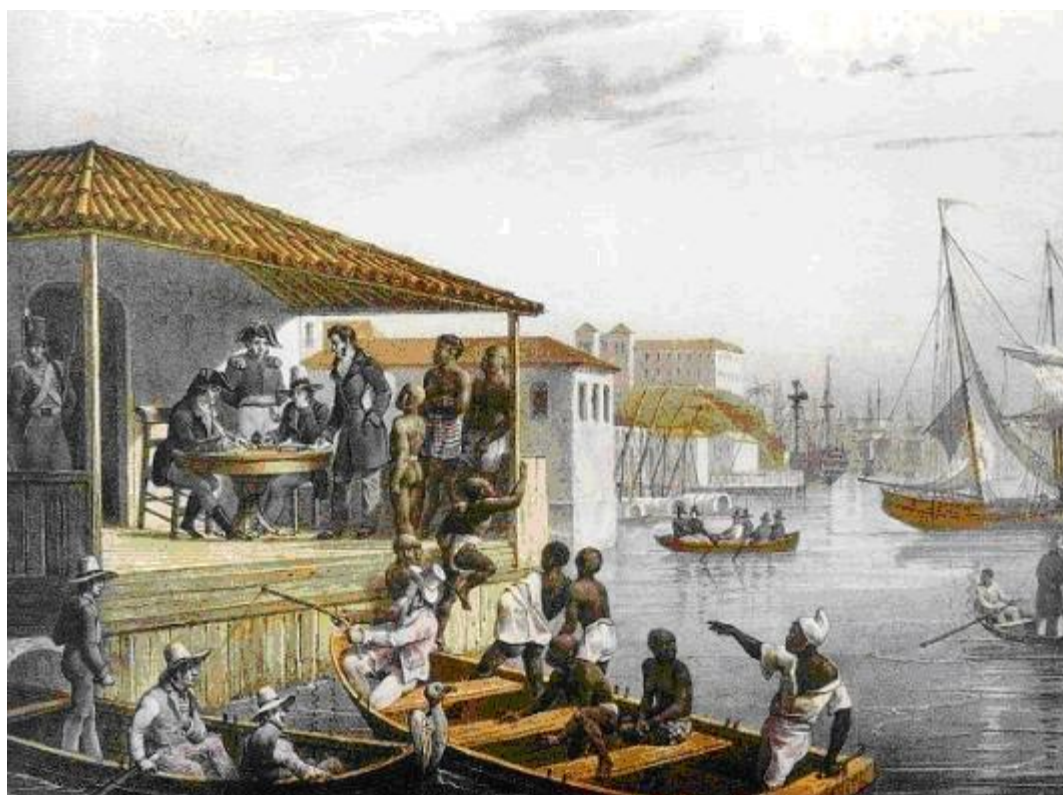
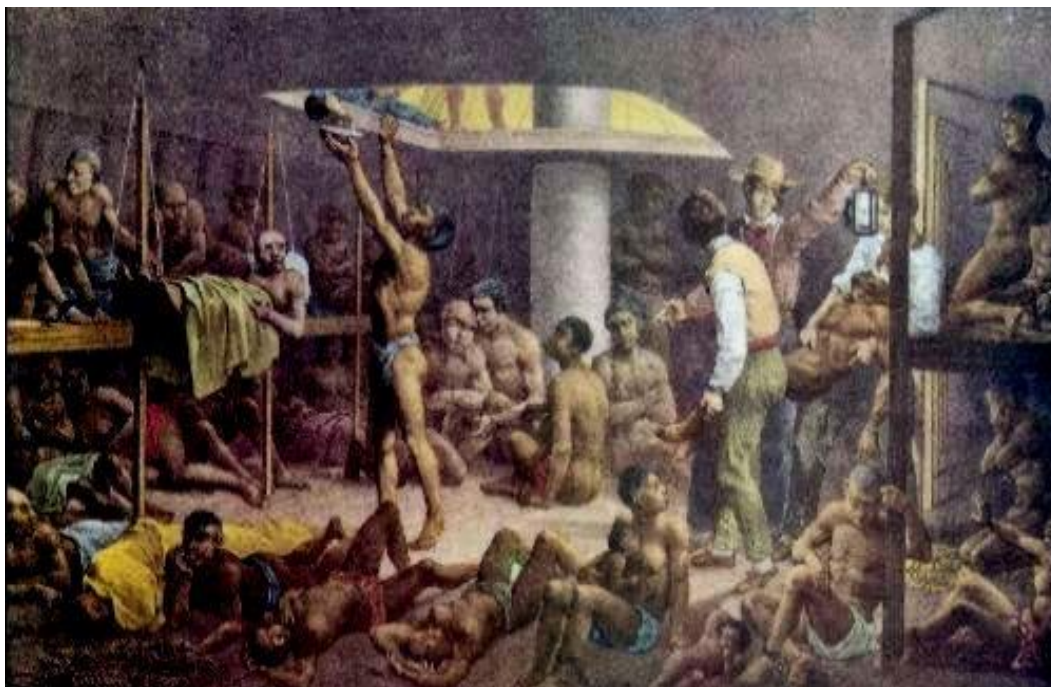
⁹⁶ Fundação Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco 05/01/1830.

⁹⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 29/05/1822.

⁹⁸ Por negro novo deve se entender aqueles africanos recém chegados as Américas.

⁹⁹ Freire, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Ed. Nacional; [Recife] : Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, p 19.

¹⁰⁰ LARA, Silvia Hunold. Biografia de Mohommah G. Baquaqua. Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH / Marco Zero, Volume 8, nº 16, Março de 1988 / Agosto de 1988, p. 270.



A bordo dos tumbeiros, ainda no porão, alguns negros estão com a cabeça totalmente raspada, outros com o cabelo um pouco crescido. Provavelmente durante a travessia no Atlântico, que durava cerca de três meses, o cabelo deve ter crescido um pouco. Mas quando eram levados ao Valongo, todos eles estavam com suas cabeças raspadas. São negros novos, negros boçais que não conhecem nada da cidade do Rio de

Janeiro senão por aquilo que ouviram comentar da boca de marinheiros do tumbeiro durante a travessia. Como se percebe, eles podem ser facilmente identificados pelas ruas da cidade, e o corte de cabelo é um indício disso.¹⁰¹ O moleque Otavio de nação Cabinda provavelmente carregava esse estigma. Com a cabeça raspada, entre 10 a 12 anos de idade, ainda buçal, ajuntando os joelhos e botando as pontas do pé para fora, era muito magro do corpo – condições de saúde talvez inerente aos negros novos, provocadas no insalubre convés do negreiro onde se aglutinava muitos africanos em poucos metros quadrados, obrigando-os a passarem longo tempo em posições desconfortáveis, prejudiciais a sua coluna vertebral, musculatura e articulações. É capaz de Otávio ainda não haver recuperado o estado pleno de sua saúde quando se ausentou da casa de João Alves Ferreira, o seu senhor.

A diferença de Otavio, boçal e com cabeça raspada, deveria ser grande em comparação com aqueles negros já aclimatados. Analisando o processo de (re)invenção de identidades étnicas entre os africanos escravizados na cidade do Rio de Janeiro, Flavio Gomes enfatiza que mais importante que as possíveis escarificações étnicas – provavelmente feitas em sua terras natais – seriam os penteados e cortes de cabelo. Apesar das escarificações terem chamado tanto a atenção de viajantes europeus, como Rugendas e Debret, por exemplo, elas não poderiam ser alteradas ou transformadas, apenas resignificadas – não que isso seja pouco. Já os penteados, além de poderem ganhar outros significados e simbolismos, também poderiam ser transformados. É isso que permite, conforme Flavio Gomes, haver “combinações identitárias reinventadas – e ritualizadas – em torno dos penteados”.¹⁰²

Ter a cabeça raspada ou possuir determinados penteados, além de caracterizar africanos e crioulos, era uma informação que senhores não desprezavam na descrição de um escravo fugitivo. O crioulo Felipe, ainda moleque, evadira-se com um ferro no

¹⁰¹ Saliento ainda sobre escravos com a cabeça raspada, que nem todos seriam escravos novos, recém chegados do continente africano. Aos escravos aprisionados no calabouço, raspava-se também sua cabeça. Alguns senhores também faziam o mesmo como sinal de castigo ao escravo por sua fuga, além das tradicionais surras e palmatórias. Para mais conferir os anúncios de fuga do *Jornal do Commercio* em 22/01/1831 e 20/05/1848, que fazem menção respectivamente aos escravos João Cabra e Francisca crioula. Ambos tiveram suas cabeças raspadas como castigo após fugirem.

¹⁰² FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: “No labirinto das nações africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pg. 32. Para mais sobre o assunto ler o capítulo 1.

pescoço, o que aponta que essa não teria sido a primeira vez que ele se aventurava longe de seu senhor. Agora contava com o auxílio de outro negro, de nome José, cujo ofício era de serralheiro, a quem seu senhor acusava de ter seduzido a Felipe. Possivelmente por orientação de José, Felipe andava dizendo ser forro. Apesar de tanta astúcia empregada na fuga, uma das primeiras coisas que seu senhor informa no anúncio que escrevera não é sobre as estratégias utilizadas por Felipe e sim sua fisionomia: “*tem o cabelo cortado como huma meia Lua (Grifo meu)*, he groço, baixo, cara larga, olhos grandes, semblante carregado; boca grande”. Parece que o seu senhor ambicionava advertir, quiçá, deixar uma ressalva sobre o corte de cabelo de Felipe. Talvez não fosse o utilizado necessariamente por um crioulo...¹⁰³ Nem todos os escravos adorariam ter um penteado a semelhança de uma meia-lua. Outro José – não o sedutor de Felipe – de nação Congo com presumíveis 30 anos de idade, tinha “estatura regular, *cabellos aparados em roda da cabeça por um espaço estreito (Grifo meu)*.”¹⁰⁴

Esses cortes de cabelo, sem dúvida, realmente eram importantes para africanos e crioulos, mas pergunta-se o quanto? Não refletiriam apenas preocupações estéticas? Creio que não só isso. Tendo como objeto a cultura afro-americana surgida no Caribe e Suriname, os antropólogos Mintz e Price transcrevem o que o Capitão Stedman, no ano de 1790, estupefatamente assistira realizarem os africanos ao término do pesadelo da travessia atlântica:

Todos os escravos são levados para o convés (...) e seu cabelo é raspado em diferentes imagens de estrelas, meias-luas, etc, o que eles geralmente fazem uns com os outros (sem dispor de lâminas), com a ajuda de uma garrafa quebrada e sem sabão.¹⁰⁵

Por trás de cortes de cabelo pairava um simbolismo de tal veemência que esses africanos não puderam esperar nem um minuto a mais. Tendo saído vivos do convés do navio negreiro, cortaram seus cabelos. Uns até cortaram semelhantemente ao crioulo Felipe, desenhando imagens de “meias-luas”. Talvez não houvesse tanta oposição entre

¹⁰³ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 21/01/1831.

¹⁰⁴ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 03/02/1855.

¹⁰⁵ Sidney Mintz e Richard Price, O nascimento da cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica, Edição revista de 1992, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Pallas-Universidade Cândido Mendes, 2003, pg. 72.

crioulos e africanos como alguns insistem, especialmente entre os crioulos de primeira geração, aqueles que eram filhos de pais africanos.

Recapitulando. Como já visto acima, há mais anúncios de escravos boçais que ladinos. Reduzir um boçal a não falante da língua portuguesa, por oposição ao ladino, aquele que domina com fluência o português, não esgota totalmente o significado do que seria um boçal. O corte de cabelo caracterizava uma situação ou estágio social do processo de aclimatação¹⁰⁶, embora não fosse o único aspecto cultural que o evidenciava. A indumentária que o escravo utilizava, poderia caracterizá-lo não só socialmente, mas também culturalmente. Senhores quando saíam às ruas com seus escravos para seus passeios ou irem as missas, faziam questão de vestir bem a alguns de seus escravos, visando assim ostentar a riqueza e luxo que detinham. Pergunta-se, no entanto, como o escravo deveria se vestir em seu cotidiano? Vestiam-se todos de maneira igual? A indumentária caracterizar-se-ia como algo singular para identificar um escravo fugido?



¹⁰⁶ No trabalho de Algranti, analisando a ação de ladrões de escravos, em especial os ciganos, a autora revela algo pertinente sobre o corte de cabelo desses escravos roubados, apesar dela não ter procurado interpretar o significado disso. Segundo Algranti, os ciganos roubavam escravos ladinos e prometendo dar-lhes liberdade, mulheres e condições mais favoráveis no Brasil, vendiam esses ladinos roubados para regiões do interior com o consentimento dos mesmos. Para tanto, raspavam a cabeça dos escravos. É relevante salientar o motivo disso. Entendemos que os ciganos raspavam a cabeça dos escravos ladinos a fim de dar-lhes uma aparência de escravos novos, recém chegados, afastando assim possíveis desconfianças sobre a origem desses dos escravos que vendiam. (ALGRANTI, 1988:74).

Na prancha de Debret, vemos registrado o raro momento no qual o patriarca sai a passeio com sua família, acompanhado de seus escravos. Debret constata que nesses passeios a família andava em fila indiana, organizados de acordo com uma hierarquia, tangenciando a família do senhor juntamente com o seu plantel de escravos.

Segundo o antigo hábito ainda observado nessa cidade, o chefe de família vai na frente, seguido imediatamente de seus filhos, enfileirados por ordem de idade, o mais moço sempre em primeiro; em seguida vem a mãe, ainda grávida; atrás dela sua criada de quarto, escrava mulata, infinitamente mais apreciada no serviço do que uma negra; em seguida a ama-de-leite negra, a escrava da ama-de-leite, o negro doméstico do senhor, um jovem escravo que está aprendendo o serviço; segue-se o negro novo, recém-comprado, escravo de todos os outros cuja inteligência, mais ou menos viva deve se desenvolver aos poucos à base de chicotadas.¹⁰⁷

Da mesma forma que os membros família patriarcal eram desiguais dentro da casa, refletindo-se isso no ambiente público, o mesmo ocorria com os escravos. Como já citado, os escravos nascidos no Brasil exerciam, com predominância, profissões especializadas, como é o caso da mucama mulata que Debret pintara. Outro escravo que salta aos olhos nesse plantel é o de ocupação doméstica. Logo após os cativos do sexo feminino, ele é o primeiro na fila entre os escravos do sexo masculino. Mesmo que Debret não esclarecesse nada sobre sua prancha e a organização hierárquica dos escravos, poderíamos percebê-la apenas pela análise da prancha. Não por eventualidade que a mucama mulata e o escravo de serviço doméstico são os com melhores vestimentas. Pela natureza de suas profissões, ambos viviam em proximidade com seus senhores, o que possibilitou galgarem o topo da hierarquia entre esse plantel de escravos. Em outras palavras, a posição hierárquica dos escravos, evidenciada a partir da função que desempenhavam, se refletia nas roupas que utilizavam. Isso explica o fato do vestuário das escravas negras não demonstrarem paridade alguma com o da mucama mulata. Elucida mais ainda sobre a situação do escravo novo. Um jovem africano recentemente chegado da África, sujeito ao açoite e até mesmo ao ímpeto de outros escravos, portando vestes bem simples.

A roupa que os escravo portavam informavam abundantemente sobre ele, não sendo tal aspecto menosprezado por senhores quando escreviam anúncios de fuga.

¹⁰⁷ DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, Editora Universidade de São Paulo. 1972. Volume II. Pg. 126.

Antonio Joaquim De Oliveira Mendes avisava que Gracia Angola havia fugido juntamente com mais dois negros novos, um da mesma nação e o outro de nação Congo. Antonio Joaquim considerara importante salientar que os negros novos “levarão unicamente por tanga, cobertores d’ algodão &c.”, embora nada tenha dito sobre que tipo de roupa Gracia Angola levava.¹⁰⁸ Com roupas análogas a desses africanos novos, desaparecera de D. Anna Joaquina do Nascimento seu escravo. Esse era “hum moleque de Nação Mina, de idade de 11 a 12 annos, com vários signaes de sarnas, e *levou somente a tanga que tinha, por ter só 3 mezes de terra*” (Grifo meu).¹⁰⁹ Será que era o escravo que se responsabilizava pelo que vestia ou o senhor que ia vestindo o escravo de acordo com o seu aclimatação? Algranti quando analisa os escravos presos por roubos pela polícia da Corte entre 1810-1821, nota que os escravos tinham preferência pelo roubo de roupas. 144 escravos, o que corresponde a 20.9% dos criminosos presos por roubo, foram presos em flagrante roubando roupas. As principais vítimas desses crimes deveriam ser as escravas com ocupação de lavadeiras, que lavavam as mais diversas roupas de diferentes segmentos sociais. Levando suas trouxas de roupas pela cidade até os chafarizes ou rios, elas eram as mais expostas a esse crime conforme sugere Algranti.¹¹⁰

O peculiar ao africano novo reside justamente ao pouco conhecimento que ele detinha para uma fuga bem sucedida. Não conhecendo bem as práticas culturais de seu lugar social, dependia do auxílio e solidariedade de outros escravos, libertos e indivíduos livres. Necessitava de orientação de alguém que lhe previnisse que um africano novo não teria como esconder o estigma de escravo, ainda mais com os trapos que costumavam usar para cobrir o corpo. Se a indumentária se colocava como mais um obstáculo para o africano novo arriscar uma evasão com maiores chances de êxito, o crioulo Thomaz pretendia se valer justamente das roupas que levava em sua fuga. Entre seus 25 a 28 anos de idade, além de dominar os ofícios de sapateiro, canoieiro e marinheiro, sabia também ler e escrever. Seu senhor suspeitava que Thomaz “pelos seus gestos e talvez vestuário inculque ser forro”.¹¹¹ Poucos sabiam ler e escrever no século XIX, sendo mesmo grande parte da população livre analfabeta, o que certamente já diferenciava Thomaz e o ajudava a construir sua identidade de alforriado. Para

¹⁰⁸ Fundação Biblioteca Nacional. Idade d’ Ouro 04/09/1818.

¹⁰⁹ Fundação Biblioteca Nacional. Idade d’ Ouro 11/10/1814.

¹¹⁰ Algranti, 1988:177.

¹¹¹ Fundação Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco 24/04/1833.

ratificá-la, ele ainda poderia estar calçando os sapatos elaborados por ele mesmo, além de usar uma vestimenta que confirmasse sua condição. Teria ele juntado os trocados que sobravam quando entregava seu jornal ao senhor e assim comprado suas roupas? Não sabemos. Contudo, o pardo Antonio que apostava no mesmo estratagema de usar determinadas roupas para não parecer escravo, não comprara o que levou para vestir quando fugiu de seu senhor. Apesar de ser oficial de alfaiate, tampouco planejava se vestir com o que viesse a costurar. Seu senhor não descartara a hipótese de que o pardo Antonio se intitulasse forro. Por quê? Vejamos o que seu senhor expunha:

Desconfia-se que [...] se intitule forro, em consequencia das roupas que furtou ao seu senhor, a saber: uma sobrecasaca de pano preto, uma dita de alpaca, uma calça de casimira cor flor de alecrim, um collte de cazimira branca e outras mais roupas do serviço de brim escura, e uma carteira de marroquim dourado, contendo 103\$ rs.¹¹²

Extremamente complicado seria para um capitão-do-mato reconhecer um escravizado melhor vestido que ele próprio, demonstrando até gestos refinados. Ao menos teria em mente quais as peças de roupas o pardo exibiria quando estivesse em ambiente público. Não era esse o caso do crioulo Manoel. Trabalhando como carpinteiro, deserdera da posse de seu senhor “levando vestido calça, e jaqueta de picote, e camisa de algodao Americano”, contudo constava “já ter mudado de roupa por ter levado sobreceleste”.¹¹³ Já Feliberto Antonio Moraes nem se dera ao trabalho de escrever o que seus escravos levaram de roupa quando fugiram. Ele desestira de informar sobre as roupas levadas pelos pardos Jacintho e Benedicto pois não podia “dizer que roupa trazem [os pardos] porque levarão muita e boa”.¹¹⁴

2.4 Os anunciadores: senhores de escravos evadidos

Já se mapeou acima sobre os escravos fugitivos anunciados pela imprensa, suas características, profissões, roupas e estratégias empregadas em suas evasões. Nem todos os escravos fugidos tinham suas fugas anunciadas pela imprensa. Muitos voltavam ao

¹¹² Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 10/10/1849.

¹¹³ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 16/03/1833.

¹¹⁴ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 31/05/1855.

domínio senhorial antes que o senhor se propusesse a escrever um anúncio de fuga para ser publicado na imprensa. Eram escravos que retornavam por conta própria ao domínio senhorial. Outros escravos, porque não tomaram as devidas providências, e agindo com pouca cautela, não tardaram a cair nas garras das autoridades policiais ou de capitães-do-mato, antes mesmo que seus senhores escrevessem um anúncio de fuga. Entrementes, diversos senhores não tiveram a sorte de ter seus escravos capturados, e nem por isso divulgaram através da imprensa anúncios de fuga. Certamente, os senhores que encheram as últimas páginas de alguns números da *Gazeta do Rio de Janeiro* com anúncios de fuga eram bem poucos, mas não titubeavam sobre a eficácia da decisão que tomaram.

Para 157 escravos fugidos anunciados na *Gazeta do Rio de Janeiro* não se sabe nem o nome de seus senhores. Eles não quiseram se identificar, ou mesmo não consideraram isso importante em relação a outras informações sobre o escravo e sua fuga. Indicavam geralmente seu endereço ou então o nome e endereço de pessoas de sua confiança, a quem os interessados nas alvíssaras deveriam procurar. Essa é a situação de senhores moradores fora da Corte, em outros municípios e capitânias, que desconfiavam que seus escravos aventuravam-se pela Corte. Nesse caso encaixa-se o alferes Antonio Esteves Magalhães Pusso, residente na freguesia de São João Marcos. Tendo seu escravo pardo, de nome João, com 20 anos de idade e ofício de carpinteiro, fugido, ele solicitava àquele que o encontrasse para conduzi-lo a José Francisco de Carvalho, morador na Rua do Conde nº 58.¹¹⁵ E qual a razão do pardo João optar pela Corte, sendo morador em São João Marcos? Deveria ser a mesma pergunta desses outros nove senhores não residentes na Corte, embora provavelmente não negligenciassem a resposta, pois não pouparam esforços ao anunciar seus escravos na *Gazeta do Rio de Janeiro*.¹¹⁶

Há no total 141 endereços de senhores divulgados nos anúncios de fuga. Desses 141, apenas 18 endereços fazem menção a senhores residentes fora da Corte que não

¹¹⁵ Fundação Biblioteca Nacional. *Gazeta do Rio de Janeiro* 27/09/1821.

¹¹⁶ Para localizar os senhores que moravam fora do município da Corte ver os anúncios de fuga da *Gazeta do Rio de Janeiro* com as seguintes datas: 14/02/1810 (Parati); 04/04/1812 e 23/09/1820 (Freguesia do Itaboraí do termo de Santo Antônio de Sá); 05/03/1814 (Arraial de Maricá); 28/05/1814 (Freguesia de São João Carahi); 05/01/1820 (Freguesia de Santo Antônio Jacutinga); 09/02/1820 (São Gonçalo); 31/05/1820 (Vila de Lorena); 16/12/1820 (Vila de Jundiá e de Santos na Capitania de São Paulo); 03/01/1821 (Freguesia de Iguaçú); 27/09/1821 (São João Marcos).

abandonavam a hipótese de seus escravos estarem pelo Rio de Janeiro. É nítido então que os senhores que anunciavam na Gazeta do Rio de Janeiro, principalmente os residentes na Corte, recorriam à imprensa, pois criam que seus escravos continuavam pela cidade, nas ruas mais movimentadas, recebendo – quiçá – acobertamento. Isso equivale a afirmar que os escravos urbanos da Corte não fugiam para as matas ou outros locais distantes da cidade, preferindo antes permanecer dentro da cidade do Rio de Janeiro a julgar pela maciça predominância de moradias urbanas declaradas como endereço dos senhores. Para Rugendas isso também não passara despercebidamente. Ele compreendera que geralmente os negros fugidos não adentravam as florestas e interior do Brasil, embora a existência de quilombos fosse conhecida na Corte.¹¹⁷ Os negros não só temiam a hostilidade de índios como os inerentes perigos de levar uma vida solitária exposta aos perigos da floresta, tais como a fome, animais peçonhentos, falta de abrigo seguro, etc. Consoante Rugendas,

Os negros temem, alias, o encontro de índios e a fome, por isso raramente se decidem a penetrar profundamente no interior do país ou das florestas. Mantêm-se, quase sempre, nas vizinhanças dos lugares habitados [...]¹¹⁸.

Se existia real possibilidade de liberdade nas florestas em torno do Rio de Janeiro para esses escravos fugidos, ela era tão precária que a maior parte se decidia por permanecer fugido dentro da cidade. Concentrando-se nos locais de moradia informados nos anúncios de fuga, nota-se que algumas ruas da cidade tendiam a se repetir, indicando não só a fuga como ato disseminado em alguns pontos geográficos da cidade, mas também que senhores de algumas localidades da cidade acreditavam mais na eficácia dos anúncios de fuga na imprensa do que outros.

¹¹⁷ Analisando os relatórios e ofícios de Delegados de polícia, Macia Sueli Amantino constata a existência de Quilombos na Tijuca, no ano de 1814; Corcovado em 1817; rua da Pedreira em 1813. Para mais conferir AMANTINO, Marcia. Comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. In: Jorge Prata de Souza (Org.). Escravidão: ofícios e liberdades. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, v. 1, p. 109-133.

¹¹⁸ RUGENDAS, 1979: 284-285.

TABELA 12: ENDEREÇO DOS SENHORES DE ESCRAVOS

ENDEREÇO	QUANTIDADE DE REPETIÇÕES
RUA DA ALFÂNDEGA	3
RUA DA CADEIA	4
RUA DA QUITANDA	12
RUA DE MATA CAVALOS	3
RUA DE SÃO PEDRO	6
RUA DIREITA	8
RUA DO ROSÁRIO	5
RUA DO SABÃO	5
RUA DOS OURIVES	9
RUA DOS PESCADORES	6

A tabela acima demonstra as ruas que por mais de uma vez aparecem nos anúncios de fuga como endereço de senhores de escravos que possuíam seus cativos desaparecidos. Destacam-se as ruas da Quitanda, dos Ourives e Direita como pontos endêmicos da cidade onde o sumiço de escravos era mui alastrado. Talvez o desaparecimento dos negros fosse facilitado pelo intenso fluxo de transeuntes, como no caso da Rua Direita e da Alfândega, regiões onde superabundavam atividades ligadas a carregamento e descarregamento de navios, implicando em elevada movimentação de escravos carregadores e estivadores.¹¹⁹

Esses senhores que provam a credibilidade dos anúncios de fuga na Gazeta, pelo que já foi visto, moram essencialmente no centro da Corte. Seriam indivíduos pauperizados passando privações pela falta dos jornais dos seus escravos? Creio que não. Partindo da premissa que esses senhores acompanhavam a Gazeta, sendo leitores assíduos dela, pois confiavam na sua eficácia, nota-se que tinham o bastante para torna-se assinantes ou comprarem exemplares avulsos, o que não era algo barato. Um exemplar custava 80 réis enquanto que a assinatura 1:900 réis, quantias essas bem elevadas. A partir das atividades desenvolvidas por esses senhores de escravos saber-se-á o quanto pesava para eles adquirirem a Gazeta do Rio de Janeiro.

¹¹⁹ Quando Robert Walsh esteve no Rio de Janeiro entre 1828 a 1829, assinalou a Rua Direita como a maior rua de toda a cidade e o centro do comércio. Foi justamente nela que Walsh detectou pela primeira vez a população negra em chocantes circunstâncias (WALSH, 1985:70).

TABELA 13: OCUPAÇÃO DOS SENHORES DE ESCRAVOS
FUGIDOS QUE ANUNCIARAM NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO

OCUPAÇÃO DOS SENHORES	QUANTIDADE DE OCUPAÇÕES
ALFERES	4
CAPITÃO	5
CAPITAO DA FORTALEZA SÃO JOÃO	1
CAPITÃO DO 1º REGIMENTO DE CAVALARIA DO EXERCITO	1
CIRURGIÃO	2
CONSELHEIRO	2
CONTRAMESTRE DE CANTEIROS DO ARSENAL REAL DA MARINHA	1
CORONEL	6
DESEMBARGADOR	2
DOUTOR	2
ESCRIVÃO DA CORREIÇÃO DO CRIME DA CORTE	1
EX-GOVERNADOR DE SANTA CATARINA	1
INQUIRIDOR CIVEL DA CASA DA SUPLIÇÃO	1
MAJOR	1
MEDIDOR DA ALGANDEGA	1
MESTRE E DONO DE LANCHAS	1
OFICIAL DA SECRETARIA D' ESTADO DOS NEGOCIOS DO BRASIL	1
OFICIAL DA SECRETARIA DE ESTADOS DOS NEGOCIOS DA MARINHA E DOMINIOS ULTRAMARINOS	1
OFICIAL DA SECRETARIA DO CONSELHO SUPREMO MILITAR	1
PADRE	4
REVERENDO VIGARIO GERAL DE SÃO PAULO	1
SARGENTO MOR	5
SECRETARIO DO REGIMENTO DA CAVALARIA DE LINHA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES	1
SECRETARIO DO REGIMENTO DA CAVALARIA DE LINHA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES	1
SELADOR DA ALFANDEGA	1
SERIGUEIRO DA CASA REAL	1
TENENTE	5

Consoante a tabela acima, elaborada a partir das ocupações que os senhores declaravam exercer nos anúncios de fuga, não resta dúvida sobre o lugar social de que tais indivíduos ocupavam na Corte. Os senhores que anunciaram a fuga de seus escravos na Gazeta do Rio de Janeiro possuíam profissões ligadas majoritariamente ao exército e a burocracia estatal. Mesmo que o uso da imprensa para tal finalidade estivesse limitado a um grupo social, eles demonstraram a funcionalidade da imprensa para auxiliar na captura de seus escravos fugidos. Quando um mulato de 30 anos de idade, pertencente ao coronel Caetano José de Almeida e Silva desaparecera, quatro dias depois do transcorrido, ele divulgara o episódio na Gazeta.¹²⁰ Será que conseguira

¹²⁰ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro 18/01/1812.

capturar esse mulato? Provável que sim, senão não teria repetido o mesmo procedimento com Crispim de nação Benguela, seu cozinheiro, quando esse fugiu.¹²¹ O anúncio da fuga de Crispim Benguela aparece na Gazeta quase oito meses depois que o mulato de 30 anos fora anunciado. E essa não seria a última vez que o coronel Caetano José de Almeida e Silva escreveria um anúncio de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro. Decorridos cinco dias da fuga de seu escravo mulato, ele já a divulgava no jornal em 25/10/1813.¹²² Por três vezes, entre janeiro de 1812 a outubro de 1813, o coronel Caetano recorrera à imprensa para recuperar três escravos diferentes. E ele não fora o único a escrever anúncios de fuga para a Gazeta por causa de um plantel de escravos com o “vício” de fugir. Outros senhores fizeram o mesmo.¹²³

2.5 Incumbindo-se dos fujões

Já se averiguou, portanto, que os anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro auxiliavam, talvez de maneira decisiva, na captura de escravos evadidos, vide os senhores que anunciaram mais de um escravo fugido nesse jornal em diferentes espaços cronológicos. Se eles faziam isso, mesmo tendo o escravo desaparecido a menos de uma semana em algumas ocasiões, é porque não duvidavam do potencial de um anúncio de fuga que fosse lido por seus pares, capitães-do-mato e aqueles interessados na captura de um cativo fugido. Contudo, o número de anúncios de fuga ainda é muito baixo em relação não só a quantidade de escravos que passaram pelo porto do Rio de Janeiro – são 254700 africanos, entre 1808 a 1821, consoante os cálculos de Manolo Florentino

¹²¹ Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro 09/09/1812.

¹²² Fundação Biblioteca Nacional. Gazeta do Rio de Janeiro 30/10/1813.

¹²³ Esses senhores e as Gazetas do Rio de Janeiro que anunciaram as fugas de seus escravos são respectivamente: Antonio Nunes de Aguiar (20/03/1813; 18/05/1816); Bernardo Luz de Almeida (17/05/1816; 18/06/1818); Cirurgião Dentista (26/02/1820; 08/05/1820); Doutor Jacinto José da Silva Quintão (21/07/1813; 01/12/1819); João Carneiro de Campos (25/01/1817; 08/12/1819); José Francisco da Gama (21/02/1818; 06/08/1814); Tenente Coronel João Francisco Campos Lisboa (30/10/1821; 14/12/1816; 19/02/1817; 21/03/1818; 07/01/1818); Antonio Januario Passos (21/09/1814; 06/05/1815; 22/11/1815; 29/01/1820); Manoel Joaquim Ribeiro (08/09/1819; 16/12/1820; 16/12/1820). Quanto a Antonio Januario Passos, ressalta que apesar dele não ser o senhor dos escravos, ele por quatro vezes foi indicado para receber os escravos em caso de captura ou qualquer informação referente aos escravos fugidos, indicando isso que poderia estar acontecendo a institucionalização da captura de escravos.

(vide Tabela 2)¹²⁴ –, como em relação às elevadas cifras referentes a escravos presos pela polícia: são 836 escravos presos por causa de crimes relacionados a fugas, equivalendo a 17,3% do total das prisões.¹²⁵ Pela Gazeta do Rio de Janeiro, entre 1808 a 1821, contou-se apenas 299 anúncios de fuga, sendo o número de escravos anunciados de 338.¹²⁶

Se o hábito de veicular anúncio de fuga em jornal não se alastrara pela sociedade carioca de um modo geral, isso não é explicado pela ineficácia de tal prática. Talvez existissem aqueles senhores que ainda não haviam sido plenamente convencidos, mas o certo é que o elevado preço da Gazeta do Rio de Janeiro e talvez os assuntos que ela tratava, limitavam a circulação desse jornal pelos segmentos sociais mais elevados da corte, tendo o restante da população pouco contato com essas folhas publicadas pela imprensa régia, e por isso fazendo um uso mínimo dela para seus interesses privados, como por exemplo, uma possível captura de escravo.

¹²⁴ Não proponho que todo escravo que entrasse no Rio de Janeiro em algum momento iria fugir, só quero ressaltar que o número de 338 escravos fugidos anunciados pela Gazeta do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 é muito baixo em comparação aos 254700 africanos que desembarcaram no Rio de Janeiro. Friso ainda que muitos desses escravos não ficavam na cidade, sendo vendidos pelas regiões do Vale do Paraíba, Campos dos Goytacases, Minas Gerais e outras localidades da região sul e sudeste do Brasil, o que ainda sim, não é o bastante para explicar o baixo número de escravos fugidos anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro.

¹²⁵ Os dados da prisão de escravos fugidos pela polícia estão em ALGRANTI 1988:209-210. Ressalto que aglutinei os dados “fugas de escravos”, “suspeito de fugido”, “ocultar escravo fugido”, “entrega de escravo ao capitão-do-mato”, “roubo de escravos”, “dono de casa de quilombo”, “remetido de quilombo” da Tabela “Total de prisões feitas pela polícia do Rio de Janeiro, 1810-1821” elaborada por Algranti, uma vez que consideramos a repressão policial a esses crimes tendo, sobretudo, um alvo comum, convergindo para a devolução dos escravos desaparecidos aos seus legítimos senhores, além do desencorajamento das faltas de escravos.

¹²⁶ Dados da Tabela 14.

TABELA 14: QUANTIDADE DE ANÚNCIOS DE FUGA
E ESCRAVOS ANUNCIADOS

JORNAL	ANO	QUANTIDADE DE ANÚNCIOS	QUANTIDADE DE ANUNCIADOS
GAZETA DO RIO DE JANEIRO	1808-1821	299	338
JORNAL DO COMMERCIO	1835	678	774
DIARIO DO RIO DE JANEIRO	1845	1186	993
DIARIO DO RIO DE JANEIRO	1849	1276	1056

A tabela acima traz a soma da quantidade de anúncios de fuga e o total de escravos fugidos dos principais jornais que circularam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Ressalta-se primeiro que a quantidade de anúncios de fuga não é necessariamente igual à quantidade de escravos anunciados, pois além de haver fugas coletivas de escravos, diversos senhores aproveitavam a ocasião de sumiço de um escravo para divulgar num mesmo anúncio escravos que se evadiram em temporalidades diferentes que ainda não foram capturados. Todavia, o mais importante desta tabela é atentar-se para o fato da “popularização” – na falta de um termo melhor – dos anúncios de fuga. O número de escravos fugidos não poderia estar necessariamente crescendo ao longo da primeira metade do século XIX, mas sim a utilização da imprensa como forma de auxiliar na reconstituição dos passos fugidios de escravos evadidos.

Se no final da primeira metade do século XIX essa “popularização” da imprensa apresenta-se como fato consumado, creio ser justamente o período de estadia da corte portuguesa no Rio de Janeiro o momento de lançamento dos alicerces – ainda nada consistentes – desse costume. Entre os anos de 1809 a 1821 os senhores de escravos estavam aprendendo quais as informações cruciais que deveriam divulgar ao público leitor – e também quais deveriam omitir – a fim de encurtar o espaço temporal entre o desaparecimento e a recondução de seus escravos ao cativo. Saliento que não só senhores aprendiam a usar a imprensa para reaverem escravos desaparecidos, mas escravos também aprenderam a utilizar os anúncios de fuga para se manterem mais tempo fugidos. Ambas as partes acompanhavam os informes trazidos nos anúncios de fuga para traçar suas estratégias, embora pudessem ter alvos divergentes. Assim senhores e escravos aperfeiçoavam suas táticas, sendo constante essa aprendizagem que culminava na elaboração de anúncios de fuga. Os anúncios de fuga eram manejados por

senhores e escravos, sendo possível até mesmo observar negociações nesses pequenos textos ao longo da primeira metade do século XIX.

O caso do Capitão Reginaldo Mauricio Quintanilha e seu escravo Ventura não deixa dúvida da utilização dos anúncios de fuga não só para os senhores conseguirem reaver seus escravos fugidos, como também para os escravos se manterem longe do alcance de seu senhor. Em 15/01/1830 o Capitão Reginaldo Mauricio Quintanilha informava que seu escravo Ventura desaparecera no final do ano de 1829. Ventura, segundo Quintanilha, era

Ainda moço, estatura ordinária, e bastantemente desembaraçado, e ladino, pelo que se não duvida que elle tenha dito ser crioulo, e mesmo forro, e que igualmente tenha mudado de nome para melhor se desfarçar; achava-se ultimamente em hum açougue na rua da Valla picando e vendendo carne fresca, tendo estado antes em outro na rua do Sabão Cidade Nova n. 63;¹²⁷

Ventura não era um africano com falta de inteligência. Era tão ladino que construíra uma nova identidade para si, trocando o seu nome, negando a origem africana e sua condição de escravo. O problema de Ventura não era vadiagem. Já se empregara em dois açougues. Mais sua captura não era nada fácil. No dia 28/01/1830, Quintanilha voltava a publicar um anúncio sobre a fuga de Ventura no Jornal do Commercio. A partir desse último anúncio, decorriam-se 14 dias desde o primeiro anúncio sobre a fuga de Ventura, que ia se mantendo fugido desde o final do ano de 1829. Nesse anúncio Quintanilha repetia o que já havia informado no anúncio anterior, mas tentava negociar com o seu escravo a partir do próprio anúncio de fuga, revelando o possível motivo da fuga de Ventura. Quintanilha entendia que o motivo para a fuga de Ventura fora ele ter recebido a quantia de 30\$000 réis, “de que não deu menor conta”. No entanto, Quintanilha já demonstrava não fazer questão dessa quantia que já teria sido, provavelmente, dissipada. Escrevera praticamente, não um anúncio de fuga para a captura de Ventura, mas uma carta para o escravo Ventura ler no Jornal do Commercio. Por quê? Vejamos.

Declara o anunciante para chegar ao conhecimento do mencionado preto (o qual além de muito ladino, *sabe ler* (Grifo meu)) que o caso de se apresentar logo depois da publicação deste anúncio não sofrera castigo algum e isto em atenção mesmo ao bom

¹²⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Jornal do Commercio 15/01/1830.

serviço que até então prestou; mais quando assim o não faça, roga o anunciante a quem delle souber, de participar na botica da Santa Caza de Misericórdia a Patrício Manoel de Oliveira Quintanilha, que está encarregado de gratificar com generosidade [...]¹²⁸

Ventura era ladino demais para ser capturado. Melhor seria para Quintanilha ceder e perdoar os 30\$000 réis gastos por Ventura. Como era um bom escravo, que prestava um serviço de qualidade, rapidamente o lucro gerado pelo trabalho de Ventura daria conta de vários 30\$000 réis. Mas o mais interessante desse anúncio é a percepção senhorial de que Ventura estaria fazendo dos anúncios de fuga, uma bússola para se guiar durante sua escapulida, já que sabia ler. Talvez por isso estivesse trocando regularmente de trabalho. Se as profissões que Ventura estaria exercendo eram informações relevantes para alguém capturá-lo, igual valor teriam para Ventura traçar suas estratégias. Será que Ventura aceitara a proposta de Quintanilha? Sabe-se apenas que no início de Fevereiro a situação não se modificara, continuando Ventura longe do alcance de Quintanilha, pois em 09/02/1830 há mais um anúncio de Quintanilha sobre a fuga de Ventura no *Jornal do Commercio*, repetindo que a proposta de perdô-lo, caso retornasse prontamente, ainda era válida.

Como examinado, os anúncios de fuga de escravos em jornais eram tão embrenhados no cotidiano de uma fuga na cidade do Rio de Janeiro já no ano de 1830, que até os escravos recorriam a esse material para esquematizar suas trajetórias pela cidade na condição de fugitivos. Se a *Gazeta do Rio de Janeiro* num período de mais de dez anos angariava poucos anúncios de fuga, isso se deve, primeiro, ao fato dessa prática ter que se mostrar útil e confiável, trazendo como retorno, o escravo de volta ao cativeiro. Segundo, destaca-se que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pelos assuntos que trazia e o seu elevado custo, juntamente com os baixos índices de alfabetismo, não teria conquistado o interesse dos segmentos sociais mais baixos da sociedade carioca no período de estadia da corte portuguesa no Brasil, afastando assim as possibilidades desse segmento utilizar tal periódico em benefício de seus negócios privados.

Em parte respondeu-se a questão da “popularização” da imprensa. Se ela ganhava a confiança dos senhores, sendo considerada quase como um dos procedimentos para reaver um escravo fugido, conforme Machado de Assis e Adolfo Caminha não nos deixaram esquecer em suas estórias, resta verificar se isso acontecia em detrimento de algo ou alguém. Servir-me-ei novamente do estudo de Leila Algranti

¹²⁸ Fundação Biblioteca Nacional. *Jornal do Commercio* 09/02/1830.

para tanto. Analisando os padrões de criminalidade escrava a partir dos registros de prisão efetuados pela polícia entre 1810 a 1821, Algranti elabora uma periodização assaz útil, percebendo que a ação da polícia variava de acordo com as principais necessidades da população que habitava na corte.

Para chegar a essa conclusão, Algranti classifica os crimes praticados por escravos que aconteciam na Corte em quatro subcategorias, a saber: crimes de violência; crimes contra a propriedade; crimes contra a ordem pública; fugas de escravos. De maneira sintética, crimes de violência caracterizar-se-iam por brigas e assassinatos, por exemplo. Os de violência por pequenos roubos; contra a ordem pública pela prática da capoeira, porte de armas, perambular pela cidade durante a noite e passar pelos distritos sem passaporte; quanto a fugas de escravos, já se viu muito ao longo deste trabalho, o que ela eram e representavam. Privo-me então de mais considerações sobre fugas de escravos. Dividindo esses crimes em dois momentos, um entre 1810-1815 e outro entre 1816-1821 – que visando o didatismo deste trabalho chamaremos respectivamente de momento “A” e “B” – Algranti observa que o número de presos no instante “A” é quase que idêntico ao número de presos no instante “B”, mudando apenas os padrões de crime.

No momento “A” os crimes mais praticados eram os de pequenos roubos¹²⁹, e as fugas de escravos, ao passo que crimes de violência e contra a ordem pública não estariam recebendo tanta repressão policial. Esse quadro, no entanto, se modifica no instante B, com a diminuição de escravos presos por crimes de pequenos roubos e por serem fugitivos, aumentando a taxa de escravos presos em flagrante por crimes de violência e contra a ordem pública.¹³⁰

A autora interpreta esses dados como fruto da mudança da postura policial em relação aos negros. A atitude da polícia quanto à população negra vai se basear cada vez mais na hostilidade e repressão, devido à intensificação do tráfico atlântico de africanos no Rio de Janeiro. Até aqui concordamos com Algranti. O problema está no que se segue.

¹²⁹ Roubos de comida, roupas, pequenas quantias de dinheiro, animais. Eram crimes que visavam preencher necessidades imediatas, negligenciadas pelos senhores. As vítimas desses crimes geralmente eram os próprios escravos e homens livres pobres.

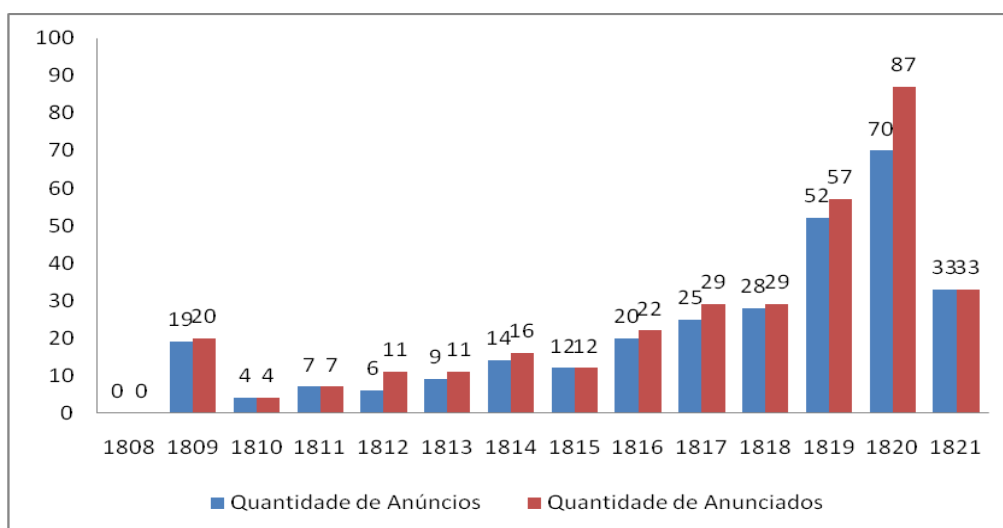
¹³⁰ Algranti, 1988:186. Para mais sobre o assunto conferir o capítulo 4 do livro.

[...] Conforme aumentava a proporção de negros na cidade, crescia o medo das insurreições e dos atos violentos que estes pudessem cometer. Frente a essa realidade, as técnicas de repressão e as ações da polícia se tornavam cada vez mais rígidas, principalmente contra manifestações africanas como capoeiras e os ajuntamentos de negros, e as fugas de escravos, atitudes que forçavam as barreiras do sistema escravista.

Devido à crescente vigilância e policiamento da população de cor, explica-se o menor número de roubos e fugas no final do período [1816-1821] (Grifo meu).¹³¹

Quanto ao aumento ou decréscimo do número de furtos, nada posso afirmar com evidências empíricas. Mas as fugas sim, e creio que a explicação para o número de prisões motivadas por crimes de fuga também sirva para esclarecer sobre a queda das prisões efetuadas por crimes contra a propriedade. A quantidade de fuga de escravos de modo algum diminuiu.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE ANÚNCIOS DE FUGA E ESCRAVOS ANUNCIADOS NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO



Nem a quantidade de fugas diminuiu e nem a de anúncios de fuga, como podemos perceber no gráfico acima feito a partir da contagem dos anúncios de fuga na *Gazeta do Rio de Janeiro*, e dos escravos neles presentes. A queda mais sensível que acontece é do ano de 1821. Tirando esse recorte cronológico, as fugas parecem que estão aumentando em muito. Entre 1808-1815 são 71 anúncios de fuga relativos a 81 escravos que desapareceram ao passo que entre 1816-1821 são 228 anúncios de fuga relativos a 257 escravos evadidos. Tanto a quantidade de anúncios de fuga, quanto a de escravos

¹³¹ Algranti, 1988:187.

evadidos, mais que triplica entre os períodos de 1808-1815 e 1816-1821. Como explicar esses dados a luz da diminuição das prisões por fuga efetuadas pela polícia que, consoante Algranti, diminuiu no período “B”?

Acredito que a explicação reside justamente na mudança de foco da polícia, no que ela considerava crucial para a segurança pública e manutenção da tranqüilidade na cidade que abrigava a corte portuguesa. Como a própria Algranti detectou, crimes de violência e contra a ordem pública elevaram-se bastante, algo que ela associa ao aumento da presença dos africanos importados. Para garantir então a segurança, a polícia tem que manter o foco sob esses crimes – que tem mais visibilidade nas cidades, pois geram balbúrdias e além de atormentarem aos cidadãos, chamam a atenção dos transeuntes. Esses crimes, de acordo com a tipologia proposta por Algranti, são brigas, assassinatos, e jogar capoeira, por exemplo. São crimes que tem muito maior visibilidade no meio urbano que os pequenos furtos e as fugas de escravos, que para obterem êxito, dependiam justamente do pouco alarde que pudessem causar. Se junta então a natureza dos crimes praticados pela população escrava com o foco de repressão policial, e se tem isso traduzido nos motivos de prisão efetuados pela polícia.

Ainda penso que o número de policiais e outras autoridades deva ter se mantido quase sem uma alteração proporcionalmente sensível em relação às taxas de importação de africanos escravizados que adentravam no Rio de Janeiro. Por isso o número de prisões efetuadas pela polícia foi parecido nos momentos “A” e “B”. Contudo, diante de crimes de maior relevância, que colocariam em xeque o *status quo*, ameaçando assim definitivamente a ordem da sociedade – diferentemente das fugas¹³² de escravos e pequenos furtos – a polícia optara por uma repreensão mais acentuada a certos crimes, em detrimento de outros, explicando-se então a queda no número de escravos presos por fuga e crimes contra a propriedade. Em outras palavras, de forma sintetizada, num momento em que o número de negros transitando pelas ruas da cidade, a revelia de seus proprietários, era demasiadamente expressivo, a instituição policial acabava se preocupando mais em impedir ajuntamentos de negros do que as fugas. Talvez isso explique o porquê de entre 1814 e 1815 serem tragos pedestres de Minas Gerais para

¹³² Pelo que já foi visto ao longo desse trabalho, percebeu-se que os escravos fugiam não para negar a sociedade que os oprimia, e sim para se reinserir nela de forma mais vantajosa, a revelia de seus senhores.

combater o problema dos escravos fugitivos que prolongavam suas aventuras, já que a polícia sozinha não conseguia dar conta do recado¹³³.

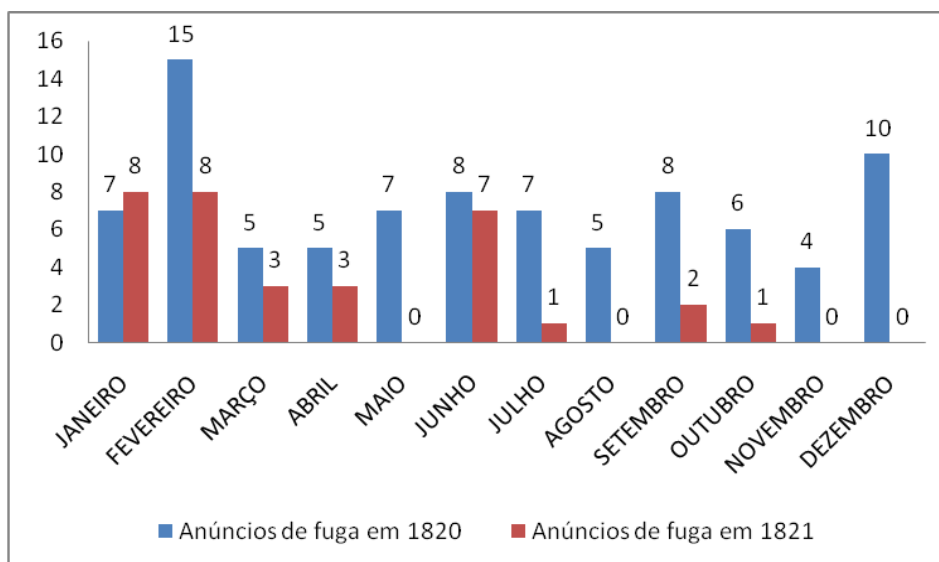
É válido ainda rememorar, que na primeira parte deste trabalho, viu-se que a polícia e os capitães-do-mato, além de não serem eficientes na captura de um escravo, não eram confiáveis. Roubavam escravos para depois alegarem que os haviam capturado. E nem mesmo eles estavam isentos de que seus escravos fugissem. Como ainda haveriam de garantir que os escravos de outrem não se evadissem se não davam conta dos seus? Ao invés de solução para os escravos desaparecidos, autoridades policiais e capitães-do-mato estavam se tornando motivo de desconfiança e perturbação da ordem pública. Não poucos olhavam para eles desconfiando das possíveis relações de solidariedade que podiam travar com os próprios escravos. Muitos capitães-do-mato eram ex-escravos que conseguiram suas alforrias e o corpo de soldados recrutava vários indivíduos de origem social pobre, garantindo assim que esses não se tornariam vadios e/ou futuros infratores da lei.

Amalgamando essas séries de conjunturas na híbrida cidade do Rio de Janeiro, que não apenas exibia características européias e /ou africanas, mas “atlantizadas”, entendo o surgimento de anúncios de fuga e sua popularização ao longo do tempo, como decorrente da ineficiência da polícia e capitães-do-mato na captura de escravos fugidos. Não afirmo que senhores não podiam escrever seus anúncios de fuga visando serem lidos por capitães-do-mato e pedestres, para assim eles saírem às ruas em busca de escravos fugidos. No entanto, creio que inicialmente, quando a imprensa se estabelecia no Rio de Janeiro, proprietários de escravos recorriam à imprensa justamente por considerarem a solidariedade de outros leitores, que conheciam o drama de um senhor privado do trabalho de um escravo, no mínimo, tão úteis quanto os esforços empreendidos por autoridades policiais e capitães-do-mato.

Contudo, se o Gráfico 1 junto com a pesquisa de Algranti permitiu-nos concluir isso, ele nos remeteu a outra questão. Por que a queda acentuada, no ano de 1821, no número de anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro, se ela demonstrava-se tão eficiente para auxiliar na captura de escravos evadidos?

¹³³ FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: “No labirinto das nações africanas e identidades no Rio de Janeiro, século XIX”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Pg. 81.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE ANÚNCIOS DE FUGA POR MESES ENTRE 1820-1821 NA GAZETA DO RIO DE JANEIRO



Analisando o Gráfico 2, observamos uma queda na quantidade de anúncios de fuga já ao longo do primeiro semestre de 1821 em relação aos mesmos seis meses de 1820. São respectivamente 40 e 47 anúncios de fuga para cada período. É uma leve queda que corresponde ao percentual de aproximadamente 15%. O que pesa realmente na disparidade da quantidade dos anúncios de fuga entre os anos de 1820 e 1821, acontece no segundo semestre de 1821. Para o mesmo período de 1820, foram contabilizados 40 anúncios ao passo que em 1821 apenas 4. A explicação para isso relaciona-se diretamente a revolução constitucionalista ocorrida em Portugal na década de 1820. Uma das muitas medidas levadas a cabo pela Junta de Governo da revolução constitucionalista portuguesa foi a liberdade de imprensa em 21/09/1820. Obrigado por essa Junta de Governo, D. João VI em 02/03/1821 suspendia a censura prévia para a imprensa. A partir de então, nota-se no Rio de Janeiro não somente uma a proliferação de uma imprensa periódica regular, mas também difusão de outros tipos de impresso, como brochuras e manifestos, por exemplo.¹³⁴

No bojo disso achava-se inserido o *Diário do Rio de Janeiro*, tendo o seu primeiro número saindo no dia 01/06/1821. Consoante Sodré, esse jornal era um periódico de caráter popular, apelidado de “Diário do Vintém” devido ao seu baixo preço de 40 réis, sendo a assinatura mensal de 640 réis. Era um jornal de publicação

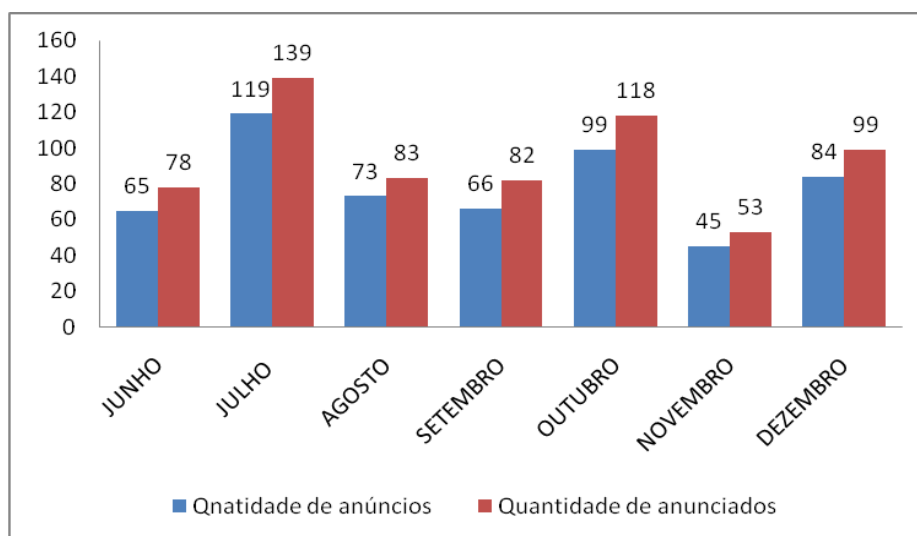
¹³⁴ MOREL, M.; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pg 23-25.

diária, diferentemente da Gazeta do Rio de Janeiro.¹³⁵ Para quem procurava veicular anúncios em jornais isso era algo positivo, pois quem anunciava tinha que ter certeza de que o jornal era de circulação constante durante a semana e de preço acessível, para assim alcançar maior êxito em seus negócios privados. Aliás, era principalmente através de anúncios e notícias particulares que o *Diário do Rio de Janeiro* buscava ocupar suas folhas. Logo no primeiro número desse periódico, na sua última folha vinha transcrito o seguinte:

Neste Diario se inserem gratuitamente todos e quaesquer Anuncios ou Noticias particulares, que convenhão e seja licito imprimir; para o que deverão ser entregues na loja de livros de Manuel Joaquim da Silva Porto, rua da Quitanda à esquerda da de S. Pedro, ou lançadas ali na Caixa, que ali estará exposta ao Publico, tão somente até as 4 horas da tarde, na certeza que serão inseridas com a maior promptidão possível, e com toda a rasoavel imparcialidade.

Entre esses anúncios, já no segundo exemplar do *Diario do Rio de Janeiro*, em 02/06/1821, aparecem dois de escravos fugidos. As duas eram africanas, uma Domingas de nação Cabinda e a outra era de Moçambique, ainda muito nova e por isso não sabia pronunciar palavras em português. Certamente por isso seu senhor não divulgava seu nome cristão, pois ela não atenderia ainda por ele.

GRÁFICO 3: QUANTIDADE DE ANÚNCIOS DE FUGA E ESCRAVOS ANUNCIADOS NO DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO NO ANO DE 1821



¹³⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 3ª Edição. São Paulo: 1983, Martins Fontes. Pg. 50-58.

A partir do Gráfico 3, poderemos saber ao certo o quanto o Diário do Rio de Janeiro esteve relacionado com a queda de anúncios de fuga na Gazeta do Rio de Janeiro no ano de 1821. Já constatamos que é no segundo semestre de 1821 que os anúncios de fuga míngam na Gazeta, justamente o período em que o Diário do Rio de Janeiro passa a ser publicado. Entre os meses de Junho a Dezembro de 1821, são exatamente 511 anúncios de escravos fugidos realizando menção a 652 escravos desaparecidos. Se compararmos com a Gazeta do Rio de Janeiro, a disparidade torna-se gritante: em quatro meses de publicação, o Diário do Rio de Janeiro já havia divulgado 323 anúncios de fuga ao passo que a Gazeta do Rio de Janeiro em aproximadamente 14 anos apenas divulgara 299 anúncios de fuga. Até o mês de Dezembro de 1821, o Diário do Rio de Janeiro chega a 551 anúncios de fuga. Quanto a esses dados, concluí-se, primeiramente, que a diminuição da quantidade de anúncios de fuga na Gazeta deve-se ao Diário do Rio de Janeiro, que pela sua própria natureza – voltada para o comércio público e negócios privados, dando preferência aos anúncios de mercadorias e notícias particulares para o preenchimento de suas folhas – atraía mais os anunciadores, diferentemente da Gazeta do Rio de Janeiro, que veiculava principalmente notícias vinculadas à corte portuguesa e aos acontecimentos envolvendo as monarquias européias. Em segundo lugar, se a natureza de um periódico atraía ou repelia determinados anúncios, deduz-se então que a Gazeta do Rio de Janeiro anunciara uma quantidade ínfima de escravos fugidos, e mais ainda, que a polícia do Rio de Janeiro também prendia um percentual insignificante de escravos fugidos. Algranti aponta que foram 836 escravos presos pela polícia por causa de fuga entre 1810-1821, mas só no Diário do Rio de Janeiro, passaram um total de 652 escravos fugidos entre os meses de Junho a Dezembro. Isso equivale a uma média de 93 escravos fugidos anunciados por mês, o que em um ano, mantendo-se essa média, alcançar-se-ia a cifra de 1116 escravos fugidos anunciados.

O Diário do Rio de Janeiro exibia tamanha eficácia para os negócios da escravidão, que alguns anunciadores, satisfeitos por terem alcançado seus objetivos depois de anunciarem seus escravos nesse periódico, chegaram a informar ao redator sobre o êxito que obtiveram. Na última folha do periódico, no rodapé, sobre o título “Anúncios cujos fins já foram realizados”, encontrou-se cinco anúncios, três de fuga e dois de venda. A escrava vendida era uma negra de nação Rebola mui prendada. Além de bonita, era jovem – 16 anos de idade – fiel, sadia, lavava roupa em rio, cozia e engomava e era “zeloza no trato de qualquer doente”. Sua venda fora anunciada no

Diário do Rio de Janeiro em 14/08/1821 e em menos de quatro dias ela já estava vendida, conforme o informe do mesmo jornal no dia 18/08/1821. Mais rápido ainda foi a venda de um preto pintor, “moço, bemfeito e sem vício algum”. Tendo sido anunciada sua venda em 02/08/1821, prontamente, em 04/08/1821 o Diário do Rio de Janeiro informava o sucesso da venda.

TABELA 15: TEMPO DE FUGA ATÉ A DIVULGAÇÃO DE CAPTURA

Data da Fuga	Tempo até o Anúncio da Fuga	Data do Anúncio da Fuga	Tempo até o Informe de Êxito	Data do Informe de Êxito
25/07/1821	10	03/08/1821	14	18/08/1821
10/08/1821	11	20/08/1821	1	21/08/1821
08/10/1821	14	22/10/1821	3	26/10/1821

Pela Tabela 15, pretendo refletir sobre como o tempo de fuga desses três escravos fugidos foi abreviado através de um anúncio de fuga na imprensa. O senhor que ficou mais tempo sem ver seu escravo, o tempo decorrido foi somente de 24 dias. Os anúncios de fuga também não tardaram muito após a evasão dos escravos, levando entre 10 a 15 dias; sendo a captura desses escravos rapidamente anunciados efetuada em curto espaço de tempo. Mérito dos senhores que anunciaram na imprensa ou esses escravos que não planejaram bem suas fugas? Todos os três escravos eram africanos – dois homens e uma mulher – e seus senhores moravam dentro do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Os escravos também conheciam bem esse espaço. Um desses escravos é Antonio Benguela, já ladino. Mas talvez precisasse aprender a lidar com os olhares dos leitores do Diário do Rio de Janeiro, pois dois dias depois de anunciada sua fuga, ele já estava reconduzido ao domínio senhorial.¹³⁶ O outro escravo é Firmino Moçambique, 18 a 19 anos, “he bom barbeiro, e falla muito claro”. Firmino fugira “por não querer ser vendido para a pessoa, de quem elle não gostava”. Sendo bom trabalhador, dominando bem a língua portuguesa, ambos indícios de ser um africano já aclimatado e adaptado a sociedade, Firmino durante sua fuga continuou a andar pela cidade fazendo a barba de clientes. Firmino deveria ser bem conhecido. Um dia depois do anúncio de sua fuga, ele já estava capturado.¹³⁷ A captura mais trabalhosa foi a de uma mulher: Thereza Cabinda. Sua profissão era de vender “quinquilharias em um caixão de vidraça encarnado” pelas ruas. Seu senhor alertava ser ela “bem conhecida”.

¹³⁶ Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 22/10/1821.

¹³⁷ Fundação Biblioteca Nacional. Diário do Rio de Janeiro 20/08/1821.

Mais dentre os três, quem ficou mais longe do senhor foi ela. Sua aventura pode ter durado no máximo 24 dias. Ser mulher e conhecedora do mapa da cidade do Rio de Janeiro deve ter dificultado um pouco sua captura, embora ela fosse bem reconhecida.

Esses três escravos possibilitam uma reflexão sobre a utilidade de um anúncio de fuga para a captura de escravos perdidos na cidade do Rio. Por serem apenas três casos, qualquer tentativa de estabelecer tendências não permitirá conclusões seguras. Mas creio que esses três escravos permitem compreender o porquê de tantos escravos anunciados no Diário do Rio de Janeiro. Através da Tabela 15 pudemos calcular quanto tempo durou a aventura de três escravos africanos que se evadiram. Constatamos que não foi muito prolongada devido ao rápido uso do Diário do Rio de Janeiro. Isso talvez baste para explicar essa nova relação que proprietários de escravos começaram a estreitar com a imprensa.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho estudamos sobre a relação quadrangular que se inicia no ano de 1809, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre imprensa, escravos, senhores de escravos, e leitores dos jornais. Proprietários de escravos e leitores de jornais recorriam à imprensa com constância, visando vender, comprar ou então alugar escravos. Mas nada dessas atividades comerciais se compara a quantidade de escravos fugidos que foram anunciados em jornais. Apesar de este valor ser pequeno na *Gazeta do Rio de Janeiro*, no jornal *Diário do Rio de Janeiro* ele é bem expressivo, e tende a se manter assim durante toda a primeira metade do século XIX. A disparidade entre a quantidade de anúncios de fuga nesses dois periódicos nos indica que nem todos os escravos fugidos eram anunciados na imprensa. Segundo, que a atitude de anunciar a fuga de um escravo num jornal não era neutra. Antes ela era pensada e planejada, vide que nem todos os jornais obtiveram a mesma quantidade de anúncios de fuga, sendo os privilegiados para portarem esses anúncios aqueles de maior circulação pela cidade do Rio de Janeiro. Terceiro apontamento a ser feito é que o aumento da quantidade de anúncios de fuga e escravos fugidos na imprensa não se deve somente ao sucesso de um jornal na divulgação das atividades comerciais de uma cidade. A partir do momento que a polícia muda o foco de repreensão durante suas rondas, preterindo a coibição de fugas e se voltando principalmente para o ajuntamento de negros e os distúrbios provenientes deles, tal instituição passa então a prender menos escravos fugidos. Diante disso, os senhores de escravos acabam tendo que buscar outras alternativas para a captura de seus escravos fujões, vislumbrando na imprensa e na solidariedade de seus pares uma preciosa forma de abreviar o tempo entre a evasão e recondução do escravo ao cativo.

Finalmente, quanto aos escravos fugidos anunciados na imprensa carioca, concluímos que eles não eram seres anômicos e inadaptados a sociedade que os escravizava e oprimia, conforme abordara toda uma historiografia que fazia do escravo, por excelência, um ser revoltado. Alguns escravos – os africanos novos, principalmente – desapareciam não necessariamente por causa de uma fuga movida por um pretenso instinto de rebeldia, mas sim por estarem mais expostos as investidas de ladrões de escravos ou a se perderem na cidade e serem recolhidos por alguns senhores. Tais senhores levavam esses escravos para suas casas objetivando devolvê-los aos seus respectivos proprietários, assim que os mesmos se fizessem presentes. Quanto aos

escravos já aclimatados, que dominavam a gramática cultura da escravidão dentro da cidade do Rio de Janeiro, quando eles fugiam, não faziam isso por não estar ainda adaptados a sociedade ou mesmo para negá-la, juntamente com a escravidão. De tão adaptados e socializados que estavam com as práticas e costumes da escravidão urbana no Rio de Janeiro, eles conseguiam encontrar brechas dentro do próprio sistema que limitava seu espaço de ação, e usa tais brechas para se reinserir dentro sistema em melhores posições, a revelia de seus proprietários. Podendo torna-se quilombolas, levando uma vida no seio de florestas, esses escravos preferiram continuar a viver nas cidades, numa situação melhor que a de outrora, quando estavam sob o domínio de seus senhores, mostrando, portanto, que suas fugas não eram atitudes banalizadas. Antes suas fugas eram planejadas e repletas de significados, sendo alguns desses significados não negligenciados por seus senhores.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente – um estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 1988.

ASSIS, Machado. “Pai contra mãe” IN: Contos de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

BASILE, Marcello . O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BLACKBURN, Robin. A queda do Escravismo Colonial, 1776-1848. Rio de Janeiro, Record, 2002

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CAMINHA, Adolfo. Bom-crioulo. São Paulo: Ática, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CARVALHO, M. J. M.. Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife, 1822-1850. 2. Ed. Recife: Editora da UFPE, 1998. V. 1.;

CARVALHO, M. J. M. 'Quem Furta Mais e Esconde': O Roubo de Escravos Em Pernambuco, 1832-1855. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v. 17, p. 89-110, 1987.

COSTA, Emília Viotti. A abolição. 8ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo, Martins, Editora Universidade de São Paulo. 1972.

FARIAS, Juliana B; SOARES, Carlos Eugenio Líbano, GOMES, Flavio dos Santos,. In: “No labirinto das nações africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FREIRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife:

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Zahar Editores Rio de Janeiro.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GÓES, Jose Roberto Pinto. O Cativo Imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. 1. ed. Vitória: Lineart, 1993. v. 2000. 214 p.

GOMES, Flavio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - séc. XIX - Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flavio dos Santos. “Em torno da herança: escravidão, historiografia e relações raciais no Brasil”. Experiências atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo-RS: UPF Editora -- Universidade de Passo Fundo-RS, 2003.

_____. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. O tempo. Revista de História da UFF, volume 01, abril de 1996.

GOMES, F. S; SOARES, C. E. L. Identidades Escravas, Conexões e Narrativas: Notas de pesquisas. Sesmária (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2001.

GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOULART, J. A. Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista / INL, 1972.

GUIMARÃES, Carlos Magno. A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988 (Coleção Malungo).

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOBBSBAWN, Eric J. “A outra história – algumas reflexões” IN: KRANTZ, Frederick. A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18-33.

HUNT, Lynn (Org.). A nova história cultural. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IPANEMA, Cybelle Moreira de. “Gazeta do Rio de Janeiro” IN: IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

IPANEMA, Rogério Moreira de (Org.). D. João e a cidade do Rio de Janeiro: 1808-2008. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 2008.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. Biografia de Mohommah G. Baquaqua. Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH / Marco Zero, Volume 8, nº 16, Março de 1988 / Agosto de 1988, p. 270.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão. 3ª Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBEMEC, 1798. Volume I.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2002.

LUSTROSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz G.. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. Topoi, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004.

Manolo, Florentino. Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Kátia. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica. Tradução. Rio de Janeiro: Pallas, UCAM, 2003.

MOREL, M.; BARROS, Mariana Gonçalves Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NETO, José Maia Bezerra. Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará 1840-1888. São Paulo, IFCH, Unicamp, 2000. Tese de mestrado.

NEVES, Margarida de Souza. O Bordado de Um Tempo: A História Na Estória de Esaú e Jacó, de Machado de Assis. REVISTA TEMPO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, p. 475-483, 1990.

NEVES, Margarida de Souza. Literatura: Prelúdio fuga do real. IN: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/cascudo/preludioefuga.pdf>

PINHEIRO, Claudio Costa. Os desaparecidos: o cotidiano das fugas de escravos na Corte, 1835 & 1865. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ. 1994.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Orgs.). Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

QUEIROZ, Suely R. R. de. “Rebeldia escrava e historiografia”. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo-USP, v. 17, p. 89-110, 1987.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das letras. P. 62-78, 1989.

Rugendas, Johan Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Itatiaia; Ed. Usp, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz 1987 Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos; engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

SELA, Eneida Maria Mercadante. A África carioca em lentes européias: corpos, sinais e expressões. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 193-225, 2007

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo” IN: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo, Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conquista e Colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda. (ORG.) História Geral do Brasil – 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1818 – 1821. 2ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SLENES, R. W. ‘Malungo, Ngoma vem’: África coberta e descoberta no Brasil. Revista USP, 12, 1991/92.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luiz Carlos. O “Povo de Cam” na capital do Brasil: A escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.

SODRÉ, Nelson W. História da Imprensa no Brasil. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Jorge, Prata de (Org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

THORNTON, John K. A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1680. Rio de Janeiro, Campus, 2004.

WALSH, Robert. Notícias do Brasil 1828-1829. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.